

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA INTERDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA
NATHÁLIA NICÁCIO GANZER

CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE D. LEOPOLDINA NA HISTORIOGRAFIA.
CONVERGÊNCIAS E CONTRASTES EM ALGUNS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA.

RIO DE JANEIRO – RJ
2013

**CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE D. LEOPOLDINA NA HISTORIOGRAFIA.
CONVERGÊNCIAS E CONTRASTES EM ALGUNS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO
DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA.**

Nathália Nicácio Ganzer

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Doutor Luiz Barros Montez.

RIO DE JANEIRO – RJ

JULHO DE 2013

Ganzer, Nathália Nicácio.

Construções discursivas de D. Leopoldina na historiografia. Convergências e contrastes em alguns projetos de construção da identidade nacional brasileira. – 2013. 109 f.

Orientador: PROFESSOR DR. LUIZ BARROS MONTEZ

Dissertação de conclusão de curso (Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada) – Faculdade de Letras – UFRJ – Rio de Janeiro, 2013.

1. Imperatriz Leopoldina. 2. Discursos da história. 3. Construções discursivas identitárias. 4. Análise de discurso. 5. História e linguagem.

Construções discursivas de D. Leopoldina na historiografia. Convergências e contrastes em alguns projetos de construção da identidade nacional brasileira.

Nathália Nicácio Ganzer

Orientador: Professor Doutor Luiz Barros Montez

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Examinada por:

Presidente, Prof. Doutor Luiz Barros Montez

Prof. Doutor Roberto Ferreira da Rocha – UFRJ

Profa. Doutora Daniele Gallindo Gonçalves – UFPel

Prof. Doutor Álvaro Alfredo Bragança Júnior – UFRJ, Suplente

Profa. Doutora Cristina Jasbinschek Haguenaer – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro
Julho de 2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por renovar a cada momento a minha força e disposição rumo aos meus objetivos, desde as longínquas viagens de Campo Grande para a Faculdade de Letras da UFRJ, na graduação, à escrita desta dissertação.

Aos meus heróis, Bernardino Ganzer e Jandira Nicácio da Silva, pais tão dedicados e amorosos, que não medem esforços para me ajudar em minha caminhada, me incentivando, encorajando e, por muitas vezes, se sacrificando para que os meus sonhos possam se concretizar.

Aos meus irmãos biológicos e do coração, Carolina Nicácio Ganzer, Raphael Ramos de Almeida e André Luiz da Silva Vidal, que me apoiam constantemente em minhas escolhas, me fazem rir, chorar e acrescentam poesia à minha vida diariamente.

Ao meu orientador, professor e amigo, Luiz Barros Montez, que me olhou com tanto carinho, direcionou meus passos acadêmicos, acreditou no meu potencial e, com isso, me fez acreditar em mim mesma.

À amiga Márcia Santos, que tanto colaborou neste trabalho, e tornou os encontros no LIEDH, às sextas-feiras, mais leves e alegres.

Ao *CNPq*, que colaborou por dois anos com esta pesquisa.

Aos professores do PIPGLA e, em especial, aos da Faculdade de Letras, aos amigos e colegas que fiz aqui, que mudaram minha maneira de ver os discursos, a vida e me tornaram uma pessoa muito melhor e mais feliz do que eu era antes.

RESUMO

CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE D. LEOPOLDINA NA HISTORIOGRAFIA. CONVERGÊNCIAS E CONTRASTES EM ALGUNS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA.

Nathália Nicácio Ganzer

Orientador: Professor Doutor Luiz Barros Montez

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

O objetivo deste trabalho é fazer o levantamento de diversas narrativas de cunho historiográfico sobre o papel da arquiduquesa Leopoldina no Brasil, com destaque para a proclamação da Independência em 1822, e compará-las, com vistas à investigação das construções discursivas daquela personagem em termos dos diferentes projetos historiográficos de fixação de uma "identidade nacional brasileira", levados a cabo desde sua morte (1826) até os dias de hoje. O objeto da pesquisa é tornar claro os recursos discursivos e as motivações ideológicas subjacentes a estes, ao longo de diferentes períodos cronológicos percorridos pela historiografia brasileira desde então. Para tanto, será realizada a análise dos textos, das práticas discursivas e das práticas sociais engendradas por cada um desses períodos, aos quais daremos um contorno concreto, estabelecendo uma tipologia. As diferentes construções da personagem Leopoldina serão examinadas à luz da memória como um campo de luta político, no qual os embates discursivos e, conseqüentemente, ideológicos travados atravessaram e construíram a nossa ideia de nação e de identidade coletiva.

Palavras-chave: 1. Imperatriz Leopoldina. 2. Discursos da história. 3. Construções discursivas identitárias. 4. Análise de discurso. 5. História e linguagem.

Rio de Janeiro

Julho de 2013

ABSTRACT

DISCURSIVE CONSTRUCTIONS OF D. LEOPOLDINA IN HISTORIOGRAPHY. CONVERGENCES AND CONTRASTS IN SOME CONSTRUCTION PROJECTS OF BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY.

Nathália Nicácio Ganzer

Orientador: Professor Doutor Luiz Barros Montez

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

The objective of this study is to survey various historiographical narratives on the role of the Archduchess Leopoldina in Brazil, with emphasis on her relevance in the proclamation of independence in 1822. The aim is to compare those narratives to the discursive constructions of that character in terms of different historiographical projects to setting a "Brazilian national identity", which have been carried out from her death, in 1826, until the present day. The research intends to highlight the discursive resources and the ideological motivations underlying these discursive constructions along different chronological periods in Brazilian historiography. Therefore, there will be an analysis of the texts, and of the discursive and social practices engendered by each of these periods, which will receive a sound outline and a typology. Different constructions of the character of Empress Leopoldina will be examined in the light of the concept of collective memory as a field of political struggle, in which discursive and ideological battles are fought, and which have contributed to the creation of our idea of nation and of collective identity.

Keywords: 1. Empress Leopoldina. 2. Discourses in history. 3. Discursive constructions of identity. 4. Discourse analysis. 5. History and language.

Rio de Janeiro

Julho de 2013

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ADC – Análise do Discurso Crítica

AD – Análise de Discurso

FD – Formação discursiva

SUMÁRIO

Introdução	11
Parte I. Histórias da História da Independência	
I Apontamentos sobre a construção da história do Brasil	24
I. I A historiografia romântica e a Independência do Brasil.....	26
I. II O surgimento do IHGB: o projeto de construção da nação	28
I. III Martius e os parâmetros para se escrever a história do Brasil	32
I. IV O IHGB e o “lugar de fala” na historiografia do Brasil.....	38
II As Independências do Brasil desde Varnhagen	43
Parte II. História e Linguagem	
III Relações entre História e Linguagem	53
IV Discursos da história e sua análise crítica	58
IV. I Linguagem e suas definições	59
IV. II Texto e Discurso.....	60
IV. III A concepção de linguagem de Bakhtin	62
IV. IV A teoria social do discurso e a ADC	64
IV. IV. I A concepção tridimensional do discurso.....	65
IV. IV. II O conceito de <i>hegemonia</i> da ADC	67
IV. V Memória e Linguagem.....	69
Parte III. D. Leopoldina nas construções historiográficas brasileiras	
V Leopoldina como problema na construção da identidade nacional brasileira. Um balanço comparativo.....	77
V. I <i>Sobre o autor e o personagem</i> : os autores e D. Leopoldina	78
V. II O <i>acabamento</i> de D. Leopoldina: “a virtuosa esposa carente de feminilidade”.....	85
V. III O <i>mal-acabamento</i> de D. Leopoldina: “uma estranha e uma Estrangeira”	91
V. IV O <i>não-acabamento</i> de D. Leopoldina: o <i>silêncio</i> na historiografia brasileira	96

VI Considerações finais.....	102
Bibliografia	105

Introdução

A partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa e a abertura dos portos às nações amigas, o Rio de Janeiro se tornava palco de um acontecimento até então inédito no mundo colonial: a transformação do Brasil (colônia portuguesa) em centro político de uma monarquia europeia.

O Brasil, dessa forma, era elevado a categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves (1815), adquirindo uma dimensão imperial que se traduzia “numa alteração de fluxos e rotas que ligavam as partes da monarquia portuguesa entre si”, agora voltadas para a antiga colônia (SLEMIAN, 2006: 90).

É importante ressaltar que tais mudanças no cenário político do Brasil eram produto, por sua vez, das transformações que ocorriam no Velho Mundo, mudanças essas que iriam culminar com a *Emancipação* ou *Independência* do Brasil. O fato é que com as invasões napoleônicas e o novo mapa político que se desenhava na Europa, Portugal, fortemente pressionado, não viu alternativa que não fosse a transferência de sua Corte para sua colônia na América. Ora, a elevação de seus domínios americanos à condição de Reino, ainda que fosse a melhor saída diplomática que atendesse aos seus interesses, era, sem dúvida alguma, uma importante mudança na organização do Império Português. Se antes o exclusivo comercial havia sido abolido com a Abertura dos Portos, agora o estatuto político da antiga colônia se equiparava ao reino português.

Graças a isso, a cidade do Rio de Janeiro rapidamente crescia em habitantes, e cada dia mais se observava a chegada de estrangeiros de várias partes do mundo atraídos pelas possibilidades do comércio e de ascensão social, bem como pela curiosidade naturalista na época centrada no “Novo Mundo” (*idem*: 91).

Contudo, as pressões por parte da Inglaterra persistiam, fosse às condições de ingresso das mercadorias inglesas, a preços mais baixos até mesmo que as mercadorias portuguesas, fosse através da própria relutância portuguesa em abolir o tráfico negreiro. Tais pressões levaram a dinastia Bragantina ao Congresso de Viena. O Império luso vislumbrava no Congresso costurar alianças que servissem de contrapeso à ingerência da Inglaterra sobre os negócios portugueses, que àquela época, chegava ao nível do “insuportável” para Portugal.

Assim, sendo a principal missão dos enviados portugueses ao Velho Mundo a costura de alianças, inicialmente, buscou-se o estreitamento de laços com a Rússia. Porém, como a diplomacia russa alinhara-se com os interesses da Espanha, sugerindo inclusive, a anexação a

ela de Portugal, esta hipótese de trabalho foi abandonada (JANCSÓ & MACHADO, 2006: 31).

Frustrada a alternativa russa, buscou-se a aliança com a Casa de Habsburgo, uma das mais influentes da Europa e que liderava o grande jogo da Restauração após a derrocada do Império napoleônico. Ora, uma aliança com a Casa de Habsburgo significava uma forma de realçar seu prestígio e consolidar sua estratégia relativa à Inglaterra. Com o casamento entre o Príncipe D. Pedro, filho de D. João VI e a Arquiduquesa Leopoldina, filha do último imperador do Sacro Império Romano-Germânico - Francisco I/II, a Casa de Bragança valeu-se de um dos mecanismos mais tradicionais do Antigo Regime para formalizar alianças entre os Estados. Além disso, é importante ressaltar que a Áustria via com bons olhos o fortalecimento da monarquia portuguesa, percebida naquele momento como anteparo à opção republicana que se espalhava pela América (*idem, ibidem*).

A cerimônia de casamento entre o herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e a Arquiduquesa D. Leopoldina, celebrada pelo Arcebispo de Viena, se realizou no dia 13 de maio de 1817, por procuração, na igreja de Santo Agostinho, em Viena. D. Pedro foi representado pelo arquiduque Karl Ludwig, grande chefe militar, herói da batalha de Aspern. Em 6 de novembro de 1817, se casariam de novo, agora no Brasil, D. Pedro e D. Leopoldina. A futura imperatriz do Brasil, entretanto, não imaginava que seria muito mais que mera peça no jogo político entre as dinastias, nem que participaria ativamente do processo de Independência da futura nação. Em meio as rebeliões separatistas que ocorriam no Brasil e a Revolta do Porto, que geraram uma grande crise à monarquia portuguesa, a Independência do Brasil foi promulgada, assinada no dia 2 de setembro de 1822 por D. Leopoldina e oficializada no dia 7 de setembro do mesmo ano por D. Pedro, com o famoso grito do Ipiranga.

Com isso, a partir do momento em que o Brasil proclamou a Independência de Portugal, em 1822, colocou-se para a elite brasileira um projeto intelectual, ideológico, e por conseguinte discursivo, que definisse, em termos identitários, a nova nação que surgia. O Brasil passou a precisar de uma história própria, desdobrada no tempo. A construção discursiva desta história, todavia, deveria ser balizada por uma instituição que tivesse o poder de definir *as verdades históricas*, bem como o que poderia ser dito e o que não poderia ser dito na história do Brasil. A relevância da história no processo de construção da nação e no processo de elaboração da identidade nacional se evidencia na medida em que contribui para distinguir as nações entre si, individualizando-as a partir de determinadas qualidades

(GUIMARÃES, 2011: 230). Nesse sentido, coube ao IHGB dar um “rosto” a nova nação, que foi construída a partir de práticas discursivas e sociais pelos seus membros.

A construção deste “rosto” implicava a definição do que seria o "brasileiro", como indivíduo e como povo, a descrição de um passado comum e a projeção de um destino comum aos nacionais. Era preciso, portanto, definir e dar contornos à cultura brasileira e qualificar um "projeto de civilização" para o país. É importante ressaltar que, à época de D. Leopoldina, Wilhelm von Humboldt (1767-1835), numa palestra na academia de Ciências de Berlim, inaugurava uma reflexão na Europa germânica acerca do “narrar a história” e do papel criativo do historiador nesse processo. Segundo o autor, no mundo dos sentidos, o acontecimento seria visível parcialmente. Caberia ao historiador a tarefa de deduzir, intuir, concluir aquilo que não nos é dado na superfície dos acontecimentos. Humboldt já nos sugere, com isso, a ação social que se dá através da linguagem, pois o historiador constrói uma narrativa histórica a partir de uma teia de acontecimentos fragmentados, aos quais ele dá ordem, situando-os no espaço e no tempo. Enxergar a linguagem como *prática social* significa, portanto, pensar nas relações de poder, nos regimes de verdade que os discursos determinam. É pensar que as construções identitárias, como por exemplo a própria identidade nacional, ocorrem, são produzidas, se repetem, se regularizam no discurso, tornando-se memória social.

É nesse contexto que abro espaço para a *personagem central* de minha pesquisa: Dona Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda de Habsburgo-Lorena, figura central no processo de Independência do Brasil, ao lado de D. Pedro I.

Neste projeto de construção discursiva de uma história do Brasil, D. Leopoldina, por figurar no “olho do furacão” dos acontecimentos históricos que levaram à Independência brasileira, representa uma figura problemática para a construção discursiva historiográfica da nova nação. Sua condição de estrangeira, bem como de filha de Francisco I/II, como já fora dito anteriormente, o mais importante representante da aristocracia europeia à época, cujos planos impunha com mão de ferro no Império Austro-Húngaro (recém fundado em 1806) através de uma política interna e externa extremamente reacionária e colonialista, tornam as construções discursivas sobre a primeira imperatriz do Brasil na história, desde os dias da Independência até os dias atuais, heterogêneas, porque interpretam essa personagem histórica de modos diferentes e atendem a projetos específicos determinados por cada momento em que foram produzidas.

Desde 2008, quando se comemorou o bicentenário da vinda da família real para o Brasil, houve uma profusão de obras literárias, artigos de história e pesquisas de maneira geral

que recontavam a história do Brasil. Pude observar, contudo, que pouco se falou da imperatriz Leopoldina. No presente ano (2013), foi publicada uma pesquisa acerca da exumação dos corpos de D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia, amplamente divulgada pela mídia. Muito se falou acerca de D. Pedro, pouco a respeito de D. Leopoldina. Fatos como estes nos fazem refletir acerca do porquê da imperatriz, peça tão importante na Independência do Brasil, ser simplesmente esquecida na construção de nossa história.

Além de seu esquecimento, ocorre também na história tradicional do Brasil um “falar mal” exagerado da imperatriz. Seus aspectos físicos são supervalorizados nos discursos da história, principalmente no que tange a sua “feiura”, enquanto se subvaloriza a sua participação ativa no processo de Independência do Brasil. Estes fatos chamaram-me a atenção, não só pela forma como a personagem é retratada na história do Brasil, mas porque, principalmente, esses discursos históricos sobre a imperatriz se constituíram como *verdades* ao longo do tempo. Hoje em dia, quase todas as pessoas que leem sobre a história do Brasil pensam em uma Leopoldina “feia”, “gorda”, “estranha” e, por esses motivos, traída por D. Pedro.

Esses discursos se repetiram e regularizaram na memória social como estatutos de verdade por muito tempo. Contudo, graças aos diversos *turns* entre os anos 1960 e 1970, que requalificaram o papel da linguagem na reflexão epistemológica em diversos campos das ciências sociais, os regimes de verdade construídos na história começaram a ser colocados em xeque. Começou-se a pensar nas ideologias que encapavam esses discursos e, portanto, nas visões de mundo dos autores de história como *interpretações do mundo* atravessadas axiologicamente, imersas em um determinado tempo, espaço, numa determinada conjuntura econômica, social e histórica. A própria História tem sido desde então colocada no gênero das narrativas, abalando, assim, sua cientificidade, o seu estatuto de verdade. Aliás, a verdade histórica, graças àqueles *turns*, se tornou muito mais um contrato tácito entre autor e leitor do que um postulado de verdade, propriamente dito.

Além do grande interesse em ver os discursos históricos à luz da linguagem como *prática social*, o interesse pela imperatriz se deu ainda na graduação de Português-Alemão na UFRJ, quando meu orientador de Iniciação Científica, o Professor Doutor Luiz Barros Montez me levou a conhecer seu grupo de pesquisas, o *LIEDH* (Linguagem e Discursos da História). Esse núcleo universitário “congrega professores e estudantes voltados para a pesquisa do uso da linguagem em contextos historiográficos. Visto por outra perspectiva, o *LIEDH* reúne estudiosos dos problemas de representação da história e da historiografia relacionados com o discurso e a ideologia consubstanciados na linguagem” (retirado de:

<http://www.lettras.ufrj.br/liehd/pages/principal.php>). As pesquisas desenvolvidas no núcleo possuem, por conseguinte, caráter interdisciplinar, uma vez que se baseiam epistemologicamente sobre duas áreas específicas bem determinadas no contexto da comunicação humana e de suas trocas simbólicas: a área dos estudos de Língua e Literatura e a dos estudos de Epistemologia e Metodologia da História.

Não há como negar que o fato de grande parte das pesquisas realizadas no núcleo serem sobre relatos de viajantes que estiveram no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, abrangendo alemães, italianos, ingleses, franceses foi um dos fatores que me aproximaram de Leopoldina, além do próprio contato que já possuía com a língua e literatura alemã na graduação. Entretanto, outros fatores me fizeram escolher D. Leopoldina como objeto de pesquisa: o principal deles, sem dúvida, foi a subvalorização da imperatriz na construção historiográfica brasileira. Esta subvalorização se tornou hipótese da minha investigação. Além desse fator, a identificação de gênero com meu objeto também contribuiu muito para a sua escolha: D. Leopoldina era uma mulher participante, ativa, no “olho do furacão” dos acontecimentos históricos que levaram à Independência. Isto é, uma mulher figurava no meio de um movimento que é o início do Brasil; início, aliás, construído por um português (D. Pedro) e por uma austríaca (D. Leopoldina). Ora, nesse contexto, estava feito o problema para a inserção de D. Leopoldina na historiografia brasileira.

Estabelecidos o *objeto*, a *hipótese* e o *problema*, em seguida, busquei por uma teoria que contemplasse minha hipótese e meu problema de investigação. A teoria da Análise do Discurso Crítica, bem como Análises do Discurso de outras vertentes e a concepção bakhtiniana de linguagem muito contribuíram para a análise das obras historiográficas, como será visto oportunamente. Os próximos passos foram estabelecer estratégias que me levassem aos discursos historiográficos oficiais acerca do processo de Independência do Brasil. Os passos metodológicos (e as caminhadas, que foram muitas, literalmente) serão explicitados adiante.

A abordagem metodológica utilizada para este estudo é, na sua maior parte, análise de bibliografia acadêmica – obras consagradas como lugares de saber da história e, portanto, têm sua circulação no meio acadêmico – que sejam, por conseguinte, utilizadas como objetos de estudo para historiadores, sociólogos, cientistas políticos, e que tratem da questão da Independência do Brasil. Como já visto, estas obras serão utilizadas como *práticas sociais*, isto é, como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente, como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais, sistemas de poder e crença (RESENDE & RAMALHO, 2006: 26). Assim, por se tratar de uma *pesquisa*

bibliográfica, foi realizada através de livros e documentos existentes na biblioteca, “cujos dados e informações são coletados em obras já existentes e servem de base para a análise e interpretação dos mesmos, formando um novo trabalho científico” (LEITE, 2008: 47). Para tanto, técnicas específicas desse tipo de pesquisa foram utilizadas, como:

- a) Levantamento bibliográfico;
- b) Seleção bibliográfica;
- c) Leitura;
- d) Fichamento.

Para o levantamento bibliográfico, inicialmente foram consultadas ementas de cursos de Pós-Graduação nas áreas de História, Sociologia e na minha própria área, Linguística Aplicada, bem como bibliografias de livros que versavam sobre o assunto. Uma vez selecionado, a leitura e fichamento desses *corpora* denominado “obras gerais”, me auxiliou na reflexão e esgotamento de questões pertinentes à linguagem, ideologia, história, escrita da história e construção de identidades através do discurso, que por sua vez, constituem a *substância* do meu tema, além de serem essenciais para uma compreensão maior do assunto, contemplando, ademais, a moldura teórica da pesquisa.

Na segunda fase da presente pesquisa, foram levantadas obras ditas *primárias*. Conforme fora dito anteriormente, estas obras são consideradas como “lugares de saber da história”, tendo sua circulação no meio acadêmico. Para tanto, foi necessária uma “pesquisa-ação”, na qual os principais nomes da disciplina “História” presentes na academia pudessem ser consultados e entrevistados.

Para chegar a esses nomes, obras como as de Betina Kann e Patrícia Souza Lima (*Cartas de uma imperatriz*) e de Carlos H. Oberacker Júnior (*A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*) foram fundamentais. A primeira obra reúne uma coletânea de cartas trocadas entre a imperatriz e sua irmã, Maria Luiza, além de textos riquíssimos acerca do processo de Independência do Brasil. A segunda, por sua vez, retrata o perfil de D. Leopoldina, contextualizando com a época em que viveu. Com essas obras, eu pude conhecer um pouco melhor o perfil da personagem central da minha pesquisa, além de poder consultar a bibliografia utilizada para a construção das duas obras.

Assim, o estudo das bibliografias de textos sobre a Independência foi importantíssimo nessa pesquisa. Através das bibliografias, pude me familiarizar com os principais nomes da História e da historiografia dos dias atuais. O próximo passo era estabelecer uma comunicação com esses grandes nomes. Infelizmente, o acesso a esses nomes é um pouco

restrito – para não dizer bastante. Através da *Plataforma Lattes*, pude chegar ao *e-mail* dos principais nomes que escrevem sobre História do Brasil. Foram enviados cerca de trinta *e-mails* para professores de todo o país. Pouquíssimas foram as respostas, infelizmente. Algumas um tanto quanto indelicadas.

Persisti em alguns *e-mails*, em alguns nomes. Todos os professores que me responderam enriqueceram muitíssimo o processo de pesquisa-ação. Foram várias visitas ao Campus da UFRRJ, ao IFCS (UFRJ), a UERJ, locais onde conversas puderam ocorrer sem a impessoalidade da *internet*. Assim, dos trinta *e-mails* que enviei, com muito esforço, *nove* professores se disponibilizaram a me ajudar. E eu agradeço profundamente a esses professores.

Nessas conversas, eu pedi que os professores sugerissem nomes dos historiadores que mais se destacaram ao escrever sobre a História do Brasil, principalmente, sobre a Independência do Brasil nos seguintes períodos:

- a) 2º. Império
- b) 1889-1930
- c) 1930-1945
- d) 1945-1964
- e) 1964-1985
- f) 1985 até os dias atuais

A ideia inicial era que cada professor sugerisse pelo menos três nomes para cada período. Todavia, as respostas não seguiram rigorosamente a ideia inicial. O importante era que se tivesse uma lista de seis nomes de historiadores que escreveram sobre a Independência, sugeridos por professores atuantes na academia. A partir dessa entrevista, foi elaborada a seguinte tabela:

Período/ Professor	José Carlos Barreiro UNESP – Campus de Assis	Adriana Barreto UFRRJ	Margareth Gonçalves UFRRJ	Felipe Magalhães UFRRJ
2º. Império	Varnhagen e Handelmann	Não citou	Varnhagen	Varnhagen
1889- 1930	Manuel de O. Lima	Manuel de O. Lima e Otávio Tarquínio de Sousa	Manuel de O. Lima e Otávio Tarquínio de Sousa	Manuel de O. Lima, Otávio Tarquínio de Sousa e Capistrano de Abreu
1930- 1945	Caio Prado Jr.	Caio Prado Jr.	Não citou	Caio Prado Jr.
1945- 1964	Sérgio Buarque de Holanda e Raimundo Faoro	Sérgio Buarque de Holanda e Hélio Vianna	Não citou	Não citou
1964- 1985	Carlos Guilherme Mota	Carlos Guilherme Mota	Não citou	Não citou
1985 até os dias atuais.	István Jancsó	Lúcia Bastos e Iara Lins	Não citou	Lília Schwarcz e Maria Odila Dias

Período/ Professor	Vânia Moreira UFRRJ	José Augusto Pádua UFRJ	Antônio Carlos Jucá UFRJ	Lúcia Bastos UERJ	Jurandir Malerba PUC-RS
2º. Império	Não citou	Não citou	Varnhagen	Varnhagen e Revista do IHGB	Varnhagen e Revista do IHGB
1889- 1930	Manuel de O. Lima	Otávio Tarquínio de Sousa	Otávio Tarquínio de Sousa	Manuel de Oliveira Lima e Tobias Monteiro	Manuel de O. Lima, Tobias Monteiro, Otávio Tarquínio de Sousa
1930- 1945	Caio Prado Jr.	Não citou	Não citou	Caio Prado Jr.	Caio Prado Jr.
1945- 1964	Não citou	Não citou	Pedro Calmon	Sérgio Buarque de Holanda	Sérgio Buarque de Holanda
1964- 1985	Emília Viotti e José Honório Rodrigues	Carlos Guilherme Mota.	Emília Viotti e José H. Rodrigues	Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota	Carlos Guilherme Mota, Fernando Novais e José H. Rodrigues
1985 até os dias atuais.	Lúcia Bastos e Ilmar Matos	Lúcia Bastos, Boris Fausto, Ilmar Matos, Keila Grinberg, Jurandir Malerba e José Murilo de Carvalho.	José Murilo de Carvalho	Lúcia Bastos, Gladys Ribeiro, Isabel Lustosa	Maria Odila Dias, Evaldo Cabral de Melo, Ilmar Matos, István Jancsó.

Ao terminar a tabela, os nomes mais citados por período foram:

2º. Império: Francisco Adolfo de Varnhagen, citado *seis* vezes;

1889-1930: Manuel de Oliveira Lima, citado *oito* vezes e Otávio Tarquínio de Sousa, citado *seis* vezes;

1930-1945: Caio Prado Jr., citado *seis* vezes.

1945-1964: Sérgio Buarque de Holanda, citado *quatro* vezes;

1964-1985: Carlos Guilherme Mota, citado *cinco* vezes;

1985 até os dias atuais: Lúcia Bastos, citada *quatro* vezes e Ilmar Matos, citado *três* vezes.

Como pode ser observado, alguns nomes como o de Otávio Tarquínio de Sousa bem como o de Ilmar Matos foram adicionados à lista, além dos seis nomes iniciais. Acredito que Otávio Tarquínio de Sousa mereça uma análise discursiva, pois recebeu mais da metade dos votos, configurando na academia como um nome de grande importância. Ilmar Matos, por sua vez, obteve um número de “votos” muito próximo ao de Lúcia Bastos, entrando, por isso, na lista de nomes a serem analisados.

É importante ressaltar que esse levantamento realizado junto a Professores de História funciona também como um *critério* para julgar os processos e os resultados da presente pesquisa, creditando, dessa forma, ao trabalho *validade* e *autenticidade*. Assim, os autores e obras escolhidos nesta pesquisa passaram, antes de qualquer coisa, pelo crivo de professores renomados de História e não foram escolhidos, portanto, sem qualquer critério, de forma subjetiva ou tendenciosa (LINCOLN, 2007: 184-185).

A *crítica histórica* bem como a *filologia* (estudo das origens e evolução de uma língua a partir de seus documentos escritos) são critérios adicionais, mas não menos importantes para conferir credibilidade à pesquisa. De acordo com Rodrigues (1978: 308):

Lido o documento, verificada a sua autenticidade, precisamos, para a boa inteligência do texto, recorrer à filologia, que vai nos facilitar a compreensão do sentido exato do testemunho. [...]. A filologia, assim, não como ciência auxiliar, mas como ciência em si mesma, investiga a genuinidade dos documentos e a autenticidade dos testemunhos, fornecendo-nos os elementos de convicção sobre a legitimidade da nossa interpretação paleográfica. Com seu auxílio, transpomos o documento para a linguagem atual. É então que devemos observar uma série de regras críticas que se corporificam no que hoje chamamos de crítica histórica.

Falar de *crítica histórica*, por sua vez, é falar da capacidade que temos, enquanto pesquisadores, de usar adequadamente as fontes históricas por nós escolhidas, interpretando-as, verificando sua autenticidade, integridade e credibilidade. As principais etapas da crítica são: 1) quando a fonte, escrita ou não, foi produzida; 2) onde foi produzida; 3) por quem foi produzida, 4) de que matéria preexistente foi produzida; 5) em que forma original foi produzida; 6) qual é o valor da certeza do seu conteúdo (*idem*: 313).

Seguidos esses passos, acredito que os problemas relacionados à validade e credibilidade da pesquisa serão sanados, além de honrar com os princípios de ética e honestidade, já que a autenticidade das fontes históricas é constantemente verificada no processo de leitura e fichamento.

Assim, fica claro que o método *quantitativo* utilizado para a elaboração desta pesquisa limita-se a contagem dos nomes citados pelos professores. De resto, podemos dizer que o método utilizado para a presente pesquisa é essencialmente *qualitativo*, já que o estudo se apoia na análise de fenômenos – no caso, as construções da personagem Leopoldina na historiografia, bem como sua participação na Independência – e utiliza valores culturais e a capacidade de reflexão do pesquisador (LEITE, 2008: 100).

Nesse contexto, é importante ressaltar, de acordo com Dornyei (2007: 38), que “a pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativa, o que significa que o resultado da pesquisa é, em última análise, o produto da interpretação subjetiva dos dados pelo pesquisador” [tradução minha]. Tendo em vista que nenhum discurso é neutro, na pesquisa qualitativa os valores pessoais do pesquisador, sua história pessoal, bem como sua “posição” ou características como gênero, cultura, classe e idade podem influenciar no processo interpretativo (*idem*: 38).

Assim, se ao mesmo tempo o método utilizado me auxilia na ampliação de possibilidades de interpretação e análise de dados, sem a limitação estatística e numérica do método quantitativo, além de oferecer maior flexibilidade para a acomodação de mudanças e eventos inesperados que podem ocorrer durante o processo de pesquisa, por outro lado, o próprio papel do pesquisador pode ser visto como um fator “contra”. Isso por que, diferentemente do método quantitativo, a pesquisa pode ser influenciada pelos preconceitos e idiosincrasias do pesquisador (*idem*: 40-41).

Assim sendo, num segundo momento dos passos metodológicos, submeti os *corpora* à análise com base nas obras teóricas de análise do discurso e na concepção de linguagem de Bakhtin. Após a análise, à luz do texto “Sobre o autor e o personagem” de Bakhtin (1997), pude estabelecer uma tipologia que classificasse D. Leopoldina nos discursos da história de acordo com as características dadas pelos autores de história no processo de construção identitária da imperatriz. É importante ressaltar, nesse contexto, que as construções discursivas acerca de Leopoldina subjazem a prática social maior que são os discursos historiográficos sobre a Independência do Brasil. Esses discursos acerca do início do Brasil tiveram a responsabilidade, como visto anteriormente, de dar um rosto, isto é, de construir uma identidade para a ex-colônia, construindo no brasileiro a ideia de nação.

Desse modo, é importante salientar, por fim, que o objetivo dessa pesquisa não é oferecer uma interpretação única e “verdadeira” sobre o papel da imperatriz no processo de Independência, mas, sim, trazer ao leitor um olhar mais atento e “desconfiado” ao se tratar da historiografia. De acordo com Nietzsche (1873: 2):

Mas o que sabe o homem, na verdade, de si mesmo? E ainda, seria ele sequer capaz de se perceber a si próprio, totalmente de boa-fé, como se estivesse exposto numa vitrine iluminada? A natureza não lhe dissimula a maior parte das coisas, mesmo no que concerne a seu próprio corpo, a fim de mantê-lo prisioneiro de uma consciência soberba e enganadora, afastado das tortuosidades dos intestinos, afastado do curso precipitado do sangue nas veias e do complexo jogo de vibrações das fibras?

Mais do que isso, é trazer à luz uma “discussão importante que procura perceber a memória como um campo de luta política. A percepção de que há no social a constante produção de memórias convivendo em conflito na busca por legitimação” (ROSA, 2005: 1). E, por isso:

Não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Como todo homem da ciência, este, conforme a expressão de Marc Bloch, deve, ‘diante da imensa e confusa realidade’, fazer a ‘sua opção’ – o que, evidentemente, não significa nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado. (LE GOFF: 1988: 31) [grifos meus].

É, portanto, enquanto pesquisadora do campo de Linguística Aplicada que pretendo trazer à tona a arena discursiva em que essas memórias (*visões e interpretações*) sobre Leopoldina foram engendradas, sem esquecer que, ao passo que foram sendo constituídas como uma “memória coletiva e nacional”, dialeticamente, também participaram ativamente na construção de identidade nacional brasileira.

Antes de adentrarmos o campo dos discursos sobre a Independência propriamente dita, faz-se necessário “recontar” os diferentes processos de escrita da história oficial que atravessaram a historiografia brasileira ao longo do tempo.

Parte I
Histórias da História da Independência

I. Apontamentos sobre a construção da História do Brasil

Para entendermos o lugar de D. Leopoldina na história do Brasil, vamos falar, primeiramente, dos antecedentes do pensamento oficial brasileiro.

Em 1817, casavam-se em Viena, por procuração, a arquiduquesa Leopoldina e o príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, futuro imperador do Brasil, D. Pedro I. O enlace matrimonial do casal representava um entrave ao “espírito revolucionário contagioso” conflagrado pelas colônias espanholas ao redor do Brasil (OBERACKER, 1973: 60).

Ainda que viesse para um país completamente estranho, Leopoldina cumpria com convicção o seu papel de princesa, servindo ao trabalho do grande jogo de xadrez da política internacional, certa de que seu destino era obedecer a uma causa superior – a causa monárquica (*idem*: XIII). Junto com ela, chegaram os primeiros imigrantes, bem como cientistas e biólogos alemães.

Chegando ao Brasil, sofreria com as relações extraconjugais do marido, com a grande quantidade de partos seguidos e com as pressões políticas de um país atravessado por revoltas separatistas. Em 1820, quando se irrompeu a Revolução do Porto, congregando insatisfações de militares, de comerciantes, que se sentiam altamente prejudicados pelo fim do monopólio português na América, e por amplos setores da emergente opinião pública, não havia cenário pior para a monarquia portuguesa. De forte inspiração liberal, amparados pelo fortalecimento do liberalismo na Espanha, os revolucionários exigiam, entre outras coisas, a elaboração de uma constituição e, para tanto, convocaram eleições de deputados que representassem a nação portuguesa. Não havia alternativa que não fosse a volta da família real para Portugal. Em 26 de fevereiro de 1821, D. João VI jurou a constituição que se fazia na Europa e voltou para Portugal (JANCSÓ & MACHADO, 2006: 33).

Com isso, coube ao jovem príncipe a tarefa de gerenciar a crise. As ruas do Rio de Janeiro e das principais capitais viviam em constante agitação. Com a liberdade de imprensa, misturavam-se críticas e ofensas pessoais a D. Pedro. Num cenário nada animador para a monarquia portuguesa, os efeitos da Revolução do Porto se estendiam rumo ao rebaixamento do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves a condição anterior de colônia. A oposição entre brasileiros e portugueses tornara-se cada vez mais evidente. Preocupada com a evolução política do Brasil, a elite portuguesa pressionava as cortes que redigiam a Constituição portuguesa a rebaixar novamente à categoria de colônia o Brasil. Dessa forma, sofrendo fortes pressões, D. João VI assinou um documento que tornava inefetivo o título de príncipe regente

do Brasil concedido a D. Pedro. Nesse contexto histórico, uma ordem judicial exigia a volta imediata do príncipe a Portugal.

O descontentamento brasileiro com os direitos rescindidos pela Corte gerou um abaixo-assinado com oito mil assinaturas, conhecido como Petição do Fico, o qual exigia a permanência de D. Pedro no Brasil. No dia 9 de janeiro de 1822, atendendo ao pedido do povo, (“*Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico!*”), D. Pedro rompeu com a metrópole, declarando que nenhuma ordem das Cortes Portuguesas seria cumprida no Brasil sem a sua autorização.

A popularidade do príncipe crescia. Contudo, as rebeliões separatistas no Brasil não cessavam. Quando o príncipe viajou para São Paulo, em setembro de 1822, para apaziguar as rebeliões, D. Leopoldina exerceu o papel de regente. Assim, D. Pedro entregou o poder a D. Leopoldina a 13 de agosto de 1822, nomeando-a chefe do Conselho de Estado e princesa regente interina do Brasil, com poderes legais para governar o país durante a sua ausência.

Enquanto D. Pedro esteve ausente, a princesa recebeu notícias de que Portugal estava preparando uma ação militar contra o Brasil. Sem tempo para aguardar o retorno de seu marido, aconselhada por José Bonifácio, a chefe interina do governo se reuniu com o Conselho de Estado assinando, assim, o decreto da Independência, o qual declarava o Brasil separado de Portugal. Em 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro ia de Santos para a capital paulista, recebeu notícias de Portugal por cartas de José Bonifácio e de sua esposa, a princesa regente D. Leopoldina, contando-lhe sobre a promulgação da Independência do Brasil. Foi então, às margens do riacho do Ipiranga, que o herdeiro de D. João VI proferiu o famoso grito do Ipiranga “*Independência ou morte!*”. (LUSTOSA, 2006); (KAISER, 1997).

É a luz desses fatos, nos quais D. Leopoldina configura-se no “olho do furacão” dos acontecimentos, que analisaremos os discursos históricos construídos ao longo do tempo acerca da Independência do Brasil. Vistos como *práticas sociais*, estes discursos constituíram uma história comum à nação que se formava, forjando, por conseguinte, uma identidade nacional. Além disso, estas práticas discursivas materializam ideologias, regularizando crenças, sistematizando verdades. As construções discursivas historiográficas sobre D. Leopoldina nesses episódios, por sua vez, acabaram por forjar diferentes identidades à imperatriz na historiografia brasileira. Essas diferentes identidades sofreram um processo de regularização discursiva na história, constituindo-se como regimes de verdade. Em seguida, olharemos mais de perto as formas de se narrar a história e a instituição que balizaram os parâmetros de construção historiográfica no Brasil por muitos anos.

I.I. A historiografia romântica e a Independência do Brasil

Enquanto D. Leopoldina estava no Brasil em meio a acontecimentos que levariam à Independência brasileira, Humboldt, em 1821, escrevia sobre a tarefa do historiador. Para Humboldt, a tarefa do historiador consiste “na exposição dos acontecimentos. Tanto maior será seu sucesso quanto mais pura e possível for esta exposição. Esta é a primeira e inevitável exigência de seu ofício, e, simultaneamente, o que ele pode pretender de mais elevado”. Visto por esse ângulo, o historiador se mostraria, de acordo com Humboldt, como receptor e reproduzidor, jamais autônomo e criativo (HUMBOLDT, [1821] 2010: 79).

Contudo, ao longo de seu texto, o autor traz à tona outros elementos que retiram do historiador a simples capacidade de relatar ou narrar os fatos. Muito aquém disso, para Humboldt, a observação imediata do historiador “só capta a concomitância e a sequência das circunstâncias, jamais o contexto causal interno no qual exclusivamente se encontra a verdade essencial (*innere Wahrheit*)”. Esse fato seria assim condicionado porque pequenos fatores acabam se mesclando ao evento do passado. Para Humboldt, o principal desses fatores é a própria linguagem que contribui para tal situação, “pois frequentemente lhe faltam expressões que estejam livres de conotações” (*idem*: 79-80).

Além disso, no mundo dos sentidos, o acontecimento só é visível parcialmente, cabendo ao historiador a tarefa de *intuir, concluir e deduzir* (*idem, ibidem*). Ora, nesse contexto, o historiador serve como articulador de um mundo “estilhaçado”, e, por isso, nada mais difícil que o relato de um acontecimento literalmente verdadeiro. Uma vez que a verdade do acontecimento se baseia na contemplação a ser feita pelo historiador, visto por esse lado, o historiador é autônomo e criativo, já que, através da sua própria capacidade imaginativa, dá contornos aos acontecimentos históricos. Este aspecto retira do historiador a mera receptibilidade e o aproxima do poeta, pois, assim como ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos (*idem*: 83).

Vista nesse contexto, uma narrativa histórica literalmente verdadeira seria comparada às nuvens, “que somente ganham forma à distância dos olhos”. Os fatos da história, em suas circunstâncias intrincadas, são verossímeis à medida que se adequam ao todo em que se inserem, “são pouco mais que o resultado da tradição e da pesquisa, cuja veracidade simplesmente se aceita” (*idem*: 80). Nesse contexto, Humboldt afirma que o historiador obtém o esqueleto do dado, através da triagem do que realmente aconteceu. Este “esqueleto” é o fundamento necessário da história, seu material, mas *nunca* a própria história (*idem, ibidem*).

Enquanto poeta, a construção da narrativa histórica, para o historiador, subordina-se à fantasia. Contudo, a fantasia também não permite que o historiador aja livremente nessa construção, visto que ele possui o “dom de estabelecer conexões”. Assim, a verdade do acontecimento é o que há de ser pensado de forma mais elevada, pois é nessa verdade, ao ser conquistada integralmente, que se desvelaria, como uma cadeia necessária, o real. Assim, de acordo com Humboldt ([1821] 2010: 86-87), para se alcançar a verdade histórica, faz-se necessário ao historiador ter, em primeiro lugar, fundamentação crítica, imparcial e exata dos acontecimentos. Em segundo lugar, há de se articular os resultados da pesquisa e intuir o que não fora alcançado no primeiro plano. Sem os dois caminhos, a narrativa da história é impossível. A alma do historiador deve-se manter nesta tênue trilha, de modo que não se tenha sucesso algum aquele que se aventure no tumulto dos eventos, sem tecer aos eventos um sentido sólido

A teia dos acontecimentos se mostra ao historiador como uma aparente confusão, que só se tornará inteligível a partir de fatores cronológicos e geográficos:

Para dar forma a sua exposição, ele precisa separar o necessário do contingente, descobrir as sequências internas, tornar visíveis as verdadeiras forças ativas. Tal forma não está assentada sobre um valor filosófico imaginado ou prescindível, ou sobre um estímulo poético do mesmo tipo, mas sobre sua necessidade primordial e essencial, sua verdade e sua autenticidade, uma vez que um evento acaba sendo conhecido somente pela metade (ou de maneira deturpada) se apenas se considera sua aparência superficial (*idem, ibidem*).

Assim, tal qual a obra de arte, a narrativa histórica traz consigo uma verdade mais elevada, já que possui o privilégio de revelar a verdade interna obscurecida da forma quando esta aparece na realidade (*idem, ibidem*).

Em suma, Humboldt traz à tona, já no século XIX, a linguagem como a principal ferramenta construtora da história. O autor corrobora o estatuto de verdade que o historiador tem, uma vez que é ele quem possui o dom de estabelecer as conexões sobre os eventos, os quais, sem a sua força criativa e sua fantasia, seriam meros fragmentos cronológicos no mundo.

É o historiador, portanto, através de um processo discursivo e ideológico, quem seleciona o que será dito e o que não será na história. A escrita da história, por sua vez, é atravessada por escolhas políticas feitas pelo historiador acerca dos acontecimentos. Além das escolhas político-ideológicas, o historiador interpreta os fatos, articula-os e direciona a história, imerso em seu próprio tempo. Ele transforma a escrita da história numa obra de arte,

capaz de *revelar a verdade* obscura por trás de acontecimentos, *verdades* não vistas pelo senso comum, mas que *engendram* também o senso comum ao se materializarem nos discursos da história.

É interessante notarmos, nesse contexto, que se na Europa, mais precisamente, no mundo germânico, os parâmetros para se pensar a construção da narrativa historiográfica estão sendo balizados, ao mesmo tempo, do outro lado do Atlântico, estão ocorrendo no Brasil os acontecimentos que marcarão o início de uma identidade brasileira. A elite intelectual do Brasil, por sua vez, se preocupará em traçar contornos historiográficos para definir a nova nação, a fim de construir uma memória nacional comum aos brasileiros e, com isso, o próprio sentimento de nação. No Brasil, estes contornos serão dados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, que congregará a elite intelectual brasileira.

Contudo, num caso particular ao brasileiro, os parâmetros para a construção da história do Brasil serão importados por essa elite intelectual da Europa. Conforme será visto mais adiante, no capítulo que tratará dos parâmetros para se escrever a história do Brasil, essas diretrizes estarão “fora do lugar” na nova nação, uma vez que a prática discursiva historiográfica que pertence a uma cultura específica (europeia), será inserida à fórceps no Brasil, com algumas adaptações. Assim, a elite intelectual brasileira contará a história do Brasil se apropriando do modelo discursivo europeu de se escrever a história.

I. II. O surgimento do IHGB: o projeto de construção da nação

Como já falamos anteriormente, o ano de 1822 delimita um marco importante para se começar a pensar a história do Brasil. É com a emancipação política do Brasil que se começa a pensar na nação brasileira, e, conseqüentemente, na sua história. A ideia da fundação de um instituto histórico e geográfico e a disposição para dar os primeiros passos rumo a sua materialização surgiram já no movimento da Independência, com Raimundo José da Cunha Matos (GUIMARÃES, 2011: 69).

Cunha Matos, militar formado em Portugal, ficou marcado por sua experiência de luta na Península Ibérica contra a ocupação das tropas napoleônicas e as “ideias francesas”. Ao lado de D. João VI, em 1815, no Rio de Janeiro, o militar prosseguiu sua carreira como fiel servidor do Estado. Depois da proclamação da Independência, se manteve ao lado do imperador D. Pedro I, e foi enviado a Goiás, como comandante-mór, a fim de garantir a consolidação do novo Estado naquela província. Cunha Matos se dedicou ainda à pesquisa,

cujos temas perscrutavam desde a questão indígena à problemática da estagnação econômica brasileira.

Com o seu regresso de Goiás, como representante parlamentar da província, Cunha Matos engajou-se na defesa de uma política econômica nacionalista, tornando-se crítico da política nacional desenvolvida pelo Estado, que favorecia o domínio dos interesses ingleses em detrimento dos interesses nacionais (*idem*:70).

Enquanto secretário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fundada em 1837, Cunha Matos propôs, em 1838, à sociedade a fundação de um instituto histórico e geográfico. Ao seu lado, Januário da Cunha Barbosa – mais tarde, primeiro-secretário do IHGB – foi coautor do memorial que definiu as bases para o instituto histórico e geográfico. Cunha Barbosa, por sua vez, recebera em 1808, ano da chegada da família real ao Brasil, o cargo de capelão. Reconhecido pela sua oratória, atributo muito valorizado no Brasil do século XIX, Cunha Barbosa atuou incessantemente no domínio público, tornando-se maçom, além de coeditor do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, cuja atuação na Independência merece destaque. O capelão, como figura de frente pela luta do regime constitucional, usou seu jornal para fazer propaganda em favor da opção pela monarquia constitucional com o filho do rei português como imperador (*idem*: 71).

A carreira de servidor do Estado era uma das características dos dois mais importantes fundadores do IHGB, característica essa compartilhada com os demais intelectuais do instituto. É importante ressaltar, neste contexto, que a ideia da fundação de um instituto histórico e geográfico se inicia numa sociedade dedicada ao desenvolvimento econômico do país. Da mesma forma que ocorreu com o IHGB, essa sociedade se manteve sob proteção imperial, sempre elegendo presidentes de confiança do imperador. A revista da sociedade tinha o objetivo de difundir estudos e descobertas para o benefício econômico do país, além de traduzir artigos de revistas estrangeiras que servissem de comparação e modelo para o Brasil (*idem*: 72).

Tanto a SAIN quanto o IHGB foram pensados para contribuir com o desenvolvimento do Brasil, o primeiro no plano econômico e o segundo, no plano esclarecedor da política. Conforme a concepção de história dos fundadores do IHGB, a história possuía uma função esclarecedora, a qual deveria apontar direcionamentos a quem se ocupava da política. A história era vista, assim, como *magistra vitae* (*Idem*: 73).

Dessa forma, sob forte influência do progresso difundido no século XIX, a SAIN deveria edificar no país o progresso compreendido como crescimento econômico, enquanto que o IHGB, por sua vez, iria exercer a tarefa de representar esse “progresso linear e

continuado” em sua historiografia. O papel do IHGB era, portanto, apresentar o papel civilizador pelo qual o país atravessou e que o aproximou do padrão europeu. Assim foi feito. No dia 21 de outubro de 1838, 27 fundadores se reuniram nas dependências da SAIN e instalaram o IHGB. Pouco tempo depois, no dia 25 de novembro do mesmo ano, os estatutos da instituição recém-fundada foram apresentados e, contido neles, estavam os planos para o instituto: a reunião e a publicação das fontes importantes para a história do Brasil e o apoio a estudos históricos através do ensino público (*idem, ibidem*).

Na verdade, o instituto era visto como necessidade fundamental para um país civilizado. A concepção de história do IHGB, por sua vez, apontava como principal valor para a escrita da história “o seu significado pragmático para a vida política do país” (*idem*: 74). Assim, ainda que tenha se originado nos domínios da SAIN, o IHGB organizou sua própria direção de forma independente. A nova comunidade da agremiação contava com 50 sócios, dos quais 25 compunham o setor de história e os outros 25, de geografia, sem contar os sócios honorários e sócios correspondentes do interior e do exterior. É importante ressaltar que, na inauguração do IHGB, no dia 1º de dezembro de dezembro de 1838, esses sócios evocaram e se colocaram sob a proteção do imperador (*idem, ibidem*.)

Essa proteção, por sua vez, se estendeu a um apoio financeiro importantíssimo ao instituto. O auxílio, renovado anualmente, que correspondia a 44% da receita total do instituto na primeira subvenção oficial (1839-1840) subiu para 75% no ano de 1843. Além desses auxílios, o IHGB contava ainda com o Estado também no caso de projetos especiais, como a realização de viagens e pesquisas. Por isso, podemos afirmar que o Estado monárquico teve importância decisiva na existência econômica do IHGB. Obviamente, esse apoio financeiro entre o instituto e o Estado monárquico consolidará uma relação de dependência, a qual refletirá na escrita da história do Brasil, deixando vestígios nas atividades desenvolvidas pelo instituto.

A própria condição de ingresso no instituto refletia essas relações de dependência. Não se impunha a existência de nenhuma contribuição científica no campo da história ou geografia para a entrada no instituto, mas apenas a indicação de um sócio e a aprovação da comissão na qual o pretendente propunha a se integrar (*idem*: 75-76).

As duas posições mais importantes do instituto eram ocupadas pelo presidente e pelo primeiro-secretário, as duas por antiguidade. O primeiro era responsável por conduzir as sessões de reunião e pela tomada de decisões, enquanto que o segundo tinha como tarefa dirigir a revista, a biblioteca, o museu, o arquivo, e substituir o presidente. Além do presidente

e do primeiro-secretário, havia ainda a comissão para administração e finanças e outra cuja obrigação era editar a revista (*idem*: 76).

Em 1849, o instituto vive uma virada no seu desenvolvimento. No campo político, tudo indicava a consolidação do Estado nacional, sem as revoltas separatistas, eliminadas pela ação militar ou pelas negociações do poder central. A instalação do IHGB nas novas dependências do “Paço da Cidade” – sede do trabalho do imperador no Rio de Janeiro – também é extremamente simbólica para a transformação que se realizava. Com a mudança da sede do instituto, o imperador passou a participar da maior parte das sessões, contribuindo para a construção discursiva historiográfica de seu perfil como monarca culto e ilustrado. Até então, a presença do monarca se limitava à participação anual na data de jubileu da fundação do instituto. Com essa mudança, D. Pedro II passou a ter um poder direto de influência ao propor temas, estabelecer prêmios, além do apoio econômico que já oferecia ao instituto. A participação do imperador é tão importante que se muda, inclusive, a data do jubileu de fundação do IHGB: se antes se comemorava o jubileu todo 1º. de dezembro, esta data será agora 15 de dezembro, data da entrada do imperador no IHGB – marco do novo início da obra do instituto (*idem*: 78).

Este marco funcionará também como um recomeço para o instituto. Há, a partir de então, a intenção declarada de priorizar a reordenação da futura produção de trabalhos específicos das áreas de história e geografia. Consequentemente, o trabalho de coleta de fontes fundamentais para o desenvolvimento da história do Brasil também deveria ser reorientado. Mudam-se, com isso, os critérios de ingresso no IHGB, que se tornam mais rigorosos: impõe-se como requisito a apresentação de um trabalho científico para a aceitação no instituto (*idem, ibidem*).

Em 1851, com a aprovação dos novos estatutos do IHGB, outros campos de pesquisa também passaram a fazer parte das preocupações dos intelectuais do instituto, como a arqueologia, a etnografia e a língua dos indígenas no Brasil.

Essa ampliação caminhava junto com a concepção da história como processo progressivo e com um sentido final que só seria possível descrever na medida em que a cadeia da civilização fosse traçada, motivo pelo qual essas disciplinas eram tidas como fundamentais (*idem*: 83).

Se o instituto apoiava-se na proteção da SAIN em seus primeiros estatutos, a partir de 1851, essa função passou a ser exercida pessoalmente pelo imperador. Ainda que a participação do imperador fosse motivo de lisonja para os fundadores do instituto, os sócios

do IHGB insistiam em se colocar contra a posição de “instituição do país” ou “instituição oficial”, uma vez que o epíteto “oficial” era compreendido por eles como uma contradição em relação às suas motivações de erguer um órgão “neutro” política e exclusivamente dedicado a seu caráter científico (*idem*: 81).

A presença do imperador, portanto, e sua boa vontade em proteger o instituto conferem a ele legitimidade diante do IHGB e diante da nação. A contrapartida consiste na escrita da história a ser desenvolvida pelo IHGB, já que o instituto também deverá fazer com que as realizações do reinado de D. Pedro II, principalmente o apoio à cultura, não sejam esquecidos futuramente (RICUPERO: 123-124).

Dessa forma, podemos prever que a escrita da história no Brasil sofrerá uma forte influência do Estado monárquico e, por conseguinte, não construirá discursos neutros em sua historiografia, seja no âmbito das “biografias dos heróis”, seja no movimento da Independência, seja na construção discursiva e identitária da nação, seja nos movimentos separatistas que existiram no Brasil. O prestígio e a importância conferidos ao IHGB pelo imperador entrarão em crise apenas com a Proclamação da República, mas, antes de qualquer crise se delinear no instituto, este deixou como legado à nação um projeto de como se deve escrever a história do Brasil, o primeiro projeto discursivo identitário que define as diretrizes para se escrever a história de uma nova nação.

I. III. Martius e os parâmetros para se escrever a história do Brasil.

A política cultural estatal visava fazer do IHGB o local em que se concentrava a totalidade dos conhecimentos disponíveis a respeito do Brasil. Assim, em 1842, a biblioteca do instituto foi nomeada como lugar obrigatório de todas as obras publicadas no Brasil, embora já houvesse uma biblioteca pública no Rio de Janeiro. A reunião desses documentos e obras era importante para a construção de uma história brasileira, já que, naquela época, as províncias possuíam obras e documentos próprios. O instituto seguia as diretrizes da segunda metade do século XIX, que emprega o termo história de maneira singular e não mais coletivo, isto é, histórias particulares juntando-se a uma história comum. Dessa forma, para se formar uma história do Brasil, isto é, de uma unidade, de uma nação, essas obras e documentos deveriam estar reunidos no mesmo local (RICUPERO, 2004: 114).

Dentre essas obras e documentos, os presidentes das províncias enviavam ao instituto um exemplar de seus relatórios anuais de prestação de contas. O plano de Januário da Cunha Barbosa de tornar o instituto o lugar de coletânea de todos os dados estatísticos levantados no

Império extrapolava os planos de se escrever a história do Brasil, mas correspondia, justamente, à opinião esposada pelo instituto de que a história deve ser global e retratar a nação em sua totalidade (GUIMARÃES, 2011: 127).

Em 1840, os primeiros passos no sentido de se construir uma história do Brasil foram dados por Januário da Cunha Barbosa, que instituiu um prêmio para quem melhor apresentasse um plano de se escrever a história do Brasil. O vencedor, premiado em 1847, que chegou ao Brasil na comitiva de D. Leopoldina, foi o pesquisador naturalista e etnógrafo Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868) que, entre 1817-1820, juntamente com Johann Baptist von Spix, empreendeu uma viagem pelo Brasil, percorrendo milhares de quilômetros através do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, descendo pelo Rio São Francisco até os limites de Goiás. De lá, seguiu pelo sertão baiano, passando por Salvador e Ilhéus. Deslocou-se, posteriormente, para o norte, passando por Juazeiro e Pernambuco, percorrendo o Piauí, São Luís do Maranhão e Belém, quando, finalmente, após um périplo de dez meses pela região amazônica profunda, retorna em 1820 para a Europa (MONTEZ, 2009: 178).

Dessa experiência, nasceu a obra em três volumes dos dois autores, *Viagem no Brasil (Reise in Brasilien)*, que foi traduzida por iniciativa do IHGB em 1938, na ocasião de seu centenário de fundação. Von Martius publicou diversos estudos nas áreas da etnografia e da linguística, tendo sido nomeado professor universitário em Munique, em 1826, e posteriormente, em 1832, diretor do Jardim Botânico desta cidade (GUIMARÃES, 2011: 127-128). Entre outros livros e estudos publicados por Martius, destacam-se também *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil* (1832), *O passado e o futuro dos seres americanos* (1839), *Os nomes das plantas na língua tupi* (1858), *Glossarium Linguarum Brasiliensium* (1863), *Frey Apollonio. Um romance do Brasil* (1831) e o assunto que aqui nos interessa mais de perto: o tratado *Como se deve escrever a história do Brasil* (1844) (MONTEZ, 2009: 179).

É importante ressaltar, nesse contexto, que a vinda de Martius para o Brasil teve como pano de fundo histórico as articulações das dinastias europeias que tinham por finalidade garantir a sua sobrevivência face às ameaças independentistas e republicanas. O convite feito a Martius para integrar a comitiva científica de Leopoldina – futura imperatriz e esposa de D. Pedro I – filha de Francisco I, imperador Habsburgo da Áustria, “se deu sob a égide dos compromissos entre as dinastias imperiais europeias no sentido de consolidar a influência sobre o único império em toda a América do Sul, governado pelo trono português” (*idem*: 177-178). Segundo Montez (2009 apud PRATT, 1999: 17-54), as intenções científicas de tais comitivas de naturalistas em viagem ao novo mundo podem ser interpretadas como tendo um

fundo neocolonial, o que atravessará, sobremaneira, as visões e discursos de Martius sobre o país.

O trabalho de Martius, intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, foi publicado em 1844 na revista do IHGB. Esse trabalho visava estabelecer princípios que correspondiam ao conceito de história do IHGB. Através de uma concepção romântica da historiografia, que pregava que o gênio da história estava nas mãos dos homens – concepção, como já foi dito, defendida por Humboldt – Martius defendia no opúsculo a ideia de que era preciso levar em conta os elementos étnicos, que desempenharam papel importante na formação dos brasileiros (GUIMARÃES, 2011: 128).

Assim, em suas diretrizes para se escrever a história do Brasil, o cientista alemão sugere que os brasileiros são a mistura de três “raças”: a indígena, a negra e a branca. A história do país, por sua vez, teria de espelhar a interação dessas forças diferenciadas no processo de construção da nação brasileira. Na opinião de Martius, cada “raça” corresponde a um determinado movimento histórico e, no Brasil, devido à predominância portuguesa, a influência da “raça” branca seria decisiva. Dessa forma, em seu trabalho, o autor defende a tese de que nosso país estaria destinado a criar, a partir da fusão dessas três raças, uma nova nação (*idem*: 129).

Direcionada por forças extra-históricas, acreditava-se que a história havia reservado para cada qual um papel determinado, uma espécie de “tarefa a ser cumprida”. A tese de Martius colaborou na construção da afirmação fundamental da historiografia nacional brasileira, no sentido de que nosso país é uma democracia racial. Cabia ao historiador reflexivo, segundo o cientista, “mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições de aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra” (MARTIUS, 1845: 384).

Não obstante, é importante ressaltar, nesse contexto, que a proposta oferecida por Martius – e aceita pelo IHGB – possui algumas contradições se pensadas no contexto da época. Como é sabido, éramos um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo. Era inevitável, dessa forma, a presença do raciocínio econômico burguês, isto é, a prioridade do lucro, com seus corolários sociais. Além disso, a Independência havia sido feita há pouco, em nome de ideias francesas, inglesas, americanas, variadamente liberais que estavam presentes, por sua vez, na construção de identidade nacional que possuíamos àquela época. Era óbvio que esse conjunto ideológico iria se chocar contra a escravidão e seus defensores (SCHWARZ, [1977] 2000: 13).

Em segundo lugar, a própria origem do IHGB estava intimamente ligada ao modelo europeu de se pensar a história. Na Europa, durante o século XIX, destacou-se a discussão da questão nacional e essa discussão, por conseguinte, foi importada por intelectuais brasileiros. Esta tarefa estava reservada no Brasil àqueles que haviam sido escolhidos a partir das relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e início do século XVIII. Dessa forma, o lugar privilegiado de se pensar a história no Brasil, até período bem avançado do século XIX, terá como característica uma marca elitista, herdeira próxima da tradição iluminista (GUIMARÃES, 1988: 6).

Essa elite intelectual, por sua vez, tinha seu percurso traçado, de antemão, pela ordem do nascimento. Nas famílias abastadas do Brasil, o primogênito herdava os bens materiais, enquanto o segundo era enviado para estudar em Portugal, com vistas a sua qualificação para ocupar altas funções do Estado. Para este pequeno estrato social é que se colocava à disposição a Universidade de Coimbra, fundada em 1308. Obviamente, a concentração em torno de uma única universidade teve como consequência a homogeneização intelectual da elite letrada no Brasil e, após a Independência, a unidade intelectual da maioria letrada brasileira facilitou o desenvolvimento do Brasil rumo ao Estado monárquico centralizado (GUIMARÃES, 2011: 36). No que tange à constituição do IHGB, Guimarães (1988: 9-10) afirma que:

um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB nos fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante naquela instituição. A maioria deles desempenha funções no aparelho do Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas, que mesmo sem os estudos universitários profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte ainda desses 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal vinda para o Brasil [...] em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica.

Nesse contexto, fica claro que o critério único, definidor, de uma prática tanto política quanto intelectual é nivelada por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra. Dessa forma, no movimento de se definir o Brasil enquanto nação se define também o “outro” em relação ao Brasil. Contudo, num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; mas, ao contrário, a nova nação se reconhece enquanto continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa (*idem*: 6). Logo, o “outro” era parte constitutiva da nova nação.

É, portanto, esse o lugar de onde Martius propõe uma “historiografia filosófica que não perde tempo com eventos sem importância, procurando, ao contrário, captar o mais significativo de nossa história”. Para ele, o “historiador do Brasil deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”, em detrimento da ideologia republicana do período (RICUPERO, 2004: 126). Desse modo, justifica-se o êxito de Martius no concurso proposto pelo IHGB. Em “Como se deve escrever a história do Brasil”, o autor elabora um verdadeiro programa para o pensamento conservador brasileiro, que Francisco Adolfo Varnhagen colocará em prática, além de iniciar no Brasil o mito da convivência harmoniosa entre as três raças, que daria conta da totalidade, construindo a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos (GUIMARÃES, 1988: 16).

Entretanto, como inserir o negro dentro deste projeto discursivo, político, ideológico, que daria contornos à nação brasileira, além de oferecer parâmetros para a construção de uma identidade nacional, uma vez que essa etnia representava, ao mesmo tempo, o papel social de *escravo, coisa, força animal de trabalho*? De que forma o negro poderia se encaixar nesse projeto identitário, uma vez que o Brasil era um país predominantemente de raízes rurais, monárquico-constitucional, conservador e escravocrata?

Não resta dúvida, nesse contexto, de que o Brasil passava por uma inadequação entre a realidade do país e as ideias tomadas de empréstimo, resultando, por conseguinte, na alienação da realidade nacional. Martius procura resolver essa questão seguindo o agudo senso de “hierarquia racial” em voga no século XIX:

Cada uma das particularidades físicas e morais, que distinguem as diversas raças, oferece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influência para o desenvolvimento comum, quanto maior for a energia, número e dignidade da sociedade de cada uma dessas raças. Disso necessariamente segue o português, que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influiu naquele desenvolvimento; o português, que deu condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor (MARTIUS, 1845: 390) [grifo meu].

Aos negros e indígenas, segundo Martius, cabia apenas reagirem sobre a raça predominante. Dessa forma, os índios seriam apenas “ruínas de povos” (MARTIUS, 1845: 393), isto é, sobreviventes de uma antiga civilização desaparecida. No que tange aos negros, Martius é bem menos generoso. No capítulo que deveria tratar da “raça etiópica”, das cinco páginas, apenas *uma* é utilizada (RICUPERO, 2004: 127). Ao tratar do negro, Martius se justifica aos leitores afirmando que sabe “muito bem que brancos haverá, que a uma tal ou

qual concorrência dessas raças inferiores taxem de menoscabo à sua prosápia” (MARTIUS, 1845: 390).

Seguindo a visão humanista de “perfectibilidade” (século XVIII), que discorre sobre a capacidade singular e inerente a todos os homens de sempre se superarem, aperfeiçoarem - embora não preveja o acesso obrigatório ao estado de civilização e virtude por parte dos homens ditos primitivos (SCHWARCZ, 1993: 44) – Martius acredita que:

O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado (MARTIUS, 1845: 391) [grifo meu].

Assim, basicamente, Martius apenas destaca no capítulo “A raça africana em suas relações para com a história do Brasil” que “não há dúvida que o Brasil teria tido um desenvolvimento muito diferente sem a introdução dos escravos negros” (1845: 405). Contudo, deixa a cargo do historiador responder se este desenvolvimento foi para melhor ou pior, futuramente.

Por fim, Martius defendeu a posição de que a história do Brasil a ser escrita deveria dar menos ênfase às regiões em suas particularidades. Em vez disso, deveria se sublinhar a interdependência orgânica existente entre as províncias, opinião esta compartilhada pelo IHGB (GUIMARÃES, 2011: 132).

Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimarem seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas (MARTIUS, 1845: 401).

Obviamente, para o cientista, essas virtudes cívicas às quais o autor se refere estão muito longe dos ideólogos republicanos. A presença da monarquia era uma *necessidade* em um país com um número tão grande de escravos, e apenas com ela o Brasil poderia sentir-se como um “Todo Unido” (*idem, ibidem.*).

Em 1844, na época da publicação de seu trabalho, o IHGB convida o próprio Martius para que levasse a cabo e materializasse o plano que havia projetado para o país. Ainda que honrado com o convite, a avançada idade não permitiu que o cientista empreendesse esta tarefa (GUIMARÃES, 2011: 133).

Assim, a preocupação com o Brasil enquanto Estado nacional em processo de formação se torna, neste contexto, uma ocupação da historiografia brasileira. Qual autor corresponderia a essas exigências e diretrizes traçadas por Martius? Quem seria o responsável por empreender a primeira história da nação, estabelecendo verdades e formações discursivas a serem repetidas, negadas ou silenciadas na matriz de sentido da história do Brasil? Indo mais além, qual seria o posicionamento do IHGB em relação a determinados fatos, a determinados personagens da história brasileira, entre eles a própria imperatriz Leopoldina, além dos próprios escravos? Que identidade nacional o projeto de Martius delinearía para nação? Quais são, nesse sentido, o lugar de fala do IHGB e seus efeitos na historiografia? Isso é o que será visto nos próximos capítulos.

I. IV. O IHGB e o “lugar de fala” da historiografia no Brasil.

Quando falamos no “lugar” de escrita da história no Brasil, nos remetemos, primordialmente, ao “lugar” de onde os autores selecionados nessa pesquisa falam e escrevem. São esses autores e suas posições de fala que estabelecerão não apenas um modelo, tal qual foi elaborado por Martius para as bases de uma produção historiográfica brasileira, mas que engendrarão, acima de tudo, “verdades” que serão estabelecidas e reproduzidas por outros autores. A escrita da história tem esse lugar, no Brasil, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB.

Assim, pensar no IHGB e nos autores que constituem o corpo da instituição é pensar no que Foucault nos fala acerca do discurso:

suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (2002:2).

Indo mais além, é pensar nas condições de produção e nos contextos para a materialização de discursos ideológicos e políticos sobre a construção de uma historiografia brasileira comum aos que aqui viviam, cuja ideia de nação deveria prevalecer e unir não só um país – falando-se em território –, mas um povo.

Assim, o texto de Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa acerca da fundação do IHGB caracterizaram o trabalho da nova instituição a partir da

formulação de dois objetivos: “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil¹” (GUIMARÃES, 2011:115).

À primeira vista, essas ações possuíam um interesse documental, cujo propósito da recolha de dados e documentos possibilitaria a criação de uma “História geral do Brasil”. De acordo com o primeiro-secretário do IHGB, o instituto retiraria a história do Brasil de um “caos obscuro”. Assim, o IHGB iria trazer à história do Brasil “luz e ordem”, convergindo com o espírito da época, no qual a palavra “ordem” era meta de estadistas e políticos ocupados em fortalecer o Estado monarquista e constitucional diante do “caos” das nações republicanas vizinhas (*idem*: 115-116):

O presente era entendido como uma época que carecia de luz, clareza, ordem e, finalmente, identidade. Trata-se, como expressou Januário da Cunha Barbosa, da revelação de nosso “verdadeiro caráter nacional”. E o IHGB deveria contribuir nesse sentido.

Nesse contexto, é importante ressaltar que os recursos oferecidos por outras disciplinas como a arqueologia, etnografia, literatura foram fontes principais de acesso aos vários materiais que permitissem formular a história, assim como o estudo das línguas indígenas, muito frisado por Francisco Adolpho de Varnhagen.

Obras anteriores a de Varnhagen, como a de Robert Southey sobre a história do Brasil, Abreu e Lima e Beauchamp foram questionadas pelo primeiro-secretário do IHGB. Para o instituto, apenas com a fundação do Estado, em 1822, puderam ser criadas premissas que abarcassem uma história geral do Brasil:

Relatados diversamente por escritores, ou nacionais ou estrangeiros, não podiam / os fatos/ até o feliz momento de proclamar-se a nossa Independência, dar base sólida à nossa nacionalidade. Foi preciso, portanto, que brasileiros inflamados no amor da pátria se dessem à patriótica tarefa de estabelecer um foco de luzes históricas e geográficas, reunindo-as de tantas recordações gloriosas, que servissem a formar um complexo de doutrinas purificadas no cadinho da crítica, e digno por sua veracidade de ser levado ao conhecimento de todas as nações².

Dessa forma, consubstanciava-se, através dos discursos de Cunha Barbosa, a ideia de ser o instituto o único lugar de fala, a única instância qualificada para escrever a história do Brasil. Materializava-se, além do discurso *pró* IHGB, o lugar da *exclusão* e do *interdito* no discurso historiográfico brasileiro. Para os representantes do instituto, o fato de Southey e

¹ As motivações apresentadas pela SAIN para a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1 (1), jan-mar/1839, pp. 5-9

² Relatório anual do IHGB. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 5 (Suplemento), 1843, pp. 1-31.

Beauchamp serem estrangeiros os desqualificava diante do projeto de se escrever uma história do Brasil.

Além do fato de serem estrangeiros, a falta de uma pesquisa documental – que passou a ser realizada pelo IHGB – também os desqualificava no projeto de se construir uma história do Brasil, ainda que fosse admitida por parte do primeiro-secretário o acesso desses estrangeiros a documentos e arquivos. Assim, ainda que essas “tentativas” de se escrever uma história do Brasil fossem vistas como “manifestações de boa-vontade”, essas manifestações foram abafadas pelo instituto (*idem*: 118-119). No tocante à escrita da história do Brasil, podemos notar que o IHGB exercia o poder de selecionar *quem* e *o que* podia ser dito, de modo a gerar entre os historiadores uma “partilha de *rejeição*” daquilo que entrará nos livros de história e daquilo que *não* entrará.

Antes de Varnhagen, houve outro autor, dessa vez brasileiro, que tentou contar a história do Brasil: o general José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) que publicou, em 1843, o *Compêndio da História do Brasil*.

Abreu e Lima, contudo, possuía uma posição bastante divergente do corpo do instituto. Por ser da província do Pernambuco, onde a tradição de oposição ao poder central continuava viva, vivenciou, enquanto filho de um dos principais líderes, a Revolução Pernambucana de 1817, e por isso, foi exilado, permanecendo vários anos nos Estados Unidos. Durante a luta pela Independência das colônias espanholas, Abreu e Lima se colocou ao lado de Simón Bolívar, tendo escrito um livro, de 1855, chamado *O socialismo*. Parece-nos claro que o instituto interditará o posicionamento e a forma de ver e escrever a história do Brasil de Abreu e Lima, posicionamento este tão diferente das ideias do IHGB.

Nesse sentido, coube a Varnhagem ser o principal opositor ao *Compêndio da História do Brasil*. Ainda que a obra de Abreu e Lima tenha sido uma primeira “história do Brasil” com método e plano, Varnhagen atribuiu à obra de Abreu e Lima a crítica de se basear na obra de Alfonso de Beauchamp, sendo esta vista, por sua vez, como plágio do livro de Southey. A controvérsia gerada no instituto levou Abreu e Lima a anunciar a sua saída do IHGB. Esse fato corrobora a transformação pela qual o instituto havia passado: o seu lugar não era mais, apenas, o de coligir e metodizar os documentos históricos, mas, sim, o de “instância de crítica” em relação às obras históricas. Foi dessa maneira que o IHGB determinou os parâmetros pelos quais deveria ser escrita a história do país (*idem*: 119-120).

O posicionamento do instituto em relação aos autores de “boa-vontade” era de que a história do Brasil estava sendo ignorada, ou escrita por mãos “menos aptas, por estrangeiros como Beauchamp”. Segundo o instituto, os “fastidiosos volumes de história do Brasil”

tratavam apenas de “compor um romance que excitasse a curiosidade de seus leitores na Europa”, não podendo despertar em nossa juventude “o nobre sentimento de amor à pátria, que torna o cidadão capaz de maiores sacrifícios, e o eleva acima dos cálculos mesquinhos do interesse individual³”.

Uma vez estabelecida a ideia de que a história do Brasil deveria ser escrita nos moldes determinados pelo IHGB, é de suma importância “examinar o conceito de história próprio desse círculo de pessoas, *o que* eles entendiam por história, procurando compreender as bases teóricas que determinavam sua abordagem” (*idem*: 121-122).

A prática discursiva e social de escrita da história no IHGB era realizada por pessoas formadas em uma universidade formada pelo espírito iluminista, que iam de encontro às posturas reacionárias do governo de D. Maria I. Assim, podemos afirmar que os intelectuais do país se identificavam com o Iluminismo, cujo objetivo se constituía da ilustração dos dirigentes governamentais, a fim de que esses pudessem governar melhor.

Havia presente no instituto também a ideia de Brasil como “vanguarda da civilização do Novo Mundo”. Essa ideia significava a pretensão do Brasil em ser o árbitro da política, um centro de luzes e de civilização – ideias tipicamente iluministas. As academias fundadas no século XVII, que se dedicavam às ciências naturais, incutiam no brasileiro a prova da existência de um “gênio brasileiro”, apto a se desenvolver com a Independência.

Dessa forma, as academias fundadas aliadas ao IHGB tinham a função de resgatar do esquecimento as contribuições científicas de pesquisadores brasileiros. Adepto da concepção de que um desenvolvimento continuado da ciência só seria possível mediante o acúmulo de conhecimentos, cabia ao IHGB a reunião dos conhecimentos humanos. De acordo com Guimarães (2011: 123), isso vinha confirmar e concretizar a reivindicação do instituto de ser o lugar *em que e a partir* do qual seria possível falar acerca do Brasil de modo qualificado.

Caminhando ao lado do governo, o cerne da visão do instituto era o de transmitir ensinamentos ao governo através da história. Assim, a história, entendida como experiência das gerações passadas, serviria como fonte de modelos e exemplos para o presente e futuro. A mesma opinião era partilhada por Januário da Cunha Barbosa:

A História, tornando-lhe presente a experiência dos séculos passados, ministra-lhes conselhos tão seguros como *desinteressados*, que aclaram os caminhos que deve seguir, os escolhos que deve evitar, e o seguro porto a que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado⁴ (grifo meu).

³ *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro, 1 (2), nov/1843, pp. 51-53.

⁴ *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 2 (8), out-dez/1840, p. 573.

Sendo o lugar de escrita da história do IHGB, isto é, o lugar de onde sairão os “modelos e exemplos” para o governo e para a nação, bem como o lugar que constituirá os contornos de um povo e de sua identidade, fica evidente também *a quem* pertence a responsabilidade, ou melhor, *o poder* de determinar *o que deve ou pode ser dito e escrito no Brasil*: às elites cultas do país. Nas palavras de Foucault: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorearmos” (2002: 2).

O projeto de Martius, bem como o posicionamento adotado pelo IHGB – *pró* Estado monárquico - não permitirão conselhos “desinteressados” por parte da escrita da história aos governantes. Há, por exemplo, um interesse claro em se manter um regime escravocrata, um Estado continuísta português, apesar da emancipação política, há uma elite que deseja se ver escrita na história no Brasil da melhor maneira possível. Dessa forma, ainda que alguns discursos pareçam ser bem pouca coisa, como os “conselhos desinteressados” de Cunha Barbosa, “as interdições que o atingem revelam, logo rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (*idem*: 5).

Como veremos no próximo capítulo, “as Independências do Brasil”, é Varnhagen quem assumirá, inicialmente, o discurso de “verdade” no IHGB, como o primeiro historiador brasileiro. Ao definir “Nação”, “Estado” e o “Papel dos brancos”, Varnhagen começa a construir discursivamente uma memória nacional e, por conseguinte, começa a delinear para a nação brasileira uma identidade – ainda que antagônica -, mas obediente aos parâmetros elaborados por Martius em “Como se deve escrever a história do Brasil”.

Nesse sentido, o papel da mulher na história do Brasil elaborada por Varnhagen, mais precisamente o papel de D. Leopoldina, será nulo ou não-aceito discursivamente. Isso significa que a materialização ideológico-discursiva determinará a Leopoldina um papel bem menos importante na historiografia, assim como aos escravos aos olhos da elite da nova nação. E, dessa forma, foram-se estabelecendo “verdades” discursivas na historiografia; “verdades” essas corroboradas pelo importante *status* do IHGB naquela sociedade, naquela época, para aquelas pessoas. “Verdades” que puderam ser questionadas com o *turn* linguístico e com as viradas da própria história, que derrubaram, por exemplo, a monarquia e instauraram a república. É a partir desse momento, portanto, que o *status* do IHGB começa a ser questionado.

A primazia dessas “verdades” pode ser questionada graças ao equilíbrio instável das forças de poder da sociedade. A arena discursiva na qual vivemos não permite que as relações hegemônicas de poder sejam eternas, já que há constante luta pelo poder econômico,

discursivo, social e, por conseguinte, ideológico de distintos segmentos da sociedade. São os vencedores, isto é, aqueles que detêm o poder por um determinado tempo que dominam e determinam as verdades históricas a serem ditas. Porém, o equilíbrio é instável e temporário. Através dos diversos *turns*, entre eles, as viradas da própria história, que derrubaram, por exemplo, a monarquia e instauraram a república, o IHGB perde bastante do prestígio que possuía antes como “balizador das verdades históricas”. Com a ascensão da república, em 1889, o apoio financeiro tão importante ao IHGB diminuiu sobremaneira. Além disso, ideologicamente, a república e a tradição monarquista do instituto entrariam em choque. O poder discursivo de dizer a verdade, que pertencia ao instituto, passa a dividir espaço com outras instituições, que corresponderiam melhor às ideologias republicanas.

II. As Independências do Brasil desde Varnhagen.

De 1822 aos anos 2000, a construção discursiva sobre a Independência do Brasil atravessou sua própria história. Este tema percorreu 200 anos de história do Brasil e, por conseguinte, a forma de se contar a história da Independência atravessou gerações distintas, gerações essas que viram não só o tema e seus personagens de maneiras diferentes, mas, inclusive, o próprio ato de narrar a história.

As diversas gerações de historiadores brasileiros trataram de contar e recontar a história da Independência ou *emancipação* brasileira – já que até o próprio nome do ato político sofreu mudanças – imersos em suas próprias temporalidades, *repetindo* discursos, *retificando* detalhes equivocados, *reiterando* teses fundadoras e *rejeitando* outras, ao passo que apresentavam outras novas.

Assim sendo, não podemos dizer que as questões que inquietavam Varnhagen, no Segundo Reinado, são as mesmas inquietações de Otávio Tarquínio de Sousa e demais historiadores de seu tempo. Cada geração respondeu a seu modo às questões levantadas, o que levou à produção de diversas perspectivas sobre o tema. Este fato vem nos mostrar que o assunto está longe de ser esgotado, sendo o tema mais visitado da historiografia brasileira: 700 títulos em 180 anos (MALERBA, 2004: 59).

Os recortes temporais realizados nesta pesquisa e o encaixe desses historiadores nesses limites não possuem o objetivo de engessar ou aprisionar as obras e autores em determinados períodos. É evidente que os discursos desses autores atravessarão outras gerações de historiadores, nem que seja para que os últimos neguem os primeiros e assim sucessivamente. O objetivo destes recortes, portanto, é, através da própria fala dos membros da academia que

sugeriram esses nomes em 2011/2012, pensar as *condições de produção* em que esses historiadores produziram os discursos sobre a Independência. Nesse sentido, não significa dizer que os discursos são meros reflexos do tempo ou do ambiente de seus autores, mas que são antes práticas sociais, uma vez que são dotados de materialidade. O texto, no que se refere à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise (ORLANDI, 2012: 68-69). Assim, são os discursos, isto é, o que está por trás dos textos, que intervêm na construção de conceitos, pensamentos, identidades. Isto é, o discurso é visto, nesta investigação, “como uma superfície de projeção simbólica de acontecimentos ou processos situados no exterior” (LECOURT, 2008:46).

Uma vez situados em diferentes movimentos macro-políticos, como a 2ª. Regência (1831-1889), 1ª. República (1889-1930), Revolta de 30, Era Vargas (1930-1945), 2ª. República (1945-1964), Ditadura Militar (1964-1985) e dias atuais (1985 até os dias de hoje), a própria forma de enxergar e construir discursivamente a imperatriz Leopoldina passará por mudanças, posto que essas condições de produção engendrarão e estabelecerão determinadas “verdades” acerca do processo da Independência.

Assim, na 2ª. Regência, colocava-se como principal problema político para os historiadores brasileiros a transformação da ex-colônia em uma nação. Havia uma maior preocupação com a construção da ideia de nação, com a questão da unidade: “o que era o Brasil?”, “quem eram os brasileiros?”, “o que o Brasil queria ser, e o que o Brasil não queria ser?”, são perguntas que iriam se estender até a segunda metade do século XIX. (MALERBA, 2004: 62). Varnhagen, o historiador que foi o maior representante de seu tempo, começa a contar a história da Independência “a quente”. O “Heródoto do Brasil” respondeu a essas perguntas com um patriotismo bastante parcial e unilateral, formulando um Brasil das elites brancas e da família real.

Ainda que a colônia tivesse deixado como legado à nova nação uma sociedade heterogênea, incompatível social e etnicamente com o modelo importado europeu de se escrever a história, os sujeitos da história do Brasil são, para Varnhagen, o homem branco e o Estado Imperial. Dessa forma, a construção discursiva identitária produzida naquele momento histórico no Brasil era de que:

O Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política. Os portugueses são os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores (REIS, 1999: 31).

Na ideia continuísta de Varnhagen, negava-se, por conseguinte, o brasileiro, enquanto os portugueses eram enaltecidos:

O Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico. O que significa dizer: o Brasil queria continuar a ser português e para isso não hesitará em recusar ou reprimir o seu lado brasileiro. Esse Brasil português era defendido e produzido pelas elites brancas, pelo Estado, pela Coroa. A diferença é que a Coroa não é mais exterior, mas interior. E é portuguesa ainda (*idem*: 32).

A construção de nação de Varnhagen passa por uma ideologia profundamente patriarcalista, além de seguir as demais diretrizes impostas pelo IHGB, como será visto adiante. Da construção discursiva de um herói que mantenha unida a nova nação à história vista como um modelo, pouco espaço sobrarà à imperatriz Leopoldina e suas ações no processo de Independência, como veremos mais adiante.

É importante ressaltar, contudo, que, apesar de considerado parcial por muitos estudiosos da escrita da história do Brasil, Varnhagen procurava defender, em seus discursos, a construção de uma historiografia brasileira pautada nos limites de uma história científica, sempre visando à busca por uma “verdade histórica”. Por esse motivo, o conjunto bibliográfico do autor é, frequentemente, arrolado entre o conjunto documental, em detrimento do conjunto efetivamente historiográfico (MALERBA, 2004: 65).

As obras produzidas por Varnhagen ressoaram na produção historiográfica de Tarquínio de Sousa e Oliveira Lima – imersos em momentos macro-políticos diferentes. A partir do século XX, são produzidos os primeiros ensaios críticos acerca da Independência do Brasil. Aproveitando o centenário da Independência, em 1922, Manuel de Oliveira Lima publica o clássico *O movimento da Independência*, “o qual já inicia com a discussão sobre o caráter do desquite entre Portugal e Brasil, se teria sido “amigável” ou não, no contexto do regresso de D. João VI para Lisboa” (*idem, ibidem.*). Ora, podemos notar que as questões já começam a mudar de um período para o outro.

Com a comemoração do centenário da Independência, o IHGB produziu uma série de revistas comemorativas intituladas *O anno da Independência*, elaboradas através de uma série de conferências acerca das principais datas do processo de Independência brasileira. Nesse contexto, é importante ressaltar o início de uma crise existente no IHGB com o fim da monarquia e com a instauração da república, ainda que tenha havido uma tentativa por parte dos dirigentes da instituição em acoplar o instituto a nova forma de governo (*idem, ibidem*). Contudo, esta revista foi pouco citada entre os historiadores entrevistados.

De acordo com Malerba (*idem*: 66):

O primeiro arrazoado historiográfico sobre a Independência, digno do nome, escrito com a precípua finalidade de mapear a historiografia em torno do tema da Independência, coube a Otávio Tarquínio de Sousa (...) o autor, acatando a vertente inspirada em Oliveira Lima, acerta ao iniciar dizendo que não se compreenderá a Independência sem um conhecimento mais profundo do período joanino no Brasil, que, àquela altura, era obra praticamente exclusiva de Oliveira Lima, com seu *D. João VI no Brasil*.

É importante destacar, nesse contexto, as obras em que Tarquínio de Sousa se baseou para escrever sobre a história do Brasil, uma vez que ele será o autor, nesta investigação, que falará de forma mais depreciativa da imperatriz Leopoldina. De acordo com Malerba (*idem*: 67), Tarquínio junta, indistintamente, crônica, relato e historiografia, sugerindo como bibliografia indispensável as obras de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu (*Memória dos benefícios políticos do governo de El-rei nosso senhor D. João VI, de 1818*), do Padre Luís Gonçalves dos Santos (*Memórias para servir à história do Brasil*), além do próprio Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro (que não foi mencionado pela academia).

Tarquínio de Sousa foi também um autor de biografias. Ao escrever a biografia de D. Pedro I, o autor é acusado de tê-la escrito até mesmo de forma caricatural em relação a alguns personagens, como D. Carlota. Dessa forma, acredita-se numa falha, tanto de Oliveira Lima quanto de Tarquínio de Sousa, já que ambos deram muita ênfase aos aspectos políticos e biográficos dos dirigentes do Brasil, negligenciando os principais aspectos econômicos e sociais daquele tempo, como a insolvência financeira do primeiro Império, a falência do Banco do Brasil, a manutenção da escravidão e do tráfico e sua relação com a sobrevivência da monarquia (*idem, ibidem*).

É importante salientar, nesse contexto, um deslocamento de questões acerca do tema. Se antes estavam em primeiro plano inquietações acerca da unidade, da construção de nação e identidade brasileira, de 1889 a 1935 essas questões deixam de ser as mais importantes. Desloca-se para o primeiro plano, no período que concerne à Primeira República, a questão do desquite entre Brasil e Portugal. Nesse sentido, a transferência da Corte para o Brasil constitui, por si mesma, uma fase irrecorrível rumo à Independência. As interpretações acerca do “desquite” entre Portugal e Brasil pouco mudarão: elas continuarão a serem vistas de forma amigável, de fato. Entretanto, salta aos olhos essa inquietação no período da Primeira República, uma vez que se começa a refletir a medida de “amizade” desse desquite, denunciando, dessa forma, uma diferença entre o pensamento historiográfico monárquico *continuista* e o pensamento historiográfico republicano (*idem*: 67-68).

Isso não significa dizer, porém, que os ecos dos modelos do IHGB não incidirão ainda sobre autores como o próprio Tarquínio de Sousa, que fará de D. Pedro I o principal

personagem da história do Brasil, um herói nacional e um exemplo a ser seguido, relegando à Leopoldina o papel de “fardo” na vida do imperador, como será visto adiante.

De acordo com Reis (1999: 173), a partir da revolução de 30, Caio Prado Jr. se torna o historiador brasileiro mais influente na historiografia brasileira. Sua trajetória particular de vida acabou por influenciar seu próprio trabalho: de origem aristocrática, saiu de uma família cafeeicultora paulista para se tornar o intelectual orgânico do movimento operário brasileiro.

Caio Prado rompe com a historiografia tradicional ao sair de uma escrita da história na qual se priorizava o passado colonial do Brasil em direção a uma escrita da história que principia uma revolução socialista no Brasil. Sua obra se iniciou em 1933 com *Evolução política do Brasil*, prosseguiu com as publicações de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1945) e a *Revolução brasileira* (1966). Em 1933, quando as lutas sociais desafiavam o pensamento, Caio Prado inaugurou uma corrente de interpretação marxista no Brasil diferente e original, descentrada do PCB. A partir de então, estabelece-se um novo estilo de se pensar a realidade brasileira, uma perspectiva crítica, que discute as relações entre o passado e o presente e examina as possibilidades de mudanças no futuro. (*idem*: 174-175).

Idolatrado por muitos historiadores e críticos da historiografia, é Caio Prado quem inaugura uma nova forma de ver e escrever sobre a história do Brasil. Até os anos 1930, via-se o Brasil com desconfiança e ceticismo, pois não se acreditava no poder do “povo mestiço”, das “classes sociais oprimidas e excluídas” para construir um futuro de sucesso para a nação. O autor, portanto, rompe com as ideias colonialistas ao ser um dos primeiros a acreditar, a confiar na eficácia história do povo brasileiro. “Para ele, as elites não fazem a história do Brasil sozinhas” e, pela primeira vez, os sujeitos da história do Brasil não são as elites isoladas, mas as classes sociais em luta (*idem*: 176).

A vertente historiográfica inaugurada por Caio Prado estabelece que, mesmo que as elites dominem quase absolutamente, elas não existem sozinhas no cenário brasileiro:

Ao seu lado, e sustentando a sua condição de elites – elites em relação a quem? -, existe a grande massa da população brasileira. “Redescobrir o Brasil” o Brasil nesta sua face oculta, neste seu outro lado, o *verdadeiro* Brasil. Este outro lado deverá ser integrado, valorizado e recuperado, pois nele estão os construtores da sociedade brasileira presente/futura (*idem, ibidem*).

Ao adotar esse ponto de vista, o historiador, diferentemente do que era feito antes de 30, não se limita a fazer uma história político-administrativa, tal qual fizeram Varnhagen, Tarquínio

de Sousa, Oliveira Lima (entre os historiadores citados) e outros não menos importantes⁵. Caio Prado abandona a superfície dos acontecimentos de mais destaque e passa a procurar atrás dos eventos visíveis, das ações produzidas pelos heróis brasileiros, o seu sentido estrutural, isto é, as relações sociais e o modo de produção capitalista. Para ele, por trás dos eventos e iniciativas individuais ou coletivos há um interesse de *classe*, interesse que se inscreve na lógica do modo de produção capitalista (*idem, ibidem*).

Assim, Caio Prado Jr. é o precursor de uma geração que começa a olhar a história do Brasil por outra perspectiva, voltada para a questão da luta de classes e para as questões estruturais desta história. A periodização se altera, aparecem processos antes minimizados, como os movimentos sociais dos séculos XVIII e XIX e a própria narrativa em torno dos grandes heróis se transforma. Os heróis não deixam de ser valorizados, mas são contextualizados, perdendo o seu valor exclusivamente individual.

Ora, já que a interpretação marxista de Caio Prado, voltada para as questões estruturais da história do Brasil, não contemplará mais os feitos dos “grandes heróis”, sendo um grande divisor de águas entre a história do Brasil tradicional e uma “nova” história do Brasil, isto é, uma nova forma de se ver e escrever sobre a história do Brasil, pairará, a partir dessa geração, um silêncio quase que absoluto acerca do papel da imperatriz Leopoldina na história. Ao mesmo tempo em que se retira a ênfase dos heróis e dos acontecimentos, Leopoldina, vista pela historiografia brasileira comumente como um “adereço”, se torna cada vez mais “supérflua”. As novas formas de se enxergar os acontecimentos no Brasil atravessarão outros assuntos, os quais não tangenciarão nem de longe a importância da imperatriz para a Independência.

O período entre 1945 e 1964 ficará marcado no Brasil pelo regime liberal populista. Após as grandes transformações sociais e econômicas no cenário mundial, fica evidente que o período *pós* revolução de 30 leva à tona uma diversidade de movimentos políticos e ideológicos que ocasionaram maiores tensões no cenário brasileiro.

Em meio ao nacionalismo, aos partidos comunistas, aos grupos liberais, que fizeram do quadro político nacional uma delicada teia de interesses e alianças, viu-se, nesse período, uma mudança nos centros de disputa pelo poder. Graças aos processos de industrialização e urbanização pelo qual passava o Brasil, a sociedade brasileira se “despedaçou” entre profissionais liberais, operários, militares, funcionários públicos etc. Mais uma vez, podemos ver nesse contexto, que os sujeitos construtores da história do Brasil não são os mesmos. Se

⁵ Capistrano de Abreu (1853 – 1927), Tobias Monteiro (1866 – 1952).

antes a história do Brasil era formada apenas pelo homem branco e pelo Estado Imperial, as próprias mudanças que ocorriam no cenário mundial e seus reflexos para o cenário brasileiro irão trazer novas questões a serem levantadas e discutidas por aqueles que escrevem a história do Brasil.

Nesse contexto, destaca-se também o populismo. Buscando o apoio de diferentes setores da sociedade, os governantes populistas fundamentavam seus discursos em projetos de inclusão social, que, em sua aparência, legitimavam a crença na construção de uma nação promissora. As ações populistas saudavam valores e ideias que colocavam o “grande líder” como porta-voz das massas. Suas ações não demonstravam mais a natureza individual do governante, mas, sim, transformava-o em “homem do progresso”, “defensor da nação” ou “representante do povo”.

Nessa fase, destaca-se Sérgio Buarque de Holanda, que inaugura uma nova periodização na história do Brasil que distingue: a) a Independência; b) o processo de construção do Estado imperial; e c) a formação de uma nacionalidade brasileira. Segundo ele, a Independência – enquanto processo de *emancipação política* – situa-se entre 1808 e 1831. O processo de construção do Estado imperial, por sua vez, se inicia neste interregno, com as atividades da Assembleia Constituinte em 1823, a outorga da Carta em 1824 e a aprovação do Código Criminal em 1830. Embora tais processos estejam intimamente ligados, a Independência não estará concretizada antes da consolidação do Estado imperial, e da difusão de uma concepção de nação, muito beneficiada pelo Romantismo nativista. É por esse motivo que o enfoque da historiografia do processo de emancipação política brasileira é concebido como algo que se desenrola, *grosso modo*, entre 1808 a 1831. Essa periodização foi seguida por historiadores como Maria Odila Dias e José Murilo de Carvalho (MALERBA, 2004: 63).

Assim sendo, de acordo com Holanda, “as duas aspirações – a da Independência e a da unidade – não nascem juntas, e por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas, pois se a emancipação só se concretiza verdadeiramente em 7 de abril de 1831, a unidade nacional não ficou assegurada até 1848” (HOLANDA, 1970 apud MALERBA, 2004: 63). Assim como em Caio Prado, a mudança de ênfase nas questões acerca do tema da Independência também contribuirá para a retirada de Leopoldina do centro dos acontecimentos do processo de emancipação política do Brasil em Sérgio Buarque de Holanda.

O período que se seguiu foi marcado pelas comemorações do “Sesquicentenário da Independência” (1972), que deram ensejo à publicação de uma verdadeira avalanche de obras sobre a Independência. Juntamente com as comemorações do aniversário da Independência, é interessante ressaltar que o país passava por um falso “milagre econômico” entre 1968-1973,

período inserido na ditadura militar no Brasil. Nessa fase, as exportações triplicaram, o Produto Interno Bruto ficou acima de dois dígitos e a inflação recuou para 20% ao ano em média. Grandes obras foram iniciadas nesse momento (Ponte-Rio Niterói, Itaipu, Transamazônica), construindo-se a ilusão ideológica de um país grande. A conquista da Copa de 1970 contribuiu para a propaganda oficial, que anunciava o destino do país em ser uma potência, a começar pelo futebol.

Nesse contexto, era óbvio que os militares só tinham motivos para comemorar o “progresso” pelo qual o Brasil passava, ainda que fosse às custas de um crescimento desigual, arrocho salarial, supressão de direitos trabalhistas, repressão aos movimentos sindicais e populares etc. Não havia, portanto, momento mais oportuno para se comemorar a Independência brasileira.

Dentre as obras publicadas nesse período, destaca-se o livro *1972: Dimensões*, organizado por Carlos Guilherme Mota. Essa obra, constituída por um conjunto de ensaios, reuniu contribuições do organizador e de outros dezessete renomados colaboradores para apresentar “o estado da arte no que tange ao debate histórico-geográfico sobre a Independência àquela altura” (MALERBA, 2005: 102). Assim, Mota dividiu os ensaios em dois níveis: “Das Dependências” e “Das Independências”.

No primeiro grupo, ao lado das indagações mais teóricas, ficam indicados alguns mecanismos da passagem do antigo sistema colonial para o sistema mundial de dependências, trazendo à tona discussões tanto do lado europeu quanto do lado brasileiro acerca do significado de 1822. O segundo grupo, por sua vez, seria “mais localizado”, enfocando as nuances regionais de enfrentamento da Independência nas várias partes do Brasil. Dessa forma, nesse “segundo nível” de análise, incluem-se ensaios sobre o processo da Independência nas diversas regiões ou mesmo províncias (*idem*: 103). Assim, se antes de *Dimensões* pensava-se numa Independência brasileira que deixara um país homogêneo e unitário, começa-se a pensar a Independência nas várias regiões brasileiras; afinal, o legado que a ex-colônia havia deixado não propiciava uma unidade nacional.

A partir da década de 1970, portanto, ocorre uma virada nas questões substantivas relacionadas ao tema. Isso significa dizer que as questões colocadas na história da Independência não serão mais aquelas “tradicionais”, presas aos documentos oficiais e às questões de Estado, tratadas por sucessivas gerações de historiadores. A ideia geral, nesse contexto histórico, veiculada pelo livro organizado por Mota, é de que a Independência do Brasil só pode ser entendida se e quando inserida no contexto mundial da transição do feudalismo para o capitalismo. A “crise do sistema colonial” é, nesse sentido, o ponto

culminante do processo de acumulação primitiva que permitiu o surgimento do capitalismo na Europa com a exploração das colônias. A história da Independência do Brasil deve, segundo a obra de Mota, derivar desse macroprocesso (*idem*: 103-104).

De 1985 até os dias atuais, principalmente a partir da década de 1990, a historiografia da Independência é marcada por uma série de trabalhos resultantes de cursos de pós-graduação. Destacam-se historiadores como Lúcia Bastos, Gladys Ribeiro, Iara Lins, Ilmar Matos, Evaldo Cabral de Melo, entre outros. Seguindo um pouco a vertente da geração anterior, esses historiadores e pesquisadores desenvolverão trabalhos que mostrem as regiões pós-Independência de forma mais individualizada, de modo a tentar vislumbrar as consequências para essas regiões com a emancipação política do Brasil.

Nas duas últimas gerações mencionadas, uma vez que a ênfase nas questões regionais se intensifica, também aí os “heróis” da Independência não possuirão um papel tão valorizado na escrita da história como anteriormente, antes da virada marxiana proposta na historiografia brasileira por Caio Prado. Nesse sentido, poderemos ver mais a fundo, na parte III da presente pesquisa, que as condições de produção dos discursos historiográficos acerca do tema determinaram um processo de apagamento da imperatriz Leopoldina na escrita da história da Independência brasileira. Como os discursos historiográficos constroem D. Leopoldina e como os discursos não constroem a imperatriz é o que examinamos na presente pesquisa, ao trazermos à tona uma análise do discurso que dê voz aos *silêncios* e aos *não-ditos* acerca da memória construída ao longo dessas gerações.

Parte II
História e Linguagem

III. Relações entre História e Linguagem.

Como definir a natureza do acontecimento passado, isto é, como definir que tal acontecimento, em determinado dia, é um fato histórico? Dizer que os “fatos falam por si mesmos” não seria uma resposta convincente a essa pergunta, pois “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais fatos vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1982: 47). Se alguém, em um determinado momento, chegou a um local a pé ou de bicicleta é um fato passado tanto quanto o fato de Napoleão ter invadido a Rússia. Entretanto, o primeiro fato é ignorado pelos historiadores. Ora, isto nos leva a pensar que a história é, entre outras coisas, “um sistema seletivo de orientações cognitivas para a realidade”, ou seja, o historiador é, necessariamente, um selecionador (*idem*: 48).

No século XIX, os documentos eram sacrário do templo dos fatos. Assim, “o historiador respeitoso se aproximava deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é verdade”. Contudo, é importante ressaltar que nenhum documento dizia mais do que os próprios pensamentos de seus autores, isto é, “o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer, ou que aconteceria, ou talvez, apenas o que ele queria que os outros pensassem, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar” (*idem*: 51-52). Ora, isso significa dizer que os “fatos” da história nunca chegam a nós “puros”, pois eles não podem existir numa forma pura, uma vez que são refratados através da mente do registrador (*idem*: 58):

A reconstituição do passado na mente do historiador está na dependência da evidência empírica. Mas, não é em si mesmo um processo empírico e não pode consistir de uma mera narração de fatos. Ao contrário, o processo de reconstituição governa a seleção e interpretação dos fatos: isto, aliás, é o que faz deles fatos históricos (*idem*: 57).

No que tange à própria questão da interpretação do historiador, é importante salientar ainda outro ponto importante: a visualização do passado através dos olhos do presente. Não podemos nos esquecer de que o historiador pertence a sua época e, portanto, a ela se liga pelas suas condições de existência humana. Assim, as próprias palavras que usa – tais como democracia, império, revolução, guerra – das quais ele se apropria, possuem conotações presentes das quais ele não pode se desvencilhar (*idem*: 60). Esse fator pode se tornar uma armadilha para leitores, historiadores e pesquisadores que pensam nos fatos históricos como fatos que falam por si mesmos e, conseqüentemente, dão pouca importância ao processo de

escrita, isto é, aos aspectos linguísticos e ideológicos que atravessam a narrativa histórica e a constituição de um fato histórico.

É nesse contexto que se deve pensar o estatuto de “verdade” da narrativa histórica, pois sendo um conjunto de fatos *selecionados* e *escritos* por historiadores, verificamos a existência de um “contrato” assumido entre a escrita da história e o leitor de história quanto à aceitação da narrativa tida como verdadeira.

O estatuto de “verdade” da história é colocado em xeque a partir do *Linguistic Turn*, momento em que a linguagem passa a dominar a cena filosófica a partir do século XX. Esse movimento da filosofia contemporânea rumo a uma crítica da linguagem redundará no nascimento de uma “filosofia da linguagem”, introduzindo a ideia segundo a qual a análise linguística seria definitivamente capaz de servir como um método adequado para a solução dos problemas filosóficos (TOLEDO JR., 2008: 15). Isto é:

uma filosofia que tem como concepção básica a análise da linguagem e do processo de significação, seja por uma corrente “analítica” que estuda a linguagem ideal, e uma linguagem “pragmática”, que investiga a linguagem ordinária e seu uso efetivo no cotidiano (NIGRO, 2007: 31).

Essa “virada linguística” permitiu que, pela primeira vez no pensamento ocidental, a visão platônica fosse questionada em sua raiz, ou seja, no pressuposto de que existe uma separação e mesmo uma oposição entre a realidade “nua” e a representação linguística dessa realidade (*idem*: 31). Dessa forma, a “contaminação” entre mundo e linguagem, no qual os seres humanos pertencentes a um mesmo horizonte de sentido formado, compartilhando de significações, começa a ser objeto de estudo de pensadores. Através de uma investigação da própria língua, os pensadores propõe um novo enfoque para os velhos problemas da metafísica (*idem*: 33).

Ora, é óbvio que essa “virada” remeteria a disciplina História e, conseqüentemente, as narrativas da história a uma espécie de “ficção”, gerando uma crise, por conseguinte, no estatuto de “verdade” da disciplina e do contrato assumido entre historiador e leitor de história. Ao se assumir a escrita da história na classe das narrativas, no sentido precisamente clássico, aristotélico, de organizar em uma intriga ações representadas, onde estaria o cientificismo da disciplina? (CHARTIER, 1991: 357).

As relações entre História e Linguagem se tornam ainda mais profundas através dos teóricos da terceira geração dos *Annales*. Foucault e os analistas do discurso sugerem uma profunda relação entre a Análise do Discurso e a História. A partir de um contexto criado pela

perspectiva da *história-problema* dos *Annales*, os representantes dessa escola assumiram uma postura crítica em relação à concepção positivista e tradicional da história. Foucault, em conformidade com alguns aspectos dessa escola, considera a impossibilidade de objetividade do ofício do historiador, uma vez que é ele quem seleciona e faz os recortes da sua história. Assim como Carr, Foucault considera que os documentos são tratados como monumentos e manipulados em seu tempo e, por isso, sugere uma abordagem crítica não apenas sobre os discursos dos documentos, mas uma análise crítica sobre os discursos contidos na escrita da história, nos discursos do próprio historiador, já que estes estariam presos às condições de produção e sentido de sua época (SILVA, 2004: 36-37).

Sob essa nova ótica, Foucault não apenas destaca uma nova forma de ver e escrever a história, mas promove um diálogo frutífero entre os historiadores e os analistas do discurso. À medida que ele ajuda a pensar um lugar epistemológico para o discurso (visto no plano do enunciado e não no plano da língua), Foucault passa a considerar não apenas o sujeito que produziu o enunciado, mas, inclusive, de que lugar institucional e sob que regras sócio-históricas o sujeito o produziu (*idem*: 37); (FOUCAULT, 2008: 13).

Nesse contexto, faz-se mister trazer à luz Bakhtin e sua teoria semiótica de ideologia, pois tal teoria dialoga com a nova proposta de se ver a história, sugerida por Foucault. Bakhtin sustentou que a orientação do pensamento filosófico-linguístico saussuriano incorre no equívoco de separar a língua de seu conteúdo ideológico por postular que as únicas articulações a que os signos linguísticos se submetem ocorreriam, estritamente, entre eles próprios no interior de um sistema fechado (RESENDE & RAMALHO, 2006: 15). Para Bakhtin:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo* (BAKHTIN, 1999: 31).

Dessa forma, apoiado nos princípios do marxismo, Bakhtin localiza a ideologia no signo, como faz dele um instrumento de refração da realidade, bem como o apresenta como causa e efeito de confrontos sociais. De acordo com a tradição marxista de primazia de luta de classes, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava anteriormente é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis e universalmente válidos:

A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente [...]. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta e, todo o signo ideológico não se encontra à descoberta (*idem*: 47).

Nesse contexto, podemos perceber que o campo da ideologia está longe de ser o *único* elemento em que se dá a reprodução/transformação das relações de produção de uma estrutura social, já que as *determinações econômicas* condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação. As ideologias, portanto, não se compõem de “ideias”, mas de práticas (PÊCHEUX, 2007: 143).

Pêcheux (*idem*: 144) quer dizer com essa afirmação que a ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist* (o “espírito da época”, a “mentalidade de uma época”, os “hábitos de pensamento de uma época”) imposto à sociedade de maneira regular e homogênea. De acordo com o autor, há na sociedade uma luta de classes ideológicas distintas. Assim, a ideologia da classe dominante não se transforma em ideologia dominante por acaso. Isso significa que os Aparelhos Ideológicos de Estado (divididos em regiões como Deus, Ética, Lei, Justiça, Família, Saber etc.) não *expressam* apenas a dominação de uma ideologia, mas representam o *local* e o *meio* de realização dessa dominação, constituindo, dessa forma, práticas.

Todavia, os Aparelhos ideológicos do Estado não são puramente instrumentos da classe dominante, simples máquinas ideológicas que reproduzem as relações de poder preexistentes. Como foi dito anteriormente, a instauração desses Aparelhos Ideológicos de Estado são o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua. Há um complexo conjunto de relações de contradição-desigualdade-subordinação (atravessadas por condições econômicas) constituindo os “elementos” dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Por isso, de acordo com Pêcheux (*idem, ibidem*), seria absurdo pensar que, numa dada conjuntura, todos os Aparelhos Ideológicos contribuem *igualmente* (grifo do autor) para a reprodução das relações de produção e para sua transformação.

O aspecto ideológico da luta pela transformação das relações de produção reside, sobretudo, na luta para impor, dentro do complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação*. Essas lutas resultarão numa transformação do *conjunto* do complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado e numa transformação do próprio Aparelho de Estado (*idem*: 146).

Assim sendo, tendo em vista que a significação dos enunciados tem sempre uma dimensão ideológica, expressa sempre um posicionamento social valorativo e, portanto,

qualquer enunciado é sempre ideológico (FARACO, 2009: 47), abre-se espaço para a abordagem da *linguagem como espaço de luta hegemônica*. A arena discursiva na qual os embates são travados viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. O campo da *escrita da história* está inserido, portanto, nesse contexto. Uma vez que é o historiador quem seleciona *o que é o fato histórico*, é possível e necessário:

Referir-se, não às verdades tais como se impuseram, violentamente, mas às regras de emergência de verdades que se constituem como *efeitos de poder*. Os documentos aos quais tem acesso o historiador seriam, assim, registros de relações de força que não narram ou expõem, mas fazem parte das batalhas que modulam e dão forma às *histórias* e, nelas, aos próprios *sujeitos* (BIROLI, 2008: 161).

É necessário ainda encontrar nos enunciados que compõem os documentos trabalhados pelo historiador não os “sentidos”, mas, sim, os efeitos de poder que não são desdobramentos significantes, mas bélicos, já que pertencem à inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (*idem*: 161). A noção de poder, contudo, é negada como forma de repressão, mas, de maneira positiva, “induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1979: 8). Ora, as relações de poder tratadas, nesse contexto, produzem verdades, mais do que ocultam. Essas verdades, por sua vez, constituem regras para o verdadeiro – regras de produção dos enunciados e de reconhecimento de seus sujeitos-autores. Consequentemente, os homens são apartados de sua condição de agente e se submetem ao que na verdade são os produtos de suas próprias atividades, tais como se estes fossem uma força estranha (*Ideologia Alemã*, 1845).

O deslocamento proposto por Foucault permite, por fim, a negação do conceito de *tradição*⁶ na história, uma vez que procura afirmar para si um “lugar de fala” na história. A partir de uma interface entre a força criativa do historiador, vista inicialmente com Humboldt, e a noção de discurso histórico, como prática social e, conseqüentemente, ideológica, podemos dizer, que a *escrita* da história, englobando a *seleção e interpretação* dos fatos pelo historiador, a caracterizam como *força ativa*. A história, vista sob esse viés, deixa de ser caracterizada como um *peso-morto*, isto é, como um elemento imóvel e difícil de se controlar. Contudo, é importante ressaltar que nem sempre a sua totalidade é *dizível* ou mesmo acessível pelo presente, não apenas devido à ruptura que caracteriza a modernidade capitalista, à

⁶ Romper com a tradição significa, para Foucault (1979: 33), fazer da história uma contramemória, desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma de tempo, liberando a história, assim, de modelos restritivos, que lançam a história a um campo no qual as continuidades são afirmadas e as permanências, destacadas (BIROLI, 2008: 160).

fragmentação presente no excesso de imagens que nos faz ver tudo e, ao mesmo tempo nada, mas também, devido à dinâmica histórica por meio da qual predominam estruturas de pensamento que legam outras à raridade ou ao esquecimento (BIROLI, 2008: 164).

Nesse sentido, meu interesse, enquanto pesquisadora do campo da Linguística Aplicada não é o de “reduzir” a História ao campo da ficção, posto que a ficção também é lugar onde se situa a “verdade”, ainda que num fazer textual que transcorre num pacto discursivo distinto do historiográfico, onde são dados ver os mecanismos que constroem relações de poder e de dominação. O meu interesse consiste, não obstante, em mostrar que grandes distâncias podem distinguir maneiras de escrever e de provar de historiadores, ainda que próximos por seus objetos de pesquisa ou preferências ideológicas. Isto é, não só reconhecer a dependência da história em relação às técnicas retóricas da narração e às possibilidades, conscientemente controladas ou não, de variações dessa matriz comum, bem como verificar que essa matriz constrói, naturaliza e age sobre as nossas significações de mundo (*idem*: 351 - 358); (FAIRCLOUGH, 2001). Em suma, o que se busca nesta pesquisa é um olhar além da superfície do texto, da narrativa histórica, um olhar nas “entrelinhas” da construção da narrativa histórica e das verdades fixadas constituídas por essa matéria.

É nesse contexto que uma análise linguística dos fatos históricos se torna de suma importância, uma vez que encoraja os historiadores “de mentalidades”, bem como leitores da história e outros profissionais da área a adotarem novos tipos de questionamento.

IV. Discursos da história e sua análise crítica

Os capítulos seguintes configuram um conjunto de propostas teóricas sobre o discurso e seu funcionamento social. Essas propostas, contudo, não constituem campos fechados do saber, uma vez que o pressuposto básico dessas teorias é a interdisciplinaridade. Isso se deve à percepção de que para a análise de textos enquanto instâncias discursivas a Linguística apenas não é suficiente (MOITA LOPES, 2006: 26).

Dessa forma, as teorias usadas nesta investigação para uma análise crítica dos discursos da história recorrem a diferentes relações entre disciplinas, como a Literatura, a História e as Ciências Sociais. De acordo com Resende (2009: 85), a heterogeneidade de abordagens deve ser celebrada a fim de garantir diálogos profícuos que possibilitem um constante aperfeiçoamento das ferramentas de que dispomos para analisar instâncias discursivas contextualmente situadas. Não se trata aqui de um “vale-tudo epistemológico”, uma vez que há marcantes continuidades que dão coerência a presente pesquisa.

É importante ressaltar, por fim, a necessidade de enxergar as construções discursivas à luz das diversas abordagens críticas, pois elas mantêm o foco na relação entre linguagem e sociedade. A partir desse viés, o discurso é entendido como parte das práticas sociais, influenciado pelas estruturas/práticas sociais e como influência sobre a manutenção ou transformação dessas estruturas/práticas. Assim, uma vez que textos são tanto socialmente estruturados quanto estruturantes, as abordagens teóricas usadas nos capítulos seguintes possuem o objetivo não só de examinar os modos como se produzem significados em textos, que então ajudam a transformar e reproduzir estruturas sociais, mas também nos ajudam a avaliar os modos como a produção de significados são constrangidos/possibilitados por aspectos não-semióticos emergentes da estrutura social (*idem, ibidem*).

IV. I. Linguagem e suas definições

A tradição saussuriana considera a *parole* (fala) como atividade essencialmente individual, usada pelos indivíduos de maneira imprevisível, de acordo com seus desejos e suas intenções e, por isso, não acessível ao estudo sistemático, e a *langue* (língua) como um sistema social da língua. Segundo essa tradição, a *parole* é ignorada, pois qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema e não do seu “uso”.

Em contrapartida, os sociolinguístas criticaram a posição saussuriana, pois, para eles, o uso da linguagem é moldado socialmente e não individualmente. Além disso, é através das variáveis sociais que ocorre a variação da língua de acordo com a natureza da relação entre os participantes em interações, o tipo de evento social e os propósitos sociais nas interações.

Apesar de essa concepção sócio-linguística de linguagem representar um avanço, o linguista britânico Norman Fairclough aponta nela algumas limitações. Em primeiro lugar, a ênfase tende a ser unilateral, uma vez que a língua varia de acordo com os fatores sociais. Essa ideia implica, por sua vez, a existência de tipos relativamente estanques de sujeitos sociais, de relações sociais e, principalmente, a exclusão da possibilidade de o uso da linguagem contribuir para a sua constituição, reprodução e mudança. Em segundo lugar, há uma ausência de compreensão de que as propriedades do uso da linguagem podem ser determinadas por um sentido mais global pela estrutura social e por um nível mais profundo – relações sociais entre classes e outros grupos, modos em que as instituições sociais são articuladas na formação social – e podem contribuir para reproduzi-la ou transformá-la (cf. FAIRCLOUGH, 2001: 90).

Ao usar o termo “discurso”, Fairclough propõe considerar o uso da linguagem como “prática social” e, isto implica:

Ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação (...) Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre estrutura social e prática social: a última é tanto uma condição quanto efeito da primeira (*idem*: 91).

Isso significa que, se por um lado o discurso é restringido e moldado pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis, como relações sociais, classes, relações específicas em instituições particulares, tanto de natureza discursiva quanto não-discursiva, por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. Isto é, o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social, que direta ou indiretamente, o moldam e o restringem. Dessa forma, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (*idem*: 91).

Assim sendo, a partir dessa dialética, podemos conferir ao discurso três efeitos: 1) o discurso contribui para o que é comumente referido como “identidades sociais”, bem como “posições de sujeito”; 2) o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas; e 3) o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Nesse contexto, é importante ressaltar que a perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, uma vez que ocorrem a partir de uma relação complexa e variável com as estruturas, que manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e ideológica (*idem*: 94).

IV. II. Texto e Discurso

Como vimos no capítulo anterior, uma das formas mais produtivas de se pensar o discurso não é como um simples grupo de sinais ou como um trecho do texto, mas como *práticas* que formam sistematicamente os objetos de que falamos (FOUCAULT, 1979: 46). Isso significa que o discurso é algo que produz outra coisa além do texto, como um conceito, um efeito, ao invés de algo que existe em si mesmo e que pode ser analisado isoladamente (MILLS, 1997: 17).

Assim, em uma estrutura discursiva, podem-se detectar opiniões, conceitos, formas de pensar e comportamentos que são formados dentro de um contexto particular. Nesse sentido, é

importante considerar os fatores de “verdade”, poder e conhecimento, uma vez que é devido a esses elementos que os discursos produzem efeitos (*idem*: 18). De acordo com Foucault (1979: 46), cada sociedade, por sua vez, possui seu regime de verdade e suas políticas gerais de verdade, isto é, os tipos de discurso que abrigam causas que funcionam como verdadeiras, bem como os mecanismos e instâncias que permitem distinguir as declarações verdadeiras das declarações falsas.

Numa distinção mais concreta entre texto e discurso, enquanto o primeiro é uma unidade de análise, o discurso é definido como efeito de sentido entre os locutores. Para uma análise de discurso, por exemplo, não interessa a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo (ORLANDI, 2012: 69).

De acordo com o Orlandi (*idem*: 69-70), o texto não deve ser considerado apenas como um “dado” linguístico (com suas marcas, organização etc.), mas como *fato* discursivo, trazendo a memória para a consideração dos elementos submetidos à análise, isto é, são os fatos que nos permitem chegar à memória da língua. De acordo com a autora, é desse modo que podemos compreender como o texto funciona enquanto objeto simbólico. Assim sendo:

o texto é unidade de análise afetada pelas condições de produção e é também o lugar da relação com a representação da linguagem: som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. Mas é também e, sobretudo, espaço significante: lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação. O analista tem de compreender como ele produz sentidos, o que implica saber tanto como ele pode ser lido, quanto como os sentidos estão nele. (...) Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso (*idem*: 72).

Feita a análise, o analista não falará sobre o texto, mas sobre o discurso. O texto é visto como mediação de um dispositivo analítico, possuindo o estatuto de unidade de análise. Os textos, enquanto objetos que se constituem em materiais de Análise do Discurso, são provisórios. A sua duração dependerá, por um lado, de sua própria existência material e, de outro lado, da memória institucionalizada por eles (*idem*: 73).

Na parte III do presente trabalho, quando são analisados os discursos históricos sobre a participação da imperatriz Leopoldina no processo de Independência, a análise não prescindirá do texto. Alcançado os efeitos de sentido produzidos pelo discurso, os textos de história deixarão de ser apenas “objeto”, para se constituírem enquanto “práticas sociais”.

IV. III. A concepção de linguagem de Bakhtin

Para a análise das narrativas históricas sobre a Independência e, mais precisamente, sobre o papel da imperatriz usaremos como base a concepção bakhtiniana de linguagem, isso por que essa concepção se coaduna claramente com os teóricos que serão aqui apresentados. Para o círculo bakhtiniano, a linguagem é apresentada como atividade e não como sistema. O enunciado, por sua vez, é visto como um ato singular, *irrepetível*, concretamente situado e emergindo de uma atitude altamente responsiva, isto é uma posição valorativa em relação a determinado estado e coisa (FARACO, 2009: 24). Mais adiante, conforme forem sendo feitas as análises, veremos mais concretamente o que Bakhtin deseja dizer com “irrepetível”.

Pois bem, a principal tese desta investigação, como já fora visto anteriormente, é a de que os autores que escreveram e escrevem sobre a história do Brasil possuíam/ possuem uma posição valorativa, isto é, *axiológica* acerca dos personagens e dos acontecimentos da história. Assim, atrás das narrativas desses autores – discursos históricos, uma vez que constituem *atividade* e não sistema – Bakhtin recusa sempre a reificação do texto, pois nele há sempre um sujeito quem diz, uma visão de mundo, um universo de valores com que se interage (*idem*: 43). Dessa forma, o mero fato de se falar sobre um personagem já significa uma posição, isto é, uma atitude frente a ele, uma atitude não indiferente:

Eis por que a palavra não apenas designa um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa por sua entonação minha atitude valorativa em relação ao objeto, em relação àquilo que é desejável ou indesejável nele, e, desse modo, movimenta-o em direção ao que ainda está por ser determinado nele, transforma-o num momento constituinte do evento vivo, em processo (BAKHTIN, 1997: 32-33).

Mais do que expressar uma atitude valorativa, a linguagem serve como forma de mediar as relações dos seres humanos com a realidade. Todas as nossas relações com nossas condições de existência, sejam com o ambiente natural, sejam em contextos sociais, só ocorrem semioticamente mediadas. Isso significa que vivemos num mundo de linguagens, signos e significações, no qual o real nunca é nos dado de forma direta. O mundo, bem como os acontecimentos da história, só adquirem sentido para nós, seres humanos, quando semiotizado, isto é, quando mediado através de signos. Dialeticamente, os signos envolvem sempre uma dimensão axiológica, o que nos leva a uma relação com um mundo atravessada por valores (FARACO, 2009: 49).

Isso significa dizer, por conseguinte, que qualquer palavra (qualquer enunciado concreto) encontra o objeto a que ele se refere já recoberto de qualificações, envolto por uma

atmosfera social de discursos, por uma tensa e densa camada de discursos denominada cadeia heteroglóssica. Uma vez que os signos são utilizados como forma de mediação com a realidade e nossa relação com ela nunca é direta, mas oblíqua, posto que as palavras não tocam as coisas, mas penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas, acreditamos, de acordo com Bakhtin, que os signos não refletem o mundo. Dizer que os discursos são meras reproduções do mundo, das realidades, é muito reducionista. A posição assumida pelo Círculo de Bakhtin é a de que os discursos são transmutações da realidade em matéria significativa, e essa transmutação se dá sempre atravessada pela refração dos quadros axiológicos (*idem*: 50).

Refratar significa que, através dos signos, não descrevemos apenas o mundo, mas construímos na dinâmica da história e, por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos, diversas interpretações acerca da realidade, isto é, diversas *refrações*:

A dinâmica da história, em sua diversidade e complexidade, faz cada grupo humano, em cada época, recobrir o mundo com diferentes axiologias, porque são diferentes e múltiplas as experiências que nela se dão. E essas axiologias participam, como elementos constitutivos, dos processos de significação, daí resultando as inúmeras semânticas, as várias verdades, os inúmeros discursos, as inúmeras línguas ou vozes sociais com que atribuímos sentido ao mundo (*idem*: 52).

Ainda que o material semiótico seja o mesmo, suas significações no ato social concreto de enunciação, dependendo da voz social, serão diferentes. Nesse contexto, é importante ressaltar que essa pluralidade de vozes sofrerá coerções de forças centrípetas por parte do Estado. As vontades sociais de poder tentarão sempre calar, por gestos centrípetos, determinadas vozes, impondo verdades, submetendo assim a heterogeneidade discursiva (de caráter centrífugo), monologizando, finalizando o diálogo (*idem*: 53).

Bakhtin ressalta, contudo, que não há uma palavra que seja a primeira ou a última. Mesmo os sentidos que nasceram nos séculos passados não podem ser estabilizados de maneira definitiva. Estes sentidos estão sendo sempre renovados ou modificados de alguma maneira no desenrolar dos diálogos. Isso significa dizer que cada enunciado é uma resposta e contém com maior ou menor nitidez um acordo ou desacordo. É, ao mesmo tempo, uma resposta - uma vez que há a tomada de posição socioideológica (valorativa) pelo sujeito e espera do outro uma resposta também axiológica frente ao dito (*idem*: 59).

Assim, todo dizer é parte de uma discussão ideológica, na qual se responde ao já dito, refuta, confirma, antecipa respostas e objeções. Bakhtin denomina esse ato de *dialogismo*, e

confere a ele três percepções distintas: a) todo dizer não pode deixar de se orientar para o “já dito”; b) todo dizer é orientado para uma resposta; e c) todo dizer é internamente dialogado. A primeira percepção diz respeito ao fato de todo enunciado ser uma réplica e se constituir numa determinada memória discursiva. A segunda percepção, por sua vez, sugere que todo enunciado espera por uma réplica, por uma *resposta*, na qual o sujeito que fala já antecipa as futuras réplicas do outro que responde, num determinado contexto socioideológico. Assim, é intrínseco ao enunciado o receptor presumido, isto é, *quem* fala, *fala o que* e *para quem*. A última percepção, por fim, diz respeito ao fato de o discurso ser heterogêneo, constituído pela articulação de múltiplas vozes. O dizer alheio será marcado ou não, por aspas ou não, em escalas infinitas de alteridade ou assimilação da palavra alheia (*idem*: 59-60).

Nesse contexto, podemos notar que as ideias do Círculo de Bakhtin dialogam com concepção de linguagem da Análise do Discurso Crítica (ADC), que vê o discurso como prática social, inserindo a característica de ação, de “atividade” presente na teoria bakhtiniana.

IV. IV. A teoria social do discurso e a ADC

A Análise do Discurso Crítica (ADC) define-se, sobretudo, por estabelecer relações interdisciplinares voltadas para as Ciências Sociais, a fim de contemplar reflexões acerca da relação entre linguagem e sociedade que não poderiam ser logradas apenas nas fronteiras da Linguística (RESENDE, 2009: 7).

Outra característica comum às diversas propostas teórico-metodológicas em ADC é seu caráter posicionado. Isto é, trata-se de abordagens críticas para o estudo linguístico-discursivo de textos no sentido de que as pesquisas vinculadas à ADC assumem uma posição explícita em face de problemas sociais parcialmente discursivos. Não há, portanto, uma simulação de “imparcialidade científica” por parte de pesquisadores (*idem*: 12).

Assim sendo, a Linguística é utilizada nos trabalhos de análise discursiva como instrumento de crítica social. A utilização de categorias linguísticas justifica-se na medida em que possibilita ao analista do discurso explorar a materialização discursiva de problemas sociais, em termos dos efeitos dos aspectos discursivos em práticas sociais contextualizadas, da vinculação de textos a discursos particulares na constituição de identidades e na legitimação de modos de ação (*idem*: 13).

Nesse sentido, as práticas sociais sobre a construção da nação brasileira se encaixam perfeitamente no quadro teórico da ADC. Uma vez que as construções discursivas identitárias sobre a imperatriz Leopoldina estão inseridas nos textos sobre a Independência, enquanto

discursos historiográficos, esses textos atravessaram a construção da nossa ideia de nação, institucionalizando-se como memória coletiva. Por se constituírem como legitimação de “verdades”, estes discursos merecem uma maior atenção de uma análise do discurso crítica. A seguir, serão trazidos à luz os principais fundamentos dessa teoria.

IV. IV. I. A concepção tridimensional do discurso

O modelo tridimensional de discurso elaborado por Norman Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992 engloba três dimensões do discurso: a) texto, b) prática discursiva e c) prática social.

Enxergar o discurso como *texto* significa pensar em sua construção linguística formal, isto é, nos seus elementos constitutivos: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual que organizarão a análise textual (FAIRCLOUGH, 2001: 102-103); (RESENDE & RAMALHO, 2006: 29).

A dimensão *prática discursiva*, por sua vez, envolve processos de produção, distribuição e consumo textual relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável de acordo com o tipo de discurso, bem como o contexto no qual este discurso está inserido. Isso tem a ver, de acordo com Fairclough, com o tipo de trabalho interpretativo que neles se aplica e com os modos de interpretação disponíveis. Isso significa, por exemplo, que não se leem receitas como textos estéticos ou textos acadêmicos como textos retóricos, embora não sejam impossíveis esses tipos de leitura (2001: 107). É importante ressaltar, nesse contexto, que a prática discursiva é mediadora entre o texto e a prática social, pois:

De um lado, os processos de produção e transformação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre as ‘pistas’ no texto (*idem*: 35-36).

O discurso como *prática social* está relacionado aos aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada. Conforme fora visto anteriormente, em primeiro lugar, a ideologia possui existência material nas práticas das instituições, que abre caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Em segundo lugar, é importante lembrar que a ideologia interpela os sujeitos, o que permite que o ser humano se constitua como sujeito. Em terceiro lugar, os Aparelhos Ideológicos de Estado,

isto é, instituições como a escola, a mídia, a igreja são marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso, isto é, para uma arena discursiva (*idem*: 116).

Assim, Fairclough (2001: 117) entende que “as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o ‘status’ de senso comum”. No entanto, essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser encarada como propriedade *sine qua non*, pois, uma vez que a luta no discurso é apontada, tal qual uma arena discursiva, a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, isto é, uma luta que remolda as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou transformação das relações de dominação. Dessa forma, a ADC entende o caráter produtor e reproduzidor das construções ideológicas da realidade. No entanto, ela vai além de outras vertentes de Análise de Discurso quando assume o caráter *transformador* das relações de dominação através das próprias práticas discursivas, como fontes materializadas de ideologia.

Dessa forma, Fairclough (2001: 119) sugere que a ideologia está localizada não só nos textos, mas, inclusive, nas estruturas – nas ordens do discurso – “que constituem o resultado de eventos passados, como estão presentes nas condições dos eventos atuais e dos próprios eventos, quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras”.

Contudo, é importante ressaltar que as pessoas não possuem consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática, já que as ideologias constituídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas. Dessa forma, as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas podem estar investidas ideologicamente (*idem*: 119).

Foucault, nesse sentido, ao argumentar a definição de *ideologia* – relacionada aos sistemas de *poder e crença* – afirma que o poder não é algo limitado a exércitos, parlamentos, mas sim, “a uma rede de força penetrante e intangível que se tece em nossos menores gestos e declarações mais íntimas” (1979: 20). Para ele, a força do termo *ideologia* reside em sua capacidade de distinguir entre lutas de poder que são centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são (*idem*: 21).

Como estabelecer, todavia, uma hierarquia do que é central e do que é periférico? Eagleton, em seu livro *O que é ideologia* (1997) chama a atenção para o fato de que, em qualquer situação, deve-se ser capaz de assinalar o que é ideológico do que não é ideológico, já que qualquer discurso *pode* ser investido ideologicamente, mas não necessariamente, todos os discursos são ideológicos.

Dessa forma, o autor sugere que a *ideologia* é, nesse contexto, mais uma questão de “discurso” do que de “linguagem”, já que ela teria mais a ver com a questão de “*quem está falando o quê, com quem e com que finalidade*” do que com as propriedades linguísticas inerentes de um pronunciamento. É importante ressaltar que Eagleton (1997: 22-23), em seu estudo, não refuta a existência de “idiomas” ideológicos específicos, como a linguagem do “fascismo”, do “feminismo”, mas desloca os *interesses de poder* e o que eles podem gerar como o fator mais ideológico do que a linguagem, propriamente dita; isto é, a linguagem pode ser ideológica em um contexto e não em outro. A ideologia, acima de tudo, nessa abordagem, é a função da relação de uma elocução com o seu contexto social.

É nesse sentido que se objetiva olhar pelas *entrelinhas* dos discursos historiográficos acerca da imperatriz Leopoldina, a fim de “perceber”, enquanto discursos históricos, que *ideologias* se naturalizaram e se automatizaram acerca da imperatriz e de sua participação no processo de emancipação brasileira. Indo mais além, procurar entender que tipo de historiografia e ideia de nação foram engendradas, passadas de pai para filho, com seus personagens principais e o papel da mulher nesse contexto. É nesse sentido que desloco a ADC para a escrita da história, uma vez que a elaboração dessa historiografia, enquanto *prática social*, corrobora a afirmação de Bahktin sobre o signo:

1. *Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico) (BAKHTIN: 1999, 44).

Assim, todo signo ideológico é também um signo linguístico. Esta afirmação bakhtiniana implica dizer que todas as nossas relações com nossas condições de existência – seja em ambientes naturais ou em contextos sociais – só ocorrem semioticamente mediadas, posto que vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações. O mundo só adquire sentido para nós, seres humanos, quando semioticizado (FARACO, 2009: 49).

IV. IV. II. O conceito de *hegemonia* da ADC.

O conceito de *hegemonia* da ADC, por sua vez, é retomado de Gramsci (1971) e harmoniza-se com a concepção de discurso elaborada por Fairclough, a qual permite fornecer

uma teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder, permitindo, por conseguinte, o foco sobre a mudança discursiva (FAIRCLOUGH, 2001: 122).

Assim, Fairclough (*idem*: 122) sugere que:

Hegemonia é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’ (...) Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos, para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológica.

É nesse contexto que o conceito de ideologia se inter-relaciona com o de hegemonia, pois, enquanto prática social, ocorre a materialização implícita e inconsciente das ideologias nas práticas, considerando-se, nesse caso, ideologias manifestações implícitas (ou não) na arte, no direito, na atividade econômica e nas manifestações individuais e coletivas de vida (*idem*: 123).

Os diversos campos de ideologias, por sua vez, sejam como correntes, formações sobrepostas, conflitantes presentes na arena discursiva se entrecruzam, entram em choque antes de serem naturalizados e automatizados. Isso sugere que esses focos ideológicos sejam articulados, rearticulados, reestruturados constantemente. Daí o “equilíbrio instável”, característica principal da hegemonia. Dessa forma, as estruturas discursivas, enquanto ordens do discurso, são concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis. “Considera-se uma ordem do discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e rearticulação de ordens do discurso são, conseqüentemente, um dado delimitador na luta hegemônica” (*idem*: 123).

Nesse sentido, a produção, a distribuição e interpretação de textos são uma faceta da luta hegemônica, na qual determinadas ordens do discurso procuram dominar a arena discursiva da qual fazem parte, constituindo-se e reformulando o estatuto de “verdade”. Esse contexto acaba por contribuir em graus variados para a reprodução e transformação não só de ordens do discurso, mas, inclusive, de estruturas sociais assimétricas existentes (*idem*: 123 – 124).

Dessa forma, de acordo com Fairclough (*idem*: 124-125), a maioria dos discursos se sustenta na luta hegemônica em instituições particulares, como escolas, famílias, o que torna seus protagonistas “não classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos, a polícia e o público, mulheres e homens”.

Nesses casos, a hegemonia não só fornece um modelo, como fornece também uma matriz. Assim, de forma a “integrar” os grupos subalternos e não simplesmente dominando-os, obtém-se um equilíbrio precário que pode ser enfraquecido por outros grupos, “e fazem isso por meio do discurso e mediante a constituição de ordens discursivas locais”.

O conceito de hegemonia fornece para a ADC, portanto, uma matriz na qual se pode analisar a prática social a qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes, bem como um modelo, o que nos permite analisar a prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes. Uma vez que as hegemonias possuem dimensões ideológicas, é uma forma também de se avaliar os investimentos ideológicos das práticas discursivas (*idem*: 126).

IV. V. Memória e Linguagem

Como já foi falado, o pensar a história é uma das marcas características do século XIX. Ao longo desse século, estabeleceram-se parâmetros para um moderno tratamento do tema, que trouxeram para o discurso historiográfico, por conseguinte, foros de cientificidade. Dessa forma, a “disciplina história” começava a ganhar espaço nas universidades, ao passo que o historiador perdia o traço de *hommes de lettres* e adquiria estatuto de pesquisador, de igual entre seus pares no mundo da produção científica. Na Europa, o pensar a história foi articulado num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupava uma posição de destaque (GUIMARÃES, 1988: 5).

Seguindo os moldes europeus – o que certamente trouxe consequências -, no Brasil, o espaço da produção historiográfica não esteve sujeito a uma competição acadêmica. Contudo, o espaço reservado foi aos escolhidos e eleitos a partir das relações sociais, nos moldes das academias ilustradas que conheceram seu auge na Europa nos fins do século XVII e início do século XVIII. Dessa forma, o lugar privilegiado até período bem avançado do século XIX teve como característica uma marca elitista, herdeira próxima da tradição iluminista (*idem*: 6).

Ora, é este lugar que desempenhará um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que ela proporá na discussão da questão nacional. É durante esse projeto de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de se pensar a história do Brasil de forma sistematizada. Conforme já vimos, a criação do IHGB, em 1838, veio apontar a materialização desse empreendimento (*idem*: 5-6). Nesse sentido, no esforço de estabelecer referências para a nação brasileira, a história possui papel central, pois

o passado reconstruído intelectualmente é, de maneira geral, uma importante fonte de legitimação para o poder político e para ordem social existente, ao selecionar entre acontecimentos e estruturas do passado aquilo que “pode dar suporte a uma narrativa que dote de significado a experiência da comunidade nacional” (RICUPERO, 2004: 113). Assim, a partir da fundação do IHGB, “os historiadores se preocuparam em balizar seus trabalhos pela utilização de documentos originais, realizando pesquisas, mais ou menos rigorosas, que ocuparam o lugar dos escritos dispersos dos cronistas coloniais” (*idem*: 114).

Assim, em nome do instituto, o primeiro-secretário do IHGB ofereceu um prêmio de cem mil réis a quem oferecesse um plano de se escrever a História do Brasil, que compreendesse as partes política, civil, eclesiástica e literária. Neste concurso, conforme já fora falado, destacou-se Karl Friedrich Phillip von Martius, botânico alemão, que chegou ao Brasil na comitiva da Arquiduquesa Leopoldina, em 1817.

É importante ressaltar, nesse contexto, que as linhas mestras estabelecidas por von Martius, um *alemão*, direcionaram e influenciaram o trabalho de vários historiadores brasileiros. *Grosso modo*, Martius foi o iniciador de toda uma linha de interpretação do Brasil, provavelmente, a de maior êxito, tendo se convertido em senso comum:

Do romantismo a Gilberto Freyre, passando aos trancos e barrancos pelo evolucionismo e o positivismo, acreditou-se que o Brasil era essencialmente um país mestiço; o que foi visto por alguns como vantagem e por outros como defeito. Martius merece, portanto, o duvidoso título de avô da ideologia da democracia racial no Brasil (RICUPERO, 2004: 125).

Destacar Martius nesse trabalho possui um objetivo único: salientar que a ideia de um “todo”, isto é, de nação, de “identidade coletiva”, passa, antes de qualquer coisa, pelas linhas mestras elaboradas por ele. Isso significa dizer que qualquer pesquisador, seja qual for sua área, que se interesse pelas questões de “identidade nacional” e “construção de nação” no Brasil, muito provavelmente consultará o projeto de nação elaborado por Martius. Nesse contexto, é importante lembrar, a partir dos pressupostos teóricos da ADC, que o discurso enquanto prática social, isto é, enquanto uma forma de ação no mundo possui relação direta com o que somos. Nossas identidades sociais são construídas por meio de nossas práticas discursivas com o outro: “as pessoas têm suas identidades construídas de acordo com o modo através do qual se vinculam a um discurso – no seu próprio discurso e no discurso dos outros”. Assim, a presença do outro com o qual estamos engajados no discurso (tanto no modo oral quanto no modo escrito) molda, em última análise, o que dizemos e, portanto, como nos percebemos à luz do que o outro significa para nós (MOITA LOPES, 2002: 32).

Nesse contexto, Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988: 7) afirma que no mesmo movimento de definição da nação brasileira define-se também o “outro” em relação a ela: “na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro define-se, externamente, o ‘outro’ desta nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização dos Estados”.

Neste projeto de construção discursiva de uma história para o Brasil, à Independência política deveria corresponder, igualmente, uma Independência cultural. E é a partir deste fato *selecionado* pelos historiadores que se começa a pensar num projeto político, ideológico e, por conseguinte, discursivo de construção de uma identidade nacional. O reconhecimento do que seria o “brasileiro” como indivíduo e como povo, a descrição de um passado comum e a projeção de um destino comum aos nacionais era tomado como pressuposto básico para que o Brasil se afirmasse plenamente como nação no quadro internacional.

No bojo da Independência brasileira, chamou-me a atenção a personagem D. Maria Leopoldina, figura central – *e ao mesmo tempo problemática* - na Independência ao lado de D. Pedro I. Não somente por sua condição de estrangeira (tal como D. Pedro I o era), mas principalmente por ser filha de Francisco I, o mais importante representante da aristocracia europeia à época, da linhagem dos Habsburgos, cujos planos impunha com mão de ferro no Império Austro-Húngaro (recém fundado em 1806) através de uma política interna e externa extremamente reacionária e colonialista. As construções discursivas sobre Leopoldina nos discursos da história desde os dias da Independência até os nossos dias são, por conseguinte, heterogêneas, porque interpretam esta personagem histórica de modos diferentes, e atendem a projetos historiográficos específicos determinados por cada momento em que foram produzidas.

Através do próprio levantamento de documentos oficiais e correspondências de Leopoldina com sua irmã, Maria Luísa, sabe-se, atualmente, da efetiva participação da arquiduquesa no processo de Independência, ainda que a causa não fosse de seu interesse pessoal ou de sua família:

D. Leopoldina sacrificava-se conscientemente a uma causa que não era a dos seus ascendentes; aceitava corajosamente a ideologia americana que não era a sua, e embora pressentisse que jamais retornaria à Europa, acompanha D. Pedro, trabalha para ele e para o Brasil, aceita a ingerência dos negócios políticos – ela que os detestava; fiscaliza as forças da Independência que ela reconheceu inevitável e que abraça mais depressa do que o príncipe [...] e prova, afinal, a sua devoção pelo Brasil e o grande heroísmo de sua dedicação por D. Pedro (OBERACKER, 1973: 247).

Contudo, assim como a sua atuação na Independência do Brasil é indiscutível, é inquestionável também o fato de a *história oficial tradicional* brasileira sempre ter retratado a Independência como um movimento essencialmente masculino:

Desde os primeiros anos escolares, todos aprendem os nomes dos personagens mais ilustres dessa saga, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, Almirante Cochrane e outros patriotas, como eram chamados os adeptos da causa. Todos homens. À frente deles, destaca-se Dom Pedro I, que, de espada em punho, foi o autor do gesto dramático que simboliza até hoje o fim do jugo português. Não faltam nos livros, para estes senhores, menções de glória e heroísmo (cf. <http://galileu.globo.com/edic/86/conhecimento2.htm>. *Matéria publicada sobre a participação de Leopoldina na Independência do Brasil intitulada “Nos bastidores do Grito”.*)

Pensando nessas contradições, bem como no “vazio” existente na história oficial tradicional brasileira ao retratar muito pouco Leopoldina e sua atuação no movimento da Independência, fica clara a relevância de se pensar o importante papel da linguagem na escrita da história. Enquanto espaço de luta hegemônica que é, o discurso historiográfico sobre a Independência não retrata Leopoldina e sua participação devido a aspectos ideológicos, assim como a posições avaliativas dos agentes sociais de seu tempo.

É nesse sentido que faremos uso de autores como Indursky (2011) e Achard (2010), retomando o estatuto da memória no campo do discurso historiográfico. É bem verdade que a *memória* sempre esteve presente no quadro da Teoria da Análise do Discurso, ainda que não possuísse esse nome em seus textos fundadores. Pensar em memória significava – e ainda significa – pensar em designações como: *repetição*, *pré-construído*, *discurso transverso*, *interdiscurso*. Todas essas designações se remetem, de certa maneira, à noção de memória, isto é, dos diferentes funcionamentos discursivos através dos quais a memória se materializa no discurso (INDURSKY, 2011: 68).

Inicialmente, é importante dizer que, para que a memória ganhe um estatuto de materialidade discursiva, ela precisa, necessariamente, passar pelo processo de *repetibilidade*. Isso significa que para um determinado assunto, nesse caso, a Independência do Brasil, determinadas expressões, palavras e enunciados são combinados entre si de uma forma a produzir uma *matriz de sentido*. Essa matriz de sentido, por sua vez, estabelece o que pode e o que deve ser dito numa determinada formação discursiva. Contudo, cabe frisar que determinada matriz de sentido só se instituirá através do processo de repetição (*idem*: 68).

Para Achard (2010: 16), sob a *repetição* ocorre um *efeito de série* de onde decorre a *regularização* de determinados sentidos. Isto é, “a regularização se apoia necessariamente

sobre o conhecimento do que é repetido”, instituída por diferentes vieses: implícitos, remissões, efeitos de paráfrase, as quais evidenciam que “há determinadas repetições que fazem discurso” (COURTINE & MARANDIN: 1981, apud INDURSKY: 2011: 68).

Pêcheux & Fuchs (s/d) e Henry (1975), por sua vez, elaboraram uma importante noção para o entrelaçamento entre *memória*, *repetição* e *sentidos*: a noção de *pré-construído*. Segundo os autores, “todo o elemento de discurso que é produzido anteriormente, em um outro discurso e independentemente, é entendido como um *pré-construído*”, isto é, “é o já-lá da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade” (1975[1988: 64]).

Uma vez que o fenômeno da repetição não significa para os analistas de discurso repetir palavra por palavra necessariamente, há, segundo os autores, duas modalidades através das quais o pré-construído pode ser mobilizado. A primeira delas ocorre por uma operação de *encaixe sintático* no interior do discurso do sujeito. Para que haja o encaixe, estabelece-se uma correferência entre o que foi apropriado e encaixado no discurso do sujeito e o que já se encontrava formulado. Esta ação produz um efeito – *uma sensação*- ao sujeito de que seu discurso é original, posto que foi produzido ali, naquele momento, conquanto nós, analistas do discurso, saibamos que este discurso já se trata de um “pré-construído”.

A segunda modalidade diz respeito a um “pré-construído” que é retomado, e que foi objeto de asserção em outro lugar, apropriando-se o sujeito ao seu discurso. Esta ação, de acordo com Indursky, ressoa metonimicamente como um implícito. Dessa forma, o discurso se constitui como *transverso*, uma vez que “o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar”. Nesta modalidade podemos identificar, por conseguinte, uma *linearização do discurso*. (INDURSKY, 2011: 70).

Em suma, a noção de *repetibilidade* permite observar, segundo os analistas do discurso, que os saberes preexistem aos discursos. Isso significa, conforme fora falado anteriormente que, quando o sujeito toma a palavra, o faz sob o efeito de pensar ser própria fonte de seu dizer, e, assim procedendo, o sujeito age sob efeito do esquecimento de que os discursos preexistem, que foram formulados em outro lugar e por outros sujeitos, e que ele os retoma sem disso ter consciência. É dessa forma que se dá, portanto, a principal característica da noção de *memória*: o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz sob o regime de repetibilidade, mas afetado pelo esquecimento, pensando ser a origem daquele saber. Logo, essa memória não pertence à natureza cognitiva nem à natureza psicologizante, mas, sim,

social, já que é a noção de *regularização*, isto é, daquilo que foi regularizado socialmente, que dá conta desta memória (*idem*: 70-71).

A problemática sobre a memória no campo discursivo da historiografia se torna, portanto, indispensável para as análises discursivas desta pesquisa. O processo de repetibilidade, que acaba por *regularizar* determinadas formações discursivas (FDs), criando *matrizes de sentido*, repetiram um determinado padrão de discurso sobre a escrita da história no Brasil, e por conseguinte, sobre o papel da imperatriz Leopoldina no processo de emancipação. Essa FD inaugurada por Martius foi seguida por vários historiadores do IHGB.

Ainda que a historiografia brasileira tenha seguido um “padrão”, é importante ressaltar que os analistas do discurso preveem que a repetição pode levar também a “um deslizamento, a uma *ressignificação*, a uma quebra do regime de regularização dos sentidos”, isto porque o sujeito discursivo pode contra-identificar-se ou desidentificar-se com determinada FD regularizada nos discursos. Sobre isso, Pêcheux afirma que “um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (1983[1990: 53]).

Isso significa que os comportamentos discursivos não ficam circunscritos ao interior de uma determinada matriz de sentido. Sendo as fronteiras entre as FDs permeáveis, uma FD pode “escorrer”, “penetrar” em outra FD, inscrevendo-se, portanto, em outra matriz de sentido. De acordo com Indursky (2011: 72):

Ao migrarem, esses sentidos passam a ser determinados por outras relações com a ideologia. Essa movimentação nas filiações dos sentidos só é possível porque, ao migrarem, esses sentidos se resignificam. Percebe-se, pois, que o fechamento das FDs não é rígido e suas fronteiras são porosas, permitindo migração de saberes.

Dessa forma, podemos dizer que as FDs não existem isoladamente. Elas se relacionam entre si e constituem um complexo de Formações Discursivas das quais uma é dominante (*idem, ibidem*). Naturalmente, como veremos adiante, observaremos que, na escrita da história do Brasil, a inclusão da imperatriz Leopoldina na História ficou circunscrita a uma matriz de sentido determinada: o seu papel ativo na Independência foi colocado à margem, enquanto que a “mulher” Leopoldina foi diminuída nos discursos históricos.

Em suma, enquanto *transmutações da realidade*, tanto Fairclough (2001) quanto Indursky (2011) enxergam os discursos como materializações de ideologia e estes, por sua vez, são manifestações da hegemonia liderada ideologicamente, economicamente, culturalmente por determinados segmentos que estabelecem “o que deve” e “o que não deve

ser dito” na sociedade. Por fim, aquilo que não é dito, isto é, o “interdito”, tanto o que é dito, atravessam um processo de repetição, cuja regularização no discurso corrobora a ideologia dominante, tornando-se uma hegemonia. Sugiro que, aquilo que Bakhtin chama de “irrepetível”, fazendo um paralelo com Indursky, sejam os encaixes sintáticos e os discursos transversos, os quais entram nos discursos do sujeito, tangenciando aquilo que é discurso-outro, isto é, como uma forma *responsiva* daquilo que é o discurso do outro. Esse fato nos dá a ideia de “originalidade”, imersa nos sujeitos que se imaginam a própria fonte de seus dizeres.

Baseando-se nessas teorias modernas sobre a linguagem, fica claro que nem todos aceitam quaisquer discursos como estatutos de verdade incontestáveis hoje em dia. Como fora dito anteriormente, os discursos vistos com este *status* são instáveis, uma vez que há sempre a possibilidade da *resposta* ao que já foi dito, seja de maneira a negar o que fora dito, seja para corroborar, ou até mesmo para uma posição que busque uma suposta “neutralidade”. Além disso, a instabilidade de “verdade” desses discursos provém da própria arena discursiva das quais eles fazem parte. Uma vez que pertençam a matrizes de sentido diferentes, gerando, por conseguinte, efeitos de série – regularizações – ideologicamente distintos, embates entre essas posições axiológicas nos discursos tornam-se inevitáveis.

Um dos objetivos desta pesquisa é trazer aos leitores de hoje um olhar mais crítico e reflexivo em relação aos discursos que assumem determinados estatutos de verdade. A partir do momento em que ocorre o *Linguistic Turn*, evidencia-se a mediação da linguagem como elemento de refração da realidade. Dessa forma, o olhar sobre os discursos da história enquanto “lugares de verdade” começam a ser questionados.

Por outro lado, a virada linguística também coloca em xeque o cientificismo das narrativas históricas. Uma vez que a disciplina *história* entra no campo das narrativas, começam a ser levados em conta os elementos ficcionais do gênero “narrativa”. A própria relação do autor com seu personagem, nesse contexto, bem como as relações *autor-criador* (componente da obra) e *autor-homem* (componente da vida) são de suma importância para a compreensão dessas narrativas históricas, posto que os autores se posicionarão axiologicamente em relação a seus personagens. Por fim, essas relações semioticamente mediadas serão vistas mais a fundo, uma vez que não refletem apenas a realidade de seus autores, em seus contextos históricos, mas constituem refrações de suas realidades, de seus tempos.

Parte III

D. Leopoldina nas construções historiográficas brasileiras

V. Leopoldina como problema na construção da identidade nacional brasileira. Um balanço comparativo

O esboço que faremos da personagem Leopoldina não tem a mínima pretensão de traçar um acabamento (bakhtiniano) perfeito da imperatriz. Por ser uma personagem contraditória, Leopoldina foi e ainda é fragmentada e silenciada pela história oficial brasileira. Se por um lado, temos uma “Leopoldina” construída identitariamente como uma mulher “forte” e “prudente” que teria tido uma participação fundamental no episódio da Independência do Brasil; por outro lado, ela é representada como esposa dedicada, sofredora, obrigada a se refugiar nas atividades domésticas, no cuidado dos filhos e na religião, diante das dificuldades colocadas pelo casamento com um príncipe avesso aos hábitos cortesãos (SLEMIAN, 2006: 84). Este é o perfil traçado normalmente pelas biografias da imperatriz, como *A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*, de Carlos Oberacker e *Cartas de uma imperatriz*, de Betina Kann e Patrícia Souza Lima.

Os perfis traçado pelos livros de história, entretanto, não costumam ser tão “generosos” com a imperatriz. Os discursos da historiografia brasileira possuem uma tendência a enfatizar os aspectos físicos de Leopoldina em detrimento de sua efetiva participação nos acontecimentos que levaram à Independência. “Louraça feiarrona” “carente de feminilidade”, “estranha”, “estrangeira”, “desalinhada” são apenas alguns adjetivos dados à imperatriz na construção de sua identidade. Além dessas construções identitárias, há aquelas também que primam pelo silenciamento. Muitos historiadores sequer citam o nome da imperatriz em suas obras. É como se ela não tivesse existido, nascido, se casado, cumprido com o “destino” das princesas e com o seu destino.

Eis a substância do drama de Leopoldina na escrita da história: enquanto *princesa*, Leopoldina possuía um paradigma centrado nas exigências de seu papel político, que envolviam a maternidade, o papel de boa filha, boa esposa, boa mãe. D. Leopoldina sempre mostrou adesão a esse paradigma, fosse como arquiduquesa, princesa e finalmente, imperatriz. Além disso, as princesas possuíam ainda a responsabilidade de desempenhar a perpetuação da linhagem de suas dinastias, mais uma forma de se fazer política no Antigo Regime, assegurando acordos e pactos de alianças entre os Estados. Foi nesse contexto que se deu seu casamento por procuração com D. Pedro (*idem*: 86-87). Leopoldina foi muito além de seus paradigmas, rompeu com ideologias, com a causa monárquica dos Habsburgos, com sua linhagem. Foi mais do que mera peça no jogo de xadrez; foi articuladora do jogo político entre Brasil e Portugal.

Todo o seu dever e sacrifício, todavia, foram apagados, esquecidos, *interditados*, *insignificados* ou mal-acabados na escrita da história. Nos subcapítulos que se seguem, serão analisados: a) as relações dos autores de história com a personagem Leopoldina; b) as significações identitárias que esses autores deram a Leopoldina na escrita da história do Brasil; c) o silenciamento da personagem nas obras de história; d) o estatuto de memória construído pela história tendo a linguagem como mediadora, como atividade e prática social, e finalmente, e) *os regimes de verdade* construídos a partir dessas práticas sociais.

V. I. Sobre o autor e o personagem: os autores e D. Leopoldina

Quando Humboldt fala sobre a tarefa imaginativa do historiador, sobre sua capacidade de *intuir* e *deduzir* aquilo que não é dado pelo acontecimento em si, somos levados a pensar, imediatamente, sobre os elementos ficcionais criados pelo autor em suas narrativas. Assim como a obra de arte, conforme vimos anteriormente, ao estabelecer as conexões entre os fatos, Humboldt acredita que a narrativa histórica se subordina de alguma forma à fantasia, uma vez que o “real” não nos é dado diretamente.

É dessa forma também que se dará a relação do autor com seu personagem. No caso mais específico desta pesquisa, focalizamos a relação de determinados autores com a personagem *Leopoldina*. Segundo Bakhtin, a criação do personagem na narrativa literária é recoberta de particularidades individuais que permeiam a relação do autor com o seu personagem:

é nesse sentido que um autor modifica todas as particularidades de um herói, seus traços característicos, os episódios de sua vida, seus atos, pensamentos, sentimentos, do mesmo modo que, na vida, reagimos com um juízo de valor a todas as manifestações daqueles que nos rodeiam (BAKHTIN, 1997: 25).

Sugerimos aqui que o mesmo ocorre nas narrativas históricas. Embora estas não pertençam ao gênero ficcional, tais quais as obras literárias, sabemos existir um contrato tácito entre o leitor da história e o autor da história a respeito da “verdade” do que se lê. Ora, acreditamos ser esse acordo estabelecido entre autor e leitor que retira a história, de fato, do gênero ficcional. O estatuto de veracidade localiza-se, desse ponto de vista, não na correspondência entre linguagem e eventos sociais, mas neste acordo entre o autor e o leitor. Portanto, embora suponhamos um grau de cientificidade na escrita da história, ele é ainda

assim atravessado por essa condição linguística incontornável, e pelas questões postas por esta condição.

Assim, a primeira distinção que faremos, nesse contexto, será entre o *autor-criador* e o *autor-homem*. De acordo com Bakhtin, o autor-criador é um componente da obra e deve ser tratado de forma inseparável dela; e não se confunde, por sua vez, com o autor-homem. Ambos os tipos de autor devem ser analisados sob prismas psicológicos diferentes: o primeiro, esteticamente, isto é, dentro do processo de criação. Isso significa dizer que os métodos biográficos e sociológicos não dão conta de forma total do fenômeno estético “autor-criador”, pois, nesse contexto, ele não aparece como um componente do todo artístico, mas como componente da unidade transliterária constituída pela vida psicológica e social (*idem*: 29); (TEZZA, 2007: 238).

Para Bakhtin, o autor-criador não é, por princípio, uma instância abstrata na narrativa. Enquanto *narrador*, o autor-criador é localizável no texto, fazendo parte inseparável da obra. Dessa forma, na visão bakhtiniana sobre o “autor” e o “herói” – ou personagem, como trataremos aqui – não se separa o “autor” da obra, não se analisa o que é somente “obra”, somente “texto literário”, somente o que é “narrativa histórica” sem consideração para com o resto. O “autor-criador” constitui, portanto, um duplo inseparável do enunciado literário, uma vez que esse enunciado literário é a representação da consciência de um autor (*idem*; *ibidem*).

A consciência do autor engloba aquilo que é consciência do personagem e do seu mundo. Já que o autor sabe mais que seu personagem, é o seu excedente de visão que lhe dá o princípio de acabamento da obra literária, no nosso caso, da *narrativa histórica*. O que descreve, insere ou não Leopoldina na historiografia brasileira é o princípio da *exotopia*, isto é, o fato de uma consciência estar fora de outra – a consciência do autor vê a consciência da personagem Leopoldina como um todo acabado (*idem*: 239).

Bakhtin revela com isso que as características do personagem se dão não pela sua estrutura intrínseca, por suas características autônomas, mas, ao contrário, pela relação que possui com seu autor. O autor dá ao personagem aquilo que é inacessível para o próprio personagem - sua imagem externa. Semelhante à própria vida, o autor é para o personagem aquilo que o outro é para mim, uma vez que é a visão do outro quem dá acabamento ao que sou. Assim como nós vivemos acontecimentos abertos em nossas próprias histórias, o personagem também vive de maneira aberta. A unidade à história do personagem é dada pelo seu autor-criador, que vê e sabe mais do que ele próprio (*idem*; *ibidem*).

O excedente de minha visão, com relação ao outro, instaura uma esfera particular da minha atividade, isto é, um conjunto de atos internos ou externos que só eu posso pré-formar a respeito desse outro e que o completam justamente onde ele não pode completar-se. Esses atos podem ser infinitamente variados em função da infinita diversidade das situações em que a vida pode colocar-nos, a ambos, num dado momento (BAKHTIN, 1997: 44).

Isso significa dizer que, a autonomia do personagem em sua vida aberta e sua própria consciência estão presas à consciência do autor. Dessa forma, o próprio discurso do personagem sobre si mesmo carrega muito do discurso do seu autor-criador. Este fato nos remete à natureza dialógica da linguagem, na qual todo dizer se orienta para o que já foi dito, constituindo, assim, uma memória discursiva. Não há voz que fale sozinha, uma vez que a natureza da linguagem, de acordo com Bakhtin, é inevitavelmente dupla (TEZZA, 2007: 239).

O conceito de *exotopia* de Bakhtin criou, mais do que um fenômeno estético, uma *concepção filosófica* em relação ao acontecimento aberto da vida, no qual se inserem o autor e o personagem:

Se eu mesmo sou um ser acabado e se o acontecimento é algo acabado, não posso nem viver nem agir: para viver, devo estar inacabado, aberto para mim mesmo – pelo menos no que constitui o essencial da minha vida –, devo ser para mim mesmo um valor ainda por-*vir*, devo não coincidir com a minha própria atualidade (BAKHTIN, 1997: 34).

O acabamento do homem e do personagem, por sua vez, vem de fora, é do *outro* que nos completa, que vê aquilo que não podemos ver, assim como vemos o que o outro não pode ver. É a partir deste processo básico que Bakhtin inicia a relação estética criadora entre autor e personagem. Por outro lado, quanto mais o autor se identifica com o personagem, quanto mais as posições se fundem, menos firme é a posição do autor *fora* do personagem e, portanto, mais mal-acabado serão o personagem e a narrativa. Dessa maneira, não pode ocorrer um acontecimento estético, uma vez que a vida do autor triunfa sobre a vida de seu personagem, esmagando o seu universo (TEZZA, 2007: 240-241).

Isso não significa, contudo, que o autor tenha de *discordar* de seu personagem, ou concordar com ele:

O necessário é encontrar, a respeito do herói, uma posição tal que a sua visão de mundo, com o que ela pode ter de certo ou de errado, de bem ou de mal – indiferentemente – se reduza a não ser mais que um componente do todo concreto existencial, intuitivamente perceptível, que ele constitui; o necessário é centrar os valores no dado maravilhoso da existência do herói (...) é, não o escutar ou concordar com ele, mas vê-lo por inteiro, em toda a plenitude de sua atualidade presente, e admirá-lo – o que não compromete em nada a importância de uma

postura ético-cognitiva suscetível de acarretar uma concordância ou discordância que, longe de se perderem, guardam toda sua importância, limitando-se, todavia, a não ser mais que um componente do todo constituído pelo herói; a admiração é pensada e se organiza em tensão; a concordância e a discordância só significam a integridade, sem com isso a esgotar, da posição ocupada pelo autor a respeito do herói (BAKHTIN, 1997: 38).

O conceito de *exotopia* está profundamente ligado à *contemplação* que se faz do outro, à contemplação que o autor-criador faz de seu personagem. Quando contemplamos um homem, fora de nós mesmos e à nossa frente, usamos nosso excedente de visão humana. Nossos horizontes – o meu e o do outro – não coincidirão, uma vez que o meu conhecimento a respeito do outro, bem como o lugar de fala que ocupo são únicos. Dessa forma, “o que vejo do outro é precisamente o que só o outro vê quando se trata de mim” (TEZZA, 2007: 243). De acordo com Bakhtin (1997: 45):

O excedente da minha visão contém em germe a forma acabada do outro, cujo desabrochar requer que eu lhe complete o horizonte sem lhe tirar a originalidade. Devo identificar-me com o outro e ver o mundo através de seu sistema de valores, tal como ele o vê; devo colocar-me em seu lugar, e depois, de volta ao meu lugar, completar seu horizonte com tudo o que se descobre do lugar que ocupo, fora dele; devo emoldurá-lo, criar-lhe um ambiente que o acabe, mediante o excedente de minha visão, de meu saber, de meu desejo e de meu sentimento.

É através do signo que elaboramos a atividade estético-discursiva de dar acabamento à imagem, a representação do outro. Quando pensamos na personagem *Leopoldina*, nos remetemos aos inúmeros acabamentos que os autores da história conferiram a essa personagem, ao filtro que o outro, isto é, o autor, faz da consciência e do corpo da personagem, atravessado por posições axiológicas diferentes. O acontecimento estético para Bakhtin, portanto, é a consciência de uma consciência, é a consciência que o *eu-autor* tem da consciência do *herói-outro*: o encontro de duas consciências que, por princípio, não se fundem. Isso significa que a forma estética do personagem não é fundamentada a partir do próprio personagem, mas fundamentada no interior do outro – no interior do autor - através de uma reação geradora de valores que, a princípio, transcendem o próprio personagem e a sua vida, ainda que estejam ligados a ele, mas determinados pelas posições valorativas de seus autores (*idem*: 105); (TEZZA, 2007: 247).

Assim como a consciência do personagem é construída a partir do outro, sendo consciência de uma consciência, a *forma espacial* do personagem também é construída a partir da consciência do autor. O leitor da história do Brasil, ao se deparar com personagens como D. Pedro I e a própria D. Leopoldina, tem a impressão de uma *plenitude visual* dos

personagens: a vivência dos personagens é perfeita e acabada. Ainda que o corpo exterior do homem e suas fronteiras sejam um dado de suma importância na existência e na construção estética do personagem, esquece o leitor que esses dados e fronteiras que constituem a plenitude visual do personagem são construídos esteticamente pelo autor na narrativa. Isto é, a *forma espacial* do personagem também é construída através de uma relação *exotópica*, de fora, que garante o valor da obra e expressa a relação do autor com o personagem (*idem*: 248).

Embora nós, leitores de história e de obras literárias, tenhamos uma sensação de *uniformidade* do personagem, isso não significa que ele não seja *multiforme*, fragmentado. É justamente a forma de representação verbal do espaço, relativamente ao personagem, que conferirá a ele a sensação de *completude* (BAKHTIN, 1997: 108). Segundo Bakhtin, essa representação pode ocorrer de duas formas: de *dentro* do personagem, temos o seu *horizonte*; de *fora*, o seu *ambiente*. Sob a perspectiva do *horizonte*, ou seja, de *dentro*:

o mundo é o objeto do meu ato, do ato-pensamento, do ato-sentimento, do ato-ação; seu centro de gravidade situa-se no futuro, no desejo, no dever e não no dado autossuficiente do objeto, em sua atualidade, em seu presente, em seu ser-aquí já realizado. Minha relação com o objeto situado em meu horizonte nunca é uma relação acabada, mas uma relação pré-dada, pois o acontecimento existencial em seu todo é um acontecimento aberto; minha situação se modifica a todo momento, eu não posso demorar ou ficar em repouso. O objeto, no espaço e no tempo, situa-se à minha frente, sendo isso que instaura o princípio de *meu horizonte* (*idem*: 112).

Assim, as coisas não rodeiam o corpo exterior do personagem, mas situam-se à frente dele, integrando sua postura ético-cognitiva em relação à sua vida. Na obra literária – aqui, na *narrativa histórica* – a unidade e a estrutura das coisas não são a unidade e a estrutura do horizonte da vida do personagem, uma vez que seu horizonte é aberto e inacabado. Na narrativa, a paisagem verbal, a descrição do ambiente e da vida do personagem, a cidade, o cotidiano não figuram como elementos inacabados ou abertos, como se fossem *horizonte* do personagem, mas são consciência da consciência dele: transcendem o personagem, ainda que diretamente ligados a ele. Sob a ótica do *ambiente*:

O objeto, por ser combinação de cores e de linhas, goza de plena autonomia e sua ação se exerce ao mesmo tempo sobre nós, sobre o herói e sobre o que o *rodeia*, *sem se situar* defronte do herói em seu *horizonte*; ele é percebido em sua integridade e parece que podemos dar a volta à roda dele. É claro que esse princípio que dá forma e ordenação puramente plástico-pictórica ao mundo externo das coisas é transcendente à consciência do herói, pois as cores, as linhas e os volumes, em seu tratamento estético, são as fronteiras extremas da coisa, do corpo vivo, nos quais a coisa está voltada para fora de si mesma, não existe nos seus valores senão no outro e para o outro, participa desse mundo onde, dentro de si mesma, não existe (*idem*: 114).

Em suma, o autor cria o aspecto físico, a forma espacial do personagem e de seu mundo mediante o material verbal. Essa exterioridade, por sua vez, é carente de sentido internamente, posto que constitui parte do *horizonte* do personagem, enquanto que externamente é votada a um conhecimento factual, isto é, é pensada e fundamentada no plano estético pelo autor que a torna artisticamente significativa, constituindo assim o seu *ambiente* (*idem*: 110).

Por outro lado, de forma inseparável do espaço, Bakhtin estabelece uma forte analogia entre espaço e *tempo* na autoconsciência e na consciência que se tem do outro. Assim como no espaço, que conseguimos ver o outro completamente inserido em seu ambiente, também conseguimos vê-lo plenamente inserido em seu tempo. Contudo, nós mesmos não nos conseguimos enxergar acabados e plenos em ambas as fronteiras: *espacial e temporal*; o mesmo se dá com o personagem. Em relação ao tempo, o personagem vive como nós vivemos, sob o signo da urgência, enquanto que o autor-criador está um passo à frente, num tempo posterior ao do personagem, uma vez que já sabe o que acontecerá com ele, para onde ele vai, como reagirá em determinados acontecimentos (TEZZA, 2007: 249).

Dessa forma, “o homem, na arte, é considerado em sua integridade” (BAKHTIN, 1997: 119), uma vez que seu corpo exterior é esteticamente construído a partir do olhar do outro – do autor, que o inserirá em fronteiras espaciais e temporais bem definidas através de sua memória:

A *memória* que tenho do outro e de sua vida difere, em sua essência, da contemplação e da lembrança da minha vida: essa memória vê a vida e seu conteúdo de uma forma diferente, e apenas ela é produtiva (a lembrança e a observação da minha própria vida podem fornecer-me os elementos de um conteúdo, mas não podem suscitar uma atividade geradora da forma e do acabamento). A memória de uma vida passada (a antecipação de seu fim não é excluída) possui a chave de ouro que assegura o acabamento estético do outro. A abordagem estética da pessoa antecipa-lhe, poderíamos dizer, a morte, predetermina-lhe o futuro e oculta o destino imanente a toda determinação interior. A memória faz com que a abordagem se opere numa ótica de valores e de acabamento. Até certo ponto, a memória não tem esperança, mas, em compensação, só ela é capaz de formular, sem levar em conta a finalidade e o sentido, um juízo sobre uma vida inteiramente presente em sua realização e seu acabamento (*idem*: 122).

A partir dos conceitos de espaço e tempo que constituem o *todo significante* do personagem, Bakhtin estabelece uma tipologia, que decorre dos diversos graus da relação do autor com seu personagem. Não me aprofundarei na tipologia estabelecida por Bakhtin, uma vez que, para este trabalho, a construção estética da personagem D. Leopoldina não se enquadra em suas classificações. Assim, por não ser de grande importância nesta

investigação, por ora, apenas citarei a tipologia formulada por Bakhtin, a qual insere as seguintes relações entre autor e personagem: a) a *introspecção-confissão*; b) a *autobiografia e biografia*; c) o *herói-lírico*; d) o *caráter*; e) o *tipo*; e f) a *hagiografia*. Destas classificações elaboradas por Bakhtin, cabe uma observação sobre o *caráter* no contexto desse trabalho.

Segundo Bakhtin (1997: 186-188), o *caráter* é definido como uma fonte de correlação entre o autor e o personagem, visa à realização do todo do herói concebido como uma pessoa determinada. Diferentemente da biografia, que se interessa basicamente pelo *que o personagem fez, o que viveu*, esta categoria pretende formular *quem é* o personagem. Sob esta ótica, Bakhtin considera dois planos: o horizonte do personagem, isto é, como o personagem é para ele mesmo e o contexto do autor-contemplador, no qual o personagem é independente, colocando-se o autor diante dele. Há, nesta categoria, dois modos de representação do personagem: o clássico e o romântico. Na construção clássica, o destino é dominante; na romântica, por sua vez, a iniciativa é arbitrária; é o personagem quem assume a responsabilidade de iniciar a sequência dos atos (*idem; ibidem*).

Nas biografias de D. Leopoldina (não citadas pelos historiadores entrevistados), notamos que há uma espécie de inserção da personagem na categoria do tipo clássico, uma vez que a imperatriz cumpriu o destino que cabia às princesas, se submetendo à aliança com D. Pedro por um interesse maior, de uma dinastia, de um império. Contudo, os autores arrolados nesta investigação não constroem discursivamente a personagem desta maneira, conforme veremos adiante. Por outro lado, se esta fosse uma investigação acerca das construções discursivas sobre D. Pedro, esta seria uma boa categoria para análise. Como não vem ao caso aqui, deixemos este tema, por ora, para uma futura investigação.

Proponho, entretanto, outra classificação, balizada pela concepção filosófica de linguagem bakhtiniana, que se refere ao “acabamento” dado à personagem pelos autores de história, ao “mal-acabamento” e ao “não-acabamento”. É importante ressaltar aqui, conforme nos diz Tezza (2007: 253), que a tipologia estabelecida por Bakhtin não constitui relações estanques entre autor e personagem, muito menos dogmáticas. Caso fossem, não seriam estabelecidas nesta investigação outras relações que não as concernentes à tipologia bakhtiniana. Dessa forma, não pretendo “fechar gavetas” com a classificação a ser estabelecida, nem rotular a personagem D. Leopoldina construída por seus autores. Fazer isso seria assumir uma posição anacrônica, uma vez que fazemos elocuições (os historiadores e eu) a partir de ambientes, momentos e horizontes diferentes. Não há, portanto, nesta investigação a pretensão de ser “a consciência de várias consciências”, mas o interesse em olhar para as narrativas históricas e seus personagens de maneira mais reflexiva, do ponto de vista da

construção estética-discursiva das narrativas da história do Brasil e da personagem Leopoldina, balizadas por posições ideológicas distintas ao longo de distintas temporalidades.

V.II. O *acabamento* de D. Leopoldina: “a virtuosa esposa carente de feminilidade”

Antes de darmos início às análises, é importante relembrar a concepção de linguagem da Análise do Discurso Crítica. Enquanto *práticas sociais*, os discursos historiográficos sobre a Independência do Brasil constituem uma forma de representação do mundo, engendram “identidades sociais”, “relações sociais” e “sistemas de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001). Inseridos nestas práticas sociais maiores, que são os discursos sobre a constituição de uma nação brasileira, estão as construções identitárias de D. Leopoldina. Através dessas narrativas históricas, enquanto unidades de análise, serão determinadas uma identidade para a imperatriz Leopoldina na história do Brasil, além de institucionalizar uma memória nacional e, com isso, regimes de verdade que serão aceitos como senso comum.

Oliveira Lima, em sua obra *O movimento da Independência*, produzida em 1921, confere à personagem Leopoldina contornos bem definidos na história do Brasil. Ao contrário do que acontecerá em outras obras da historiografia brasileira, a personagem Leopoldina não sofrerá uma *interdição* ou *apagamento* no processo de emancipação política. É interessante ressaltar, que a consciência das consciências dos principais personagens que figuraram na Independência brasileira não possui, em sua obra, o objetivo de traçar uma biografia sobre quaisquer personagens deste acontecimento histórico. Por esse motivo, Oliveira Lima, ao escrever sobre a Independência, consegue cortar seus “laços congênicos” com seus personagens.

Ao se colocar do lado de *fora*, Oliveira Lima não confunde os valores ético-cognitivos de personagens como D. Pedro I e José Bonifácio com os seus. Ainda que concorde com eles e os admire, Oliveira Lima constrói o ambiente de seus personagens através de uma relação exotópica crítica. Dessa forma, o autor não retira D. Leopoldina do processo de Independência do Brasil, embora já ressalte que foi uma participação discreta como foi a vida da arquiduquesa:

A seu lado possuía o príncipe real uma **companheira inteligente e excelente na pessoa da arquiduquesa Leopoldina**, cuja participação nos sucessos da Independência só não pode ser descrita com absoluta fidelidade e cópia de pormenores porque foi **tão pouco espetaculosa quanto a sua vida, toda discreta** (LIMA, 1921: 136).

É interessante ressaltar, nesse contexto, que existe uma tradição historiográfica, repetida por vários autores de história do Brasil, muito preocupada em enaltecer as virtudes morais da imperatriz. Mas é Oliveira Lima o primeiro autor de destaque que insere D. Leopoldina no processo de Independência do Brasil, ainda que esta participação e seus objetivos sejam uma *impressão* deixada no tempo, um *vestígio* de sua vida discreta:

A impressão que ficou do tempo, ajudada por alguns testemunhos de confiança, é que Dona Leopoldina ajudou de coração a causa nacional, não pela ambição de ser imperatriz, pois tinha a certeza de vir a ser de uma dilatada monarquia, que era por si um império, mas por **finura** e **alcance de espírito**, percebendo a marcha inevitável para o rompimento (*idem; ibidem.*).

Destacando ainda a inteligência da imperatriz, o autor Oliveira Lima transcende as consciências de seus dois personagens – Leopoldina e Pedro – comparando o grau de instrução de ambos. Além de compará-los, o autor, colocando-se numa posição exterior aos personagens, percebe a influência que a imperatriz é capaz de exercer no ânimo, na alma de D. Pedro, ainda que não exerça mesmo poder sobre seu temperamento, “*infelizmente*”:

Muito mais instruída do que D. Pedro, que apenas cultivara um pouco sua vocação musical, e tendo-se formado n’outro meio, ela dispunha sobre o ânimo do marido de um poder de sedução que lhe não era **infelizmente** dado exercer sobre seu temperamento (*idem; ibidem.*) [grifos meus].

Ao usar o termo “*infelizmente*”, o autor expressa seu ponto de vista acerca da influência de Leopoldina em relação a Pedro. Nesse sentido, o autor deixa implícito que D. Pedro talvez pudesse ter um temperamento melhor se o poder de sedução de D. Leopoldina atingisse também este lado do marido. Em seguida, o autor cita a “falta de sinceridade” (*idem; ibidem.*) de D. Pedro, mas a justifica a partir de seu próprio ambiente: “o mais que ele sentia em redor de si eram desconfianças e hostilidades” (*idem; ibidem.*).

No capítulo intitulado “*O Fico. A pressão e a reação*”, o autor Oliveira Lima descreve as principais características de seus personagens ao reagirem em momentos de pressão: em D. Pedro, “prevaleciam a compreensão natural e a vivacidade intelectual da família”. Possuía “arrebatamentos”, que equivaleriam à “bravura”, mas não supunham, forçosamente, “coragem moral, que se exhibe pela capacidade de deliberação espontânea, sem carecer para agir ou se transformar em ação do estímulo de uma força maior, encarnada n’uma influência estranha” (*idem*: 149). Nesse fragmento, podemos notar um caráter um tanto quanto intempestivo de D. Pedro. D. Leopoldina, por sua vez, é descrita da seguinte maneira por Oliveira Lima:

Já anteriormente ao patriarca da Independência atuara em sentido idêntico, porventura **sem a mesma autoridade, mas seguramente com maior delicadeza, a habilidade da esposa** (...) Dona Leopoldina **enxergava claramente o momento histórico** e era decididamente pela permanência de Dom Pedro, portanto pela causa brasileira. “Ele está melhor disposto para os brasileiros do que eu esperava – mas é necessário que algumas pessoas o influam mais, **pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria**”⁷. Estas palavras a princesa as repetia textualmente n’uma carta de 8 de janeiro, véspera do *Fico*: “O príncipe está decidido, mas não tanto quanto eu desejaria”. E acrescentava, referindo-se à resolução de formar-se o gabinete do regente com brasileiros e ao plano de agruparem-se as províncias n’uma livre união: “**Muito me tem custado alcançar tudo isto – só aspiraria insuflar uma decisão mais firme**”⁸ (*idem*: 150) [grifos meus].

O excerto acima, de suma importância na presente investigação, vem comprovar a ativa participação de D. Leopoldina no processo de Independência – participação que ocorre nos bastidores da história. Com sua delicadeza, através do papel de *esposa*, o autor evidencia, neste fragmento, o poder que D. Leopoldina exerceu nas tomadas de decisão de seu marido. Sua inteligência, seu grau de instrução permitiam à futura imperatriz enxergar o momento histórico e o que deveria ser feito, ainda que tenha trabalhado muito para exercer tal convencimento em D. Pedro. O autor Oliveira Lima constrói um ambiente estético a partir do horizonte de seus personagens: se D. Pedro possuía a “bravura”, mas não a “coragem moral” para tomar a decisão necessária naquele momento, D. Leopoldina, com sua inteligência, “delicadeza” e “habilidade de esposa”, conseguia vislumbrar o momento histórico e trabalhava para insuflar no marido uma posição mais firme.

É interessante ressaltar, nesse contexto, como as habilidades do campo semântico feminino “delicadeza”, “habilidades de esposa” se contrapõem às características masculinas de D. Pedro: “bravura”, “coragem”, sendo, ao mesmo tempo, de suma importância para o processo de emancipação política do Brasil. Além disso, D. Leopoldina carece de outras pessoas que o influam neste sentido, a fim de corroborar suas ideias. Grande amiga de José Bonifácio, ambos fariam este papel conjuntamente no acontecimento histórico da Independência.

Não será esta, entretanto, a construção identitária mais predominante nos livros de história acerca da imperatriz Leopoldina. Nesse sentido, a história do Brasil – escrita a maior parte do tempo por homens – relegará à Leopoldina um papel de personagem “coadjuvante”, de “esposa” e até de “mãe da nação”. O autor Oliveira Lima acaba sendo uma exceção entre tantos autores que escreveram e escrevem sobre a história do Brasil. No entanto, ele não deixa

⁷ O texto alemão diz: “Er ist besser gestimmt als ich hoffte, für die Brasilianer. Es ist aber nötig durch mehrere Personen auf ihn wirken zu machen, denn er ist noch nicht so gewiss entschlossen als ich es wünschte”.

⁸ Em alemão: “Alles dieses zu erlangen kostete mir viel – nur wollte ich noch mehr Entschlossenheit einblasen können”.

de ressaltar em sua obra outras características da imperatriz, que serão repetidas e reafirmadas por diversos autores na matriz de sentido acerca da Independência do Brasil. De forma deslocada, o autor insere características da feminilidade de Leopoldina no mesmo parágrafo em que se fala das incertezas do momento em que viviam:

Era realmente preciso que a situação fosse cheia de incertezas para que Dom Pedro, que pelo menos nunca foi homem propenso a fugir ao perigo, e também Dona Leopoldina, que por sua vez sempre se mostrou tão animosa quanto interessada no sentido soberano do país aonde a conduzira sua sorte, pensassem na retirada. **O Sr. Alberto Rangel, paladino da marquesa de Santos, acha que foi até a carência de feminilidade da arquiduquesa, a qual entretanto era uma sentimental, o que mais concorreu para trazer Dom Pedro por tanto tempo enfeitado pelos encantos de sua Domitila** (*idem*: 164-165) [grifos meus].

No parágrafo seguinte, o autor retoma a situação de crise vivida naquela circunstância:

Era aliás natural que n'aquela emergência o augusto casal não enxergasse a situação por um prisma menos verdadeiro do que a enxergava uma estrangeira recém-chegada ao país como Mrs. Graham, a qual inseria no seu diário a observação - "que quanto mais o príncipe e a princesa confiassem nos brasileiros, melhor para eles e para a causa da Independência" (*idem; ibidem.*)

Ou seja, notamos aí que a "carência de feminilidade" de D. Leopoldina está completamente fora de contexto. Mas, ainda assim, ela é falada. A pergunta que nos fazemos é: *por quê?* Ocorre na história do Brasil também um regime de repetibilidade que busca justificar as falhas de caráter de D. Pedro, já que ele é o "herói da Independência". Ainda que D. Leopoldina fosse uma sentimental, isto não o encantava. A dúvida que nos resta aqui é: o que significa para o autor esta carência de feminilidade? Em que aspecto faltava feminilidade a D. Leopoldina? Em uma nota de rodapé, o autor nos responde:

O meu prezado amigo Dr. Alberto Lamego possui na sua esplêndida coleção de manuscritos um pacote de cartas da princesa Leopoldina ao marques de Marialva, embaixador português em Paris e que em Viena representara Dom Pedro nos esponsais. São missivas repassadas de **uma afeição por assim dizer filial pelo fidalgo**, que de resto parece haver sido o que os franceses chamam de *charmeur*. Nada têm de políticas, sendo todas de assunto familiar ou para encomenda de livros e instrumentos científicos (*idem; ibidem.*) [grifos meus].

De acordo com a nota de rodapé, a falta de feminilidade de D. Leopoldina se justifica pela afeição filial em relação a D. Pedro, a qual se transparecia nas missivas. Além da "afeição filial", os assuntos das missivas não eram capazes de encantar D. Pedro, que por sinal, era um conquistador. É importante ressaltar, contudo, que as cartas eram enviadas antes

ao marques de Marialva, representante de D. Pedro nos esponsais. *Talvez* a educação recebida por D. Leopoldina, que era uma arquidquesa, não comportasse a escrita de cartas “mais quentes”, ou ainda ela não tenha aprendido na Corte os encantamentos que Domitila aprendera na vida. *Talvez* a carência de feminilidade a que os autores se referem e que foram repetidas tempo após tempo na história do Brasil se dê por diferenças culturais. D. Leopoldina era uma estrangeira em território brasileiro: possuía uma cultura, uma língua, uma educação completamente diferente daquilo que era considerado como cultura, educação para os portugueses, bem como a própria língua portuguesa no novo mundo. É óbvio que ela era diferente, e *talvez* essa diferença tenha sido vista de maneira preconceituosa na escrita da história. Mas isso são apenas sugestões acerca da carência de feminilidade da imperatriz. Dizer os porquês dessa visão acerca de Leopoldina seria uma tarefa anacrônica de minha parte. O fato é que se criou esta formação discursiva na história do Brasil, formação discursiva esta repetida por muitos autores e leitores de história até hoje.

Francisco Adolfo de Varnhagen, por sua vez, o Heródoto da história do Brasil, na sua obra *História da Independência do Brasil* concluída em 1875, mas publicada apenas em 1916 (*post-mortem*), descreve os principais acontecimentos que desencadearam a emancipação política brasileira, colocando como protagonistas a família real portuguesa e, principalmente, D. Pedro I.

Varnhagen, utilizando de critérios científicos, busca escrever uma história que prime pela verdade. Por isso, sua visão excedente acerca dos personagens, principalmente acerca de D. Pedro, é analisada por ele mesmo a partir de critérios “de boa-fé e imparcialidade”. O autor se coloca como jurado que dá seu veredicto “mui consenciosamente, cotejando os documentos e as informações orais apuradas com maior escrúpulo, sem adular ou lisonjear os sentimentos de quem quer que fosse” (VARNHAGEN, 2010: 11-12). Assim, temos na prática discursiva e, por conseguinte, social do autor a construção de regimes de verdade na historiografia.

Sabemos, entretanto, de sua forte ligação com a Coroa e, por conseguinte, de sua posição axiológica acerca da construção da nova nação, que deveria ser uma continuidade da antiga metrópole. Por esses motivos, Varnhagen, ao escrever a história da Independência do Brasil, censura e até interdita alguns fatos, considerados por ele injustos em relação à Coroa. O intelectual e autor monarquista construiu, assim, uma percepção do mundo, fazendo com que esta fosse conhecida e reconhecida pelo público, na qual D. Pedro I era difundido como o grande mártir da Independência. Segundo o excedente de visão do autor, é D. Pedro I o responsável por manter a unidade nacional.

Sendo, portanto, D. Pedro I o personagem principal na trama da Independência, pouco espaço sobrar a D. Leopoldina na história construída por Varnhagen. Na verdade, restará a Leopoldina nesta narrativa histórica o papel de “virtuosa esposa”, abrindo-se pouco espaço (ou quase nenhum espaço) para a sua participação na trama política da Independência:

Já se despediu quase resolvido a declarar a Independência, segundo se vê da seguinte circular passada por José Bonifácio nesse dia ao corpo diplomático, comunicando-lhe o manifesto: - “Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua Independência” (...) (*idem*: 157).

Ora, nesse contexto, podemos notar que o autor retira a personagem Leopoldina da cena da Independência. Ainda que Varnhagen seja precursor de Oliveira Lima, o autor escolhe ignorar a participação ativa que a personagem teve no processo de Independência a fim de evidenciar o seu herói principal, D. Pedro I. Nesse contexto, podemos notar que o autor constrói a identidade de D. Pedro de maneira romântica, uma vez que é o personagem quem assume a responsabilidade de iniciar a sequência dos atos de sua vida marcada pelos valores e pelo sentido. O autor apenas supera e dá acabamento em sua atividade estética à posição cognitiva de seu personagem em relação ao mundo (cf. BAKHTIN, 1997: 193). Por esse motivo, o autor destaca que Pedro se despedira quase resolvido a declarar a Independência do Brasil – é uma iniciativa do personagem. Nega-se, contudo, toda a influência de D. Leopoldina neste processo. Assim, D. Pedro deixa a capital, assinando um decreto no dia 13 de agosto, no qual confiava a regência a sua *virtuosa esposa*, junto com o Ministério (VARNHAGEN, [1916]2010: 156⁹).

Coube à *esposa* de D. Pedro I também enviar as missivas que anunciavam a resolução de se separar de Portugal: “eram-lhe transmitidos do Rio de Janeiro, pela princesa sua esposa e por José Bonifácio, as notícias de Lisboa até 3 de julho, que trouxera o navio Três Corações, chegado ao Rio de Janeiro a 28 de agosto. Eram essas notícias de maior importância” (*idem*: 159). Ou seja, D. Leopoldina que exercera um papel tão importante nos bastidores da Independência, recebe o papel de “menina de recados” na trama de Varnhagen.

O autor deixa a critério de seu personagem principal, portanto, a escolha pela Independência e do destino da nação: “Não lhe restava, pois, mais que uma de duas resoluções a tomar: ou proclamar de todo a Independência, para ser herói ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Cortes (...)” (*idem; ibidem*).

⁹ A obra de Varnhagen é publicada *post mortem*.

É interessante notar, por fim, que na trama desenvolvida por Varnhagen, D. Pedro I é um homem discretíssimo. Não se ouve falar na vida sexual agitada que seu protagonista levava, nem em amantes, nem em “Domitilas”. Por isso, não se faz necessário dizer que D. Leopoldina era uma mulher carente de feminilidade, uma vez que não havia a necessidade de justificar seus erros. Na construção discursiva de Varnhagen, o herói construído esteticamente pelo autor não comete erros. Este fato corrobora o que falamos acerca da ligação do autor com a monarquia, bem como o financiamento que o IHGB recebia por parte de D. Pedro II. Que sejam registrados os atos heroicos, que entre para a história o que é belo. Aquilo que não for é melhor ser silenciado.

Diferentemente de Varnhagen, mas com a mesma intenção discursiva de “heroificação” de D. Pedro I, o autor Tarquínio de Sousa, ao construir a biografia de D. Pedro I não silenciará as falhas de caráter do personagem, mas as justificará. Este fato construirá estética e identitariamente um *mal-acabamento* para a personagem D. Leopoldina. Isso é o que será visto em seguida.

V. III. O *mal-acabamento* de D. Leopoldina: “uma estranha e uma estrangeira”.

Conforme vimos anteriormente, para que o autor possa construir um todo artístico do personagem (uma identidade), ele necessita encontrar um ponto de apoio que o coloque fora do personagem. Quando o autor não encontra esse ponto de apoio, ocorre o *mal-acabamento* do personagem. Ora, isso significa que o autor, ao não cortar seu “laço congênito” com o personagem, não consegue visualizá-lo por inteiro, e acaba por ser consciência de seu horizonte, carregando a narrativa, por conseguinte, dos valores éticos e morais de seu personagem.

Nesse caso, a postura ético-cognitiva do personagem possui tanto valor para o autor que ambas as consciências acabam por se confundir. Num processo desse tipo, as modalidades de acabamento são muito díspares, uma vez que temos uma consciência-outra, isto é, a consciência do autor que escuta e concorda com a consciência de seu personagem. O laço congênito que os une não permite ao autor uma consciência crítica e distante. Este fato acontece de forma especial na narrativa histórica e biográfica de Tarquínio de Sousa. No caso das narrativas históricas - vistas aqui como discursos históricos, uma vez que são práticas sociais - vimos que Tarquínio de Sousa possui um grande prestígio na academia. Faz-se necessário, contudo, perceber que, num processo de heroificação de seu personagem principal

(D. Pedro I), Tarquínio relega D. Leopoldina a um papel bem menos importante no processo de Independência brasileira. Dessa forma, Tarquínio justifica e concorda com as atitudes do seu personagem principal.

Além da concepção estética de Bakhtin, são feitos aqui alguns apontamentos sobre o estatuto da memória no campo do discurso historiográfico acerca da imperatriz. Conforme poderemos observar adiante, nesse tipo particular de discurso ocorre não só um processo de anulação, apagamento, deslocamento acerca do papel dela na Independência, mas principalmente de (in)significação, isto é, um gesto de interpretação que busca interditar a ação de Leopoldina no processo de Independência.

A obra a ser analisada, *A vida de D. Pedro I*, publicada em 1972 pela Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio Editores, de Octávio Tarquínio de Sousa, trata da biografia de D. Pedro I (1798 – 1834). Narrada em três volumes, a obra faz parte da coleção *Fundadores do Império Brasileiro*.

Os discursos historiográficos contidos nesta obra (uma vez que Tarquínio de Sousa dialoga com inúmeros autores, como Oliveira Lima, Ângelo Pereira, Tobias Monteiro e Varnhagen) trazem a biografia de D. Pedro como expressão de vida de um homem que merece ocupar um lugar no panteão dos fundadores do Império do Brasil¹⁰.

Dessa forma, podemos verificar que foi instituída uma *matriz de sentido* acerca da fundação do Império do Brasil através do *processo de repetibilidade*. Esse processo, por sua vez, impõe os limites dessa repetição, pois a matriz de sentido estabelece *o que pode* e *o que deve ser dito* no interior de uma formação discursiva. Sob a *repetição*, ocorre um *efeito de série*, de onde decorre a regularização de determinados sentidos, a qual é instituída pelo viés de diferentes funcionamentos discursivos de retomada, como os implícitos, remissões, efeitos de paráfrase etc., determinando, assim, que há repetições que produzem discurso (INDURSKY, 2011: 68).

Nesse contexto, podemos verificar na obra de Tarquínio de Sousa que o próprio diálogo estabelecido por ele com outros autores - ao retomá-los -, inclui-se na matriz discursiva acerca dos *Fundadores do Império*. Essa matriz gerou e consolidou, por conseguinte, determinados discursos tidos como “verdades”, *pré-construídas*, pois já haviam sido produzidas anteriormente em outros discursos de forma independente (*idem*: 69). Nesse sentido, construiu-se como “verdade” uma suposta superioridade de D. Pedro I sobre a imperatriz Leopoldina, como podemos verificar na formação discursiva abaixo:

¹⁰ (<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/vidapedroI.pdf>, capturado em 15/07/2012)

Daria filhos a D. Pedro, proporcionar-lhe-ia pela convivência algumas noções dos estudos de sua predileção. **Mas não influiria nele em nada de essencial e, ao revés, deixar-se-ia influenciar.** A Arquiduquesa da Áustria acompanharia de bom grado o marido no movimento libertador do Brasil e na sua encarnação como imperador constitucional, por maior que fosse o escândalo causado nas hostes da Santa Aliança. Nos contatos da princesa alemã com o príncipe luso-brasileiro predominaria este, não porque fosse mais violento, mais imperioso, mais autoritário. **Mas porque era superior à mulher em inteligência, sedução pessoal, espontaneidade de atitudes.** (SOUSA, 1972: 118) [grifos meus].

É importante ressaltar, nesse contexto, que o discurso de superioridade (re)construído por Tarquínio de Sousa já fazia parte da esfera do *pré-construído*, isto é, do ‘já-lá’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade do seu sentido sob a forma da universalidade (INDURSKY, 2011: 69). Ao *repetir* esse discurso, Tarquínio de Sousa o fez sob a ilusão de que era fonte do seu dizer, e, assim procedendo, agiu sob o efeito do esquecimento de que os discursos pré-existem, que foram formulados em outro lugar e por outro sujeito, e que ele os retomou, sem disso ter consciência (*idem*: 70).

Dessa forma, a noção de memória convocada pela Análise do Discurso é a de que “o sujeito, ao produzir seu discurso, o realiza sob o regime da repetibilidade, mas o faz afetado pelo esquecimento, na crença de ser a origem daquele saber”. A memória é social, pois não é de natureza cognitiva, nem psicologizante. É apenas a noção de regularização que dará conta desta memória (*idem*: 70-71).

Outra formação discursiva que mais se repetiu e regularizou através do tempo e da/ná história foi a da “feitura” da imperatriz. Os discursos sobre a *falta* de beleza de Leopoldina também correspondem a visões de uma determinada época, posto que o que era tido como padrão de beleza, hoje já não o pode ser mais, necessariamente. Contudo, essas formações discursivas se regularizaram e se tornaram parte da memória social brasileira, assim como a “lascívia” de D. Pedro I:

Bondade e soberania – não se podia querer melhor, como síntese de virtudes, para quem se destinava a partilhar um trono. **Mas** não só de trono se tratava, nem apenas da vida pública, oficial, em termos de deveres do Estado: estava em causa a companheira do príncipe, a consorte, e a mulher para as intimidades de alcova de um jovem incendiado de lascívia (...) **Soberania no sentido de autoridade moral e bondade não bastavam para aquietar, adormentar, apaziguar, satisfazer, fixar o rapaz ardente e impetuoso, que no Brasil esperava uma noiva, desprendido a custo dos braços de Noémi Thierry, bela e sobretudo graciosa francesinha.** E à noiva, à mulher que chegou, sobravam as “distintas virtudes” (...) **mas minguavam os meios, os dons de seduzir fosse passageiramente o animal insofrido que dominava tantas vezes, dos abismos de sua natureza, o Príncipe D. Pedro** (SOUSA, 1972: 101) [grifos meus].

Ora, ainda que sobrassem a Leopoldina virtudes morais, estas não eram capazes de corresponder ao apetite sexual de D. Pedro, ainda mais quando esta era comparada a Noémi Thierry, descrita pelos historiadores como a primeira paixão do príncipe. Já, a conjunção adversativa “mas”, semanticamente e ideologicamente neste caso, não vem expressar apenas uma ideia contrária, até por que os contrários, neste discurso, já pertencem a campos semânticos diferentes: ao da virtude e ao da sensualidade (Leopoldina era virtuosa, *mas* feia). Há uma intencionalidade discursiva em dizer o mais importante após a conjunção adversativa e, para este autor, o mais importante é a falta de beleza e sensualidade da personagem Leopoldina.

Nas páginas que se seguem, não ocorre um questionamento sobre as supostas atitudes morais de D. Pedro. Estabelece-se, tacitamente, com o leitor, que por ser uma “louraça feiarrona” (*idem*: 101), era *normal* que o futuro Imperador do Brasil buscasse em outras mulheres o que Leopoldina não era capaz de lhe oferecer entre quatro paredes. Mais que *normal*, no recorte acima, podemos notar, praticamente, uma *justificativa* para quaisquer deslizes morais cometidos por D. Pedro I, afinal de contas, além do casamento de interesses, que não previa a escolha do príncipe, há um discurso implícito que culpa a mulher por não ser capaz de atrair seu marido. Este fato é corroborado ainda em diferentes passagens, como, por exemplo, na descrição feita por Alberto Rangel e retomada por Tarquínio de Sousa, conferindo ao seu discurso estatuto de “verdade”:

Estatura meã, grosso pescoço das vianenses, um quê de corcunda, beiços polposos dos Habsburgos no rosto vultuoso e, como da sua irmã Maria Luísa, carregado de pigmentação vermelha, de modo a parecer sujeita a um exantema, o nariz desgraçosíssimo, cabelos espichados, olhos azuis com a expressão de assustados, a organização robusta e inelegante (*idem*: 101).

Além disso, ressaltam-se ainda na construção discursiva de sua identidade o seu desalinho: “uma verdadeira cigana, com os cabelos em desalinho, a atestarem a falta dos cuidados de um cabeleireiro e de uma criada de quarto pelo menos havia oito dias” (*idem*: 101) e sua condição de “estrangeira”, esquecendo Tarquínio de Sousa que o próprio D. Pedro I também o era:

E na princesa feia, que ao encontrar pela primeira vez já era sua mulher, nada ou quase nada descobria de comum com suas inclinações, os seus pendores, o seu feitio. **Sua mulher era rigorosamente uma estranha e uma estrangeira** (...) Se a esposa que Marialva e Navarro lhe conseguiram em Viena fosse bela, por certo os obstáculos lhe pareceriam menores, e mais facilmente a compreenderia. **Mas, feia e a falar francês com sotaque alemão**, embora em Viena já tivesse começado a

estudar português (...) o casamento assumiria, por vezes, aspectos de castigo (*idem*: 102-103) [grifos meus].

Ora, podemos notar que a “feitura” de Leopoldina era entrave não só à intimidade do casal, mas, inclusive, à sua comunicação, uma vez que, sendo *feia*, a predisposição de D. Pedro a compreendê-la parecia diminuir. Neste contexto, devemos nos questionar: caso Leopoldina fosse uma estrangeira bela, o seu “falar francês com sotaque alemão” não seria gracioso? Além disso, o fato de Leopoldina ser estrangeira agravava a sua feitura?

Contudo, a construção identitária de Leopoldina no processo de Independência do Brasil sofre um verdadeiro processo de insignificação, sendo retirado por Tarquínio de Sousa da cena enunciativa da Independência no trecho a seguir:

A companhia de D. Leopoldina, se **em nada o desviou do rumo que deveria seguir, ter-lhe-á sido benéfica pelo exemplo de fidelidade aos assuntos que a interessavam. Via-a ocupada com plantas e minerais, a escrever longas epístolas aos parentes distantes ou a ler livros sérios como o de Sismondi sobre a história das repúblicas italianas na Idade Média.** (...) Lia D. Pedro, de seu lado, desejava de saber o que se passava pelo mundo, como viria a ser o mundo depois de tantas lutas e embates. Percebia obscuramente que as instituições políticas de antes da Revolução e do império napoleônico não poderiam subsistir (*idem*: 122) [grifos meus].

Tarquínio de Sousa corrobora o discurso de superioridade de D. Pedro I sobre a arquiduquesa, ao mesmo tempo em que reformula discursivamente o acontecimento histórico sobre a construção de nação brasileira. Porém, ao reformular o acontecimento discursivo sobre a Independência do Brasil, o autor *apaga, esquece* o papel de Leopoldina como uma das principais personagens da história nesse processo, uma vez que foi a própria quem assinou o documento de Independência:

Hoje é dia 2 de setembro de 1822, nós, brasileiros, estamos reunidos aqui para decidir o futuro de nossa pátria. **Que o Primeiro-Ministro leia a decisão do Conselho de Estado, a qual assinarei com força de lei, em substituição ao Príncipe Regente, meu amado esposo.** O Brasil fez de tudo para permanecer unido à metrópole em condições de igualdade. Portugal, porém, não se abstém dos planos de novamente lançar o Brasil na pior dependência (...) [grifos meus] (KAISER, 1997: 216).

Ora, Tarquínio de Sousa constrói em seu discurso historiográfico uma completa alienação de Leopoldina em relação ao processo de Independência, uma vez que ela é colocada pelo autor como alguém que se não ajudou nesse processo, também não o

atrapalhou. Este fato se dá justamente, segundo o autor, pelo objeto de leitura ao qual a imperatriz se debruça: plantas, minerais, longas epístolas à família e história das repúblicas italianas na Idade Média, enquanto D. Pedro preocupava-se com os assuntos pertinentes ao seu tempo. Assim, o autor retira do acontecimento histórico a relevância de Leopoldina, que assina o documento de separação com Portugal enquanto princesa regente, contrariando os princípios aos quais havia sido designada por sua própria família - os Habsburgos - e a Santa Aliança.

Em suma, podemos constatar que os discursos historiográficos fundadores da ideia de nação que possuímos hoje (e que teve a sua origem a partir da Independência do Brasil) construíram a memória social brasileira. Além disso, a ideia de nação apresenta-se revestida pelo *regime de repetibilidade* devido ao fato de ter sido repetida com persistência através dos tempos e, em função disso, ganhou regularização, passando a fazer parte da memória coletiva dos brasileiros. Os livros didáticos de História, por sua vez, enquanto *lugares de memória*, consolidaram um imaginário acerca da construção da nação e “tornaram possível este jogo de repetição discursiva que alimenta o que é memorável para um grupo social” (INDURSKY, 2011: 75-76).

Nesse ínterim, podemos constatar que, na exterioridade desses discursos historiográficos acerca da construção da nação brasileira e da (não) inclusão de Leopoldina no processo de Independência, estão presentes não só a memória e o esquecimento, mas, principalmente, a *interdição* do papel da imperatriz Leopoldina. Isso significa que o estatuto dessa memória não se constitui apenas do esquecimento e da memória, mas também da (in)significação e *mal-acabamento* de Leopoldina, que é construída/interpretada identitariamente pelo autor de uma forma (influenciável, feia, estrangeira, estranha, alienada) a não permitir a sua construção como uma das personagens principais do movimento da Independência (BARONAS, 2008: 192).

V.IV. O não-cabamento de D. Leopoldina: o silêncio na historiografia brasileira

As novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da Análise do Discurso, nos indicam que o *dizer* possui uma relação direta com o *não dizer*. Assim, além do que já vimos nos capítulos anteriores acerca dos implícitos – uma forma de *não dizer*, por exemplo, que culpava Leopoldina pelas traições de D. Pedro – há também o pressuposto e o subentendido. Há aquilo que pertence a instância linguística (pressuposto) e há aquilo que se entende pelo contexto (subentendido). Assim, quando falamos que “D. Pedro era um

conquistador, apesar de casado”, temos como pressuposto o fato de que ele não deixou de conquistar várias mulheres, ainda que casado com D. Leopoldina. O posto, isto é, o dito traz necessariamente consigo o não dito, mas presente no discurso. O motivo, porém, fica subentendido no discurso. Pode-se pensar que um dos motivos seja sua libido, o fato de pensar ser *normal* a traição ou não amar a esposa etc., ou nenhum desses motivos, uma vez que o subentendido pertence, necessariamente, ao contexto discursivo, mas não pode ser asseverado como aquilo ligado ao que foi dito (ORLANDI, 2012: 82).

Nos discursos históricos analisados nesta investigação, há toda uma margem de não-ditos que significam muito. Assim, quando Tarquínio de Sousa escolhe dizer que “Leopoldina não influiria nele (D. Pedro I) em nada de essencial e, ao revés, deixar-se-ia influenciar”, há um não-dizer nesta formação discursiva encapado por uma ideologia, que retira da cena da Independência a influência que D. Leopoldina exerceu em D. Pedro. Dessa forma, “quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x” (*idem; ibidem.*).

Vale ressaltar, contudo, que há outra forma ainda de trabalhar o não-dito na análise do discurso. Esta outra forma é denominada *silêncio*. Nas palavras de Orlandi (*idem*: 83):

Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam.

Assim, distingue-se o silêncio fundador, isto é, aquele que faz com que o dizer signifique e o silenciamento ou política do silêncio. Este último pode ter dois significados: o silêncio constitutivo – quando uma palavra apaga outras palavras (quando se diz “coragem”, não se diz “medo”, por exemplo) e o silêncio local, a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura, em uma certa matriz de sentido (*idem; ibidem.*).

As relações de poder na nossa sociedade sempre balizam o que pode e o que não pode ser dito e, com isso, constroem e reconstroem formações discursivas determinadas para matrizes de sentido distintas. Por isso, na análise discursiva, devemos avaliar o que não pode ser dito, ou por censura, ou por apagamento nos textos.

A partir de 1930, como vimos no capítulo “As Independências do Brasil desde Varnhagen”, o processo de escrita da história do Brasil sofreu uma grande mudança. Caio Prado Jr. inaugura uma nova forma de se pensar a história do Brasil, rompendo com as ideias colonialistas, inserindo outros sujeitos na história que não só a elite, olhando os processos de

luta de classes, desmitificando heróis. Por conseguinte, a partir da década de 1930, podemos dizer que o *acabamento* dado a esses personagens não será mais o mesmo.

Nesse contexto, a própria história do Brasil construída por Caio Prado Jr., ainda que amplamente mencionado pela academia nesta investigação, não constitui de fato um bom exemplar para se tratar do tema da Independência em si. Assim, ainda que o autor tenha produzido uma série de livros sobre a história do Brasil, como por exemplo, *Evolução política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), *História econômica do Brasil* (1952), entre outros, o historiador de orientação marxista busca estabelecer uma interpretação do Brasil colônia que dialoga com Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1957). Caio Prado Jr., portanto, constrói uma estrutura muito mais social em seus discursos historiográficos do que, propriamente, uma narrativa de fatos. Nesse sentido, os personagens principais da formação do Brasil serão outros, uma vez que o olhar de Caio Prado, imerso em seu tempo, é refração de outra conjuntura econômica, social e histórica. Não há espaço algum para D. Leopoldina nesse tipo de narrativa.

Dos autores destacados pela academia, da década de 1930 até os dias atuais, apenas *um* citará D. Leopoldina: Sérgio Buarque de Holanda, que traçará um *acabamento* à personagem completamente diferente dos *acabamentos* das gerações anteriores. Em sua obra, *O Brasil Monárquico*, publicada em 1970, o autor analisa em sete volumes os diferentes campos da história do país, da organização material da sociedade, às formas de cultura e pensamento. Nota-se que não há mais uma intencionalidade discursiva dos autores de história em narrar passo-a-passo os fatos e o envolvimento de seus personagens principais com eles. Não há mais um interesse dos historiadores, pelo menos aparente, em comentar a vida privada de D. Pedro I e D. Leopoldina, bem como o número de amantes que o imperador possuía. Diante da virada marxiana que a História sofreu no Brasil, esses tipos de *acabamento* tornaram-se pequenos.

Assim, Sérgio Buarque de Holanda enfatiza a imperatriz preocupada em proteger as ciências e as artes:

O Príncipe von Wied-Neuwied foi, sem dúvida, o primeiro grande cientista que não se restringiu a colecionar material, mas que conseguiu sistematizá-lo e publicá-lo. Seguiram-se-lhe todavia, cientistas ainda de maior vulto que para aqui vieram em virtude do casamento e da vinda da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo, filha do ex-imperador alemão e então imperador da Áustria. **A Princesa Leopoldina que, em 1817, se casou com o herdeiro da Coroa portuguesa e futuro imperador do Brasil, revelou sempre grandes inclinações pelas ciências naturais e pelas artes (...)** (Aliás, no Brasil, a arquiduquesa se transformaria em colecionadora,

enviando muitos caixotes de minerais e plantas, bem como animais de aves de toda espécie a Europa, de preferência para o Museu Histórico Natural de Viena). Parece que as tendências naturalistas da princesa, ou quiçá, a sua própria iniciativa geraram o projeto de trazer no seu séquito uma missão de cientistas e artistas que explorassem o país desconhecido (HOLANDA, 1970: 123-124) [grifos meus].

É importante ressaltar, todavia, que o *acabamento* construído pelo autor Sérgio Buarque de Holanda se dá no contexto da vinda de pesquisadores e pessoas de origem alemã para o Brasil, imigrantes que intervieram socialmente na formação da cultura da nova nação. Dessa forma, o autor relata, no contexto em que insere D. Leopoldina, os imigrantes alemães que vieram para o Brasil, entre eles nosso Karl Friedrich Phillip von Martius e Johann Baptist von Spix.

O único registro que se faz sobre imperatriz no capítulo do dia do *Fico* não faz alusão alguma à participação de D. Leopoldina no processo de Independência. Pelo contrário, mais uma vez o papel da imperatriz é interdito da cena discursiva da Independência, dessa vez, com o seguinte discurso: “Como parecia longe o tempo (havia sete meses) em que a jovem princesa da Santa Aliança escrevia ao pai num enleamento de segredo: O meu esposo, valha-me Deus, ama as novas ideias” (*idem*: 166). Ou seja, o autor e historiador Sérgio Buarque de Holanda deixa subentendido nas entrelinhas a preocupação de D. Leopoldina com as inclinações do marido às novas ideias liberais. Além disso, não é à toa que o autor chama D. Leopoldina de “princesa da Santa Aliança”. Há, nesse sintagma, a ideologia colonizadora e reformista presente na dinastia dos Habsburgos, da qual a imperatriz era a principal representante no novo mundo. Dessa forma, constitui-se na obra de Sérgio Buarque de Holanda, enquanto objeto simbólico, um discurso de *não participação, não engajamento* da personagem no processo de Independência. Ignora-se que, não vendo outra saída para o Brasil que não fosse a emancipação política do Brasil, D. Leopoldina começa a trabalhar efetivamente pela causa em questão. Há, portanto, um *silenciamento* discursivo, atravessado por práticas ideológicas, que *não* diz a imperatriz nesse processo. Assim sendo, os fatos que levaram a Independência, de acordo com a obra de Sérgio Buarque de Holanda, estarão centrados nas figuras de José Bonifácio e D. Pedro I, interditando-se D. Leopoldina.

Todavia, cabe uma ressalva, nesse contexto, em relação à própria construção de D. Pedro I. Sérgio Buarque de Holanda, diferentemente de Varnhagen e Tarquínio de Sousa, não engendrará uma prática discursiva e, por conseguinte, social que busque heroificar o imperador. Em seu texto, inclusive, ressaltará a “hesitação do príncipe” em permanecer no Brasil:

Interessa ainda lembrar a hesitação do príncipe – os seus diferentes rascunhos de resposta à Câmara do Rio, a própria versão primitiva do dia 9 (“demorarei a minha saída até que as Cortes e meu Augusto Pai e Senhor deliberem...”) – mas apenas para assinalar a pressão exercida pelos líderes, do momento em que em seguida arrancaram a frase definitiva e histórica: “como é para o bem de todos (...) diga ao povo que fico.” (HOLANDA, 1970: 166).

Ao contrário dos discursos historiográficos de Varnhagen, Tarquínio de Sousa e Oliveira Lima, o autor Sérgio Buarque de Holanda atribui “hesitação” e “dúvida” ao príncipe, o que, de certa forma, são “novos” adjetivos usados para caracterizar D. Pedro no processo de Independência. O tipo de discurso feito por Sérgio Buarque de Holanda, portanto, desconstrói o “herói” bravo, corajoso, sedutor e conquistador.

No que tange aos demais autores, não há excertos a serem colocados em questão. Não há menção a D. Leopoldina, logo, não há *acabamento*. É como se a personagem, simplesmente, não tivesse existido nas práticas sociais que tratam da Independência do Brasil. Não há, por exemplo, registros discursivos da imperatriz na obra organizada por Carlos Guilherme Mota (1822: *Dimensões*, de 1972). Como fora visto no capítulo “As Independências do Brasil desde Varnhagen”, a escrita da história do Brasil é outra. Destacam-se os processos de Independência no norte, no nordeste, em São Paulo, isto é, nas diferentes regiões do país.

Mais recentemente, autores e historiadores como Lúcia Bastos, que publicou *O império do Brasil* (1999), *Estado e política na Independência* (2009) e Ilmar Mattos, com *O Tempo Saquarema* (1985), construirão discursivamente o processo de Independência do Brasil de formas diferentes. A primeira olhará o processo de emancipação política sob o viés das transformações ocorridas no século XVIII e início do Oitocentos, que levaram ao desmoronamento do Antigo Regime na Península Ibérica e, por conseguinte, à desintegração de colônias em unidades diversas e soberanas. Lúcia Bastos procura enfatizar as políticas modernas que conviveram, paradoxalmente, com outras, como a escravidão e a exclusão social, que marcaram profundamente a formação do Estado Brasileiro (BASTOS, 2009: 97-98).

Ilmar Mattos, por sua vez, defenderá a tese de que o Estado imperial, após passar pela fase da Reação, terá um direção definida pelo Partido Conservador e, dentro dele, pelo grupo Saquarema do Rio de Janeiro. De acordo com Mattos (1985), a maneira como se consolidou o Estado, cuja direção estava sob domínio constante do grupo conservador, neutralizava as forças sociais e políticas progressistas, o que anulava as insurreições populares. As

consequências da criação deste modelo de Estado, de acordo com o autor, são sentidas até hoje.

Como podemos notar, não há espaço algum para a personagem Leopoldina na historiografia recente. As novas formas de se contar a história do Brasil, enquanto práticas políticas e ideológicas, naturalizaram um processo de apagamento da imperatriz Leopoldina no processo de Independência. Assim, de acordo com Fairclough (2001), as práticas discursivas sobre a Independência do Brasil recorreram a convenções que naturalizaram relações de poder e ideologias particulares. Neste processo de naturalização discursiva e, por conseguinte, ideológica, ocorre uma regularização discursiva, através de um processo de repetibilidade, que engendra uma memória social (INDURSKY, 2011), memória esta da qual Leopoldina foi interdita.

Assim, os autores de história do Brasil, ainda que tenham começado a pensar em outros sujeitos e outras estruturas que integrassem a escrita da história do Brasil, *talvez* não tenham visto tanta relevância ainda na personagem estrangeira, herdeira direta do império Austro-Húngaro, que colabora efetivamente no processo de Independência. Ou talvez tenham visto, mas preferiram silenciar. Este fato tem se refletido na rede de memória discursiva da história do Brasil, desde a academia aos livros de história do Ensino Básico. O silenciamento acerca da personagem engendra um efeito de sentido que retira a mulher da cena dos acontecimentos históricos acerca do processo de Independência do país. Que efeitos ideológicos constroem a (falta de) memória acerca da imperatriz e, dialeticamente, quais ideologias são materializadas na história com esse silêncio? *Grosso modo*, nos situamos num país patriarcal, temos uma história que tende a privilegiar os feitos dos grandes homens, além do próprio IHGB ser constituído por homens. Além disso, Leopoldina era, além de mulher, estrangeira. Não que D. Pedro I não o fosse, mas *talvez* fosse mais fácil construir uma nação a partir de um português, homem, que chega ao Brasil ainda criança, filho da metrópole, do que inserir na história do Brasil uma mulher do mundo germânico, que chega ao Brasil a partir de um casamento permeado de interesses. *Talvez* estejam nesses fatos parte dos motivos do silenciamento acerca da personagem Leopoldina. Mas, nesta investigação, não proponho dar respostas definitivas a estas perguntas. Por ora, prefiro deixá-las na esfera do “subentendido”.

O que deve ficar claro, portanto, é que nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar numa formação discursiva. Essa é a diferença que se estabelece entre o *memorável*, que é da ordem do que “todos sabem, todos lembram”, e a memória discursiva que é de ordem ideológica. É o ideológico que responde pela natureza lacunar de

uma formação discursiva, que responde pelo *não-acabamento* da personagem Leopoldina na história do Brasil (INDURSKY, 2011: 87).

VI. Considerações finais

As narrativas históricas sobre a Independência do Brasil analisadas nesta investigação são vistas como *práticas sociais*. Assim sendo, além de constituírem refração da realidade dos autores de história, os discursos históricos construíram identidades diferentes acerca da imperatriz em sua atuação na Independência do Brasil. Estas práticas identitárias, por sua vez, determinam e são ao mesmo tempo determinadas pelas construções historiográficas da nação brasileira, que construímos ao longo do tempo, práticas que retiram ou emprestam contornos tendenciosos a uma das principais personagens do movimento de Independência do Brasil: a imperatriz Leopoldina.

De acordo com o percurso traçado neste trabalho, os processos de (in)significação identitária da personagem Leopoldina repercutiram em seu “acabamento”, “mal-acabamento” e “não-acabamento” por parte dos historiadores. Estes processos foram e são influenciados, em parte, por Aparelhos Institucionais do Estado, pois é evidente que os discursos historiográficos produzidos sobre o movimento da Independência foram/são atravessados por regras de produção dos enunciados. Nesse sentido, a própria instituição IHGB se consubstanciou na história do Brasil como um “lugar de verdade”, determinando através de seus fundadores e do importante auxílio financeiro de D. Pedro II o que poderia e o que *não* poderia ser dito na história do Brasil. Uma vez que essas regras são estabelecidas por relações de poder, as *verdades históricas* são produzidas, regularizadas no discurso e, por conseguinte, reconhecidas e aceitas como senso comum.

Outro ponto que merece destaque diz respeito às posições axiológicas assumidas pelos autores da história em relação à escolha dos fatos e aos próprios personagens da história. Já que nenhum discurso é neutro e constitui sempre uma *resposta* ao “já-dito”, fica claro que o excedente de visão dos autores, ao dar acabamento (ou não) aos principais personagens da trama da Independência, é atravessado por juízos de valor, imersos em tempos e conjunturas econômico-sociais próprios. É, por esse motivo, por exemplo, que o autor Tarquínio de Sousa construirá discursivamente uma história para a nação brasileira que reconhece em D. Pedro I a figura de “herói” da Independência, como “expressão de vida de um homem que merece ocupar um lugar no panteão dos fundadores do Império do Brasil”, enquanto vê D.

Leopoldina apenas como a “esposa feia de D. Pedro I”, que em nada contribuiu para processo de emancipação política brasileira.

A suposta “carência de feminilidade” de D. Leopoldina, por sinal, muito repetida nos discursos históricos, também é encapada ideologicamente pelas posições axiológicas dos autores da história. Num processo que envolve um regime de *repetibilidade* acerca das formações discursivas sobre a falta de beleza da imperatriz, construiu-se uma memória coletiva nacional na qual se dá mais destaque aos aspectos físicos da imperatriz do que a sua efetiva participação no processo de Independência do Brasil. Por motivos que ficam na ordem do “subentendido”, destaco o “problema” que seria inserir uma mulher estrangeira, germânica no “olho do furacão” dos acontecimentos históricos, bem como o fato de termos uma história brasileira essencialmente masculina, escrita em sua maior parte por homens. Esses são motivos também que podem ter levado os historiadores ao silenciamento em relação à atuação da imperatriz na história do Brasil.

Contudo, ao colocarmos em xeque nesta pesquisa o estatuto de “verdade” dos discursos históricos, permitimo-nos quebrar o acordo de verdade tácita estabelecido com os diversos historiadores que escreveram sobre a Independência do Brasil ao longo do tempo. Graças a essa quebra de acordo, pudemos desnudar aos olhos do leitor alguns dos mecanismos que adulteram a construção de um evento histórico constitutivo de nossa identidade nacional, ou intervêm de forma deturpadora na reconstrução do papel desempenhado por Leopoldina. Ora, ver a história do Brasil sob este viés significa aos leitores de hoje, sejam eles acadêmicos ou não, mais que uma simples releitura do passado, mas uma ressignificação do passado. Quando ressignificamos o nosso passado, a nossa história, ressignificamos, por conseguinte, o nosso presente, a nossa identidade, a nossa maneira de vermos a nós mesmos.

Outro aspecto que é interessante ressaltar: a pesquisa diz, indiretamente, alguma ou muita coisa acerca dos professores que indicaram as obras que serviram de *corpora*. Como pudemos notar, prevaleceu na pesquisa ora apresentada um silenciamento acerca do papel da imperatriz na Independência. Este fato foi refletido diretamente pelas obras indicadas pelos historiadores, que ora estão muito mais preocupados com a vertente sociológica que assumiu a escrita da história do que com a narrativa de fatos, um após o outro, no tempo e no espaço. Há uma preocupação maior da academia, portanto, com os efeitos e consequências que a Independência gerou ao povo brasileiro, bem como o conceito de nação que foi constituído, em específico, com a nação que foi formada com a Independência. Esse tipo de percepção acerca da história, como já vimos, retira a imperatriz dos acontecimentos que remontam ao início do Brasil.

Assim sendo, vendo superficialmente os textos que tratam da emancipação política do Brasil enquanto unidades de análise, tais discursos históricos se assemelhariam a reflexos das relações de dominação/subordinação. Contudo, mais profundamente, podemos identificar a memória como um campo de luta política, bem como aprofundar a percepção de que há no social a constante produção de memórias convivendo em conflito na busca por legitimação (ROSA, 2005: 1). Quanto à memória discursiva que será produzida no futuro acerca da Independência do Brasil e, por conseguinte, do papel de D. Leopoldina nos eventos que levaram à emancipação, não há como saber ao certo. O “certo”, todavia, é que olharemos os discursos historiográficos sobre a Independência ou sobre qualquer tema da história de maneira mais desconfiada. Uma vez que o acordo de verdade é quebrado, não há como voltar atrás.

Nesse sentido, a história torna-se para nós, leitores atentos, mais do que um lugar de memória em si, mas de *contramemória*. Uma vez que levamos em conta a sua produção, consumo, distribuição, *quem fala, o que fala, para quem fala, por que fala, como fala*, isto é, processos inerentemente sociais, que envolvem os ambientes econômico, político, social e institucional no qual o discurso é gerado, exercemos uma espécie de liberdade dialética. Ao liberarmos a história de seus modelos restritivos, de “pactos de verdade”, de um ponto de observação exterior que somente nos permite, enquanto leitores, nos identificarmos e nos abstermos, nos libertamos de discursos de verdade que engendram preconceitos e normas sociais. Graças a este novo protocolo metodológico, historiador e leitor de história podem construir, ler, interpretar e ressignificar textos de uma nova maneira.

VII. Bibliografia

a) Obras primárias

BASTOS, Lúcia & MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BASTOS, Lúcia. “Estado e política na independência.” In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial (1808-1831)*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, pp. 97-136.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*. Tomo II. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, [1985]2004.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, [1942]2004.

_____. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, [1933]2006.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1952]2006.

SOUSA, Octávio Tarquínio. *A vida de D. Pedro I (História dos Fundadores do Império)*. Coleção Documentos Brasileiros, no. 71. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1816-1878). *História da independência do Brasil: até ao reconhecimento pela antiga Metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até esta data*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1916]2010.

b) Obras gerais

ACHARD, Pierre. “Papel da memória”. In: ACHARD, Pierre [et. al.]. *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico com a ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, (Coleção Ensino Superior).

BARONAS, Roberto Leiser. Discurso e mídia: memória, esquecimento e (in)significação. In: NAVARRO, Pedro (org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, pp. 187 – 198.

BIROLI, Flávia. Dizer (n) o tempo: observações sobre história, historicidade e discurso. In: SIGNORINI, Inês (org.). *(Re)discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, pp. 157-184.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estud. av.*, São Paulo, v. 5, no. 11, abril/1991.

COURTINE, Jean-Jacques & MARANDIN, Jean-Marie. “Quel object pour l’analyse du discours?”. In: CONEIN, Bernard [et. al.]. *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaires, 1981.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DORNYEI, Zoltán. *Research Methods in Applied Linguistics*. Oxford: OUP, 2007.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UNB, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editoria, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 1, jan. 1988.

HENRY, Paul. “Constructions relatives et articulations discursives.” *Langages*, no. 37, 1975.

HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). In: MARTINS, Estevão de Resende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 79-89.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda (org.). *Memória e História na/da Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, pp. 67 – 89.

JANCÓ, István & MACHADO, André Roberto de A. “Tempos de reforma, tempos de revolução”. In: KANN, Betina & LIMA, Patrícia Souza (org.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 17-50.

KAISER, Gloria. *Dona Leopoldina: uma Habsburgo no trono brasileiro*. Trad. Christiane Rupp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

KANN, Betinna & LIMA, Patrícia Souza (org.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

LECOURT, Dominique. A arqueologia e o sabr. In: FOUCAULT, Michel [et. al.]. *O homem e o discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2008.

LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEITE, Francisco Tarciso. *Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros*. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MALERBA, Jurandir. “Para a história da historiografia da Independência”. *R IHGB*, Rio de Janeiro, a. 165, no. 422, jan./mar. 2004, pp. 59-86.

_____. “As Independências do Brasil: ponderações teóricas em perspectiva historiográfica”. *História*, São Paulo, v. 24, no. 1, 2005, pp. 99-126.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), jan. 1845, pp. 389-411.

MILLS, Sara. *Discourse*. New York: Routledge, 1997.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: FABRÍCIO, Branca [et. al.]. *Por uma linguística aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp. 13-44.

MONTEZ, Luiz Barros. Frey Apollonio, de Carl Friedrich Phillip von Martius. Ou como um “romance brasileiro”, é, na verdade, uma “narrativa meta-histórica para os brasileiros”. In:

CASTRO, Manuel Antonio de (org.). *Arte: corpo, mundo e terra*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, pp. 176-194.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. Disponível em: <http://ensaios.files.wordpress.com/2008/03/sobre-a-verdade-e-a-mentira-no-sentido-extramoral.pdf>, capturado em 13/07/2012.

NIGRO, Rachel. “A virada linguístico-pragmática e o pós-positivismo.” *Direito, Estado e Sociedade*, no. 34, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/nigro_direito34.pdf, capturado em 25/01/2013.

OBERACKER, Carlos H. *A imperatriz Leopoldina: sua vida e sua época*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, pp. 143 – 152.

_____ & FUCHS, Catherine (1975). “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, Françoise & HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

_____. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PRATT, Mary Louise. “Pós-colonialidade: projeto incompleto ou irrelevante?” In: VÉSCIO, Luiz Eugênio & SANTOS, Pedro Brum. *Literatura & História*. Bauru, SP: Edusc, 1999, pp. 17-54.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

_____ & RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROBIN, Régine. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

ROSA, Ivani. “Pesquisa histórica e prática social: tendências e possibilidades”. *Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 2, ano II, pp. 1-6. Disponível em: www.revistafenix.pro.br

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. Ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SILVA, Giselda Brito. “História e Linguística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a história da análise do discurso”. *Revista de História SAECULUM*, João Pessoa, PB, 11, ago./dez., 2004.

SLEMIAN, Andréa. “O paradigma do dever em tempos de revolução: D. Leopoldina e o sacrifício de ficar na América”. In: KANN, Betina & LIMA, Patrícia Souza (org.). *Cartas de uma imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, pp. 83-113.

TEZZA, Cristóvão. "Sobre O autor e o herói - um roteiro de leitura". In: FARACO, Carlos Alberto et alii (org.). *Diálogos com Bakhtin*. 4a. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2007, pp. 231-256.

TOLEDO JR., J. E. C. de. *Linguagem, contexto e razão: Richard Rorty e a virada linguística*. 2008. 173f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WHITE, Hayden. *Meta-História*. São Paulo: EDUSP, 2008.